

ANÁLISE DO MERCADO DE DÍVIDA SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE 2022



Climate Bonds INITIATIVE

Preparado pela Climate Bonds Initiative



Com o apoio do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Conteúdo

1. Resumo do relatório 3
2. Introdução e visão geral 4
3. Metodologia e escopo 5
4. Análise do mercado de dívida sustentável na ALC 7
5. Principais desenvolvimentos de políticas sobre finanças sustentáveis na ALC 19
6. Foco nos principais elementos emergentes 23
 - a. Títulos vinculados à sustentabilidade 23
 - b. Economia azul 23
 - c. Adaptação e resiliência 24
7. Visão geral e análises aprofundadas sobre países 26
8. Conclusões e perspectivas 35
9. Apêndice - Lista de palavras-chave de A&R de seleção para a base de dados da Climate Bonds 36

Lista de siglas

- ABS:** títulos lastreados em ativos
LAC: América Latina e Caribe
PPP: Parceria Público-Privada
ESG: Ambiental, social e governança
A&R: Adaptação e resiliência
CCS: Captura e armazenamento de carbono
CBS: Padrão de Títulos Climáticos
CBS v4: Climate Bonds Standard versão 4
GBDB: Base de dados de títulos verdes
GBP: Princípios para Títulos Verdes
GBT: Plataforma de Transparência de Títulos Verdes
GHG: Gases de efeito estufa
ICMA: Associação Internacional do Mercado de Capitais
IED: Investimento estrangeiro direto
IPCC: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
SRI: Investimento Socialmente Responsável
KPI: Indicador-chave de desempenho
NDC: Contribuições Nacionalmente Determinadas
NHDS: Não causar danos significativos
MDBs: Bancos Multilaterais de Desenvolvimento
SDGs: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PIB: Produto Interno Bruto
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PMEs: Pequenas e médias empresas
SLB: Título vinculado à sustentabilidade
SLD: Dívida vinculada à sustentabilidade
SPT: Meta de desempenho sustentável
SSBDB: Base de dados de títulos sociais e de sustentabilidade
S&S: Social e sustentabilidade
ICT: Tecnologia da Informação e Comunicação
TVC: Taxonomia Verde da Colômbia
UoP: Uso de recursos
UE: União Europeia
VSS: Verde, social e de sustentabilidade
VSS+: VSS, SLB e transição
YOY: Ano após ano

Sobre a Climate Bonds Initiative

A Climate Bonds é uma organização internacional que trabalha para mobilizar capital global para a ação climática. Ela promove o investimento em projetos e ativos necessários para uma rápida transição para uma economia de baixo carbono, resiliente ao clima e justa. Sua missão se concentra em ajudar a reduzir o custo do capital para projetos climáticos e de infraestrutura de grande escala e apoiar os governos que buscam maior investimento nos mercados de capitais para cumprir as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e do clima. A Climate Bonds realiza análises de mercado e pesquisas de políticas; realiza atividades de desenvolvimento de mercado; assessora governos e órgãos reguladores; e administra um sistema global de padrões e certificação de títulos verdes. A Climate Bonds

compara os instrumentos financeiros verdes com sua taxonomia global para determinar seu alinhamento e compartilha informações sobre a composição desse mercado com seus parceiros. A equipe da Climate Bonds também ampliou sua análise para outras áreas temáticas, como títulos sociais e de sustentabilidade, desenvolvendo metodologias para selecionar investimentos que gerem impactos sociais positivos e maior resiliência. Esse sistema baseia-se em critérios científicos rigorosos para garantir que os títulos e emissores certificados sejam consistentes com a meta de emissões do Acordo de Paris de bem abaixo de 2°C. Para obter e manter a certificação, é necessária uma verificação inicial e contínua por terceiros para garantir que os ativos atendam às métricas dos critérios setoriais.

Sobre o Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) se dedica a melhorar vidas. Fundado em 1959, o BID é uma das principais fontes de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe. O BID também realiza pesquisas inovadoras e fornece consultoria sobre políticas, assistência técnica e treinamento para clientes dos setores público e privado em toda a região.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é um banco multilateral de desenvolvimento (MDB) cujo objetivo é promover o desenvolvimento econômico e social na região. Ele fornece empréstimos, subsídios e assistência técnica aos países, com foco na redução da pobreza e da desigualdade, na promoção do crescimento sustentável e na melhoria da infraestrutura.

O BID Invest é o braço do setor privado do Grupo BID, que oferece financiamento e serviços de consultoria a empresas privadas, instituições financeiras e governos, com o objetivo de promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo na região.

Tanto o BID quanto o BID Invest desempenham um papel importante no apoio ao desenvolvimento econômico e social na ALC, com o BID concentrando-se no desenvolvimento do setor público e o BID Invest no desenvolvimento do setor privado. Juntos, eles trabalham com o objetivo comum de reduzir a pobreza e a desigualdade e melhorar a vida das pessoas na região.

Resumo do relatório

Os mercados de títulos verdes, sociais, de sustentabilidade, vinculados à sustentabilidade e de transição (VSS+) na América Latina e no Caribe (ALC) tiveram um crescimento sustentado desde sua criação em 2014, atingindo um total acumulado de USD154,1bi até o final de 2022. Apesar de uma contração nos volumes em 2022, o segmento VSS+ manteve sua participação de 5% nos mercados globais de capital de dívida, e o mercado VSS+ na ALC representa uma média impressionante de 21% da dívida da região.¹ Isso reflete a vulnerabilidade das economias da ALC aos impactos climáticos e às interdependências socioambientais, e a necessidade de investimentos substanciais em tecnologias de transição, bem como o papel dos grandes emissores que se adaptam rapidamente ao apetite dos investidores globais por investimentos em ESG.

O mercado de instrumentos rotulados VSS+ da ALC teve um ano recorde em 2021, com USD63,3bi emitidos principalmente em resposta à pandemia da COVID-19 e representando 34% do mercado de dívida local. Em 2022, os instrumentos rotulados foram responsáveis por 25% dos USD40,8bi da região. No entanto, as barreiras financeiras aos mercados de capitais locais persistem (por exemplo, risco cambial, falta de liquidez e risco de projeto), enquanto o mercado da ALC é a fonte de apenas 4% da dívida VSS+ global.

Desde a publicação de *Climate Bonds Análise de Mercado América Latina e Caribe 2021*, três novos países se juntaram ao Clube de Títulos VSS+ Soberanos e os volumes na região atingiram um total acumulado de USD49,9bi em 30 títulos soberanos verdes, sociais, de sustentabilidade e vinculados à sustentabilidade. Os soberanos contribuíram para o desenvolvimento e a promoção do mercado. As políticas de apoio, a regulamentação e o estabelecimento de taxonomias locais aumentaram a orientação do mercado. Em 2022, a Colômbia e, em 2023, o México publicaram suas taxonomias, enquanto o Chile, a República Dominicana, o Brasil e o Uruguai sinalizaram o desenvolvimento de suas próprias estruturas.

A liderança do governo por meio de desenvolvimentos de políticas e taxonomia, juntamente com a emissão soberana, apoiará o crescimento do mercado de dívida sustentável da ALC, predominantemente em transações que apoiam a descarbonização e em uma escala muito maior. Por fim, o mercado de VSS+ na ALC continua a se consolidar, com o rótulo de sustentabilidade representando a maior parcela de volume acumulado desse mercado, com 35% do mercado rotulado. No aspecto social, há uma tendência crescente de cupons de igualdade de gênero, com o objetivo de melhorar o bem-estar das mulheres e reduzir as desigualdades de gênero. A alta exposição da região aos impactos da mudança climática, já incorporada ao sistema, e a natureza de seus principais setores econômicos fazem com que as considerações de adaptação e resiliência (A&R) sejam imperativas em todos os projetos e ativos. Dada a extensão do ecossistema marinho na ALC, espera-se que a dependência de atividades baseadas no oceano seja um impulsionador de fluxos de capital que financiem o gerenciamento sustentável da economia azul, com foco nos recursos marinhos, na conservação e em medidas para mitigar o impacto negativo das atividades econômicas do setor privado.

Uma maior atenção às definições e aos padrões, aos instrumentos inovadores, à divulgação por parte dos emissores e ao uso de rótulos emergentes, como VSS e instrumentos de transição, apoiará futuras oportunidades de financiamento nos mercados de capital de dívida. Nesse contexto, as instituições multilaterais, como o Grupo do BID, e os governos da América Latina e do Caribe têm um papel crucial a desempenhar na promoção dos mercados locais de VSS+, alavancando intervenções políticas eficazes, maior transparência e inovação de mercado, juntamente com questões importantes de demonstração.



Introdução e visão geral

Sobre este relatório

Esta é a terceira iteração da série State of the Market da Climate Bonds Initiative (Climate Bonds) para a região da ALC. O relatório descreve a forma e o tamanho da dívida com rótulos VSS+ emitida por entidades domiciliadas na ALC até o final de dezembro de 2022. A análise de mercado é complementada por uma visão geral dos principais desenvolvimentos de políticas, tendências, direções e oportunidades de crescimento para finanças sustentáveis na ALC. O objetivo deste relatório é fornecer análises e recomendações para apoiar o crescimento do mercado de finanças sustentáveis na região.

A atualização anterior sobre esse mercado foi publicada em setembro de 2021 e, até o final de junho de 2021, a Climate Bonds havia registrado um volume de dívida VSS+ de USD48,6bi na região.

Introdução ao relatório

O mercado global de finanças sustentáveis teve um rápido crescimento nos últimos anos, com os investidores buscando cada vez mais alinhar seus portfólios com investimentos que tenham um impacto positivo no meio ambiente e na sociedade.

Embora os instrumentos VSS+ continuem sendo uma pequena fração do mercado de dívida global, sua participação no mercado de dívida da ALC é cinco vezes maior. Os investidores estão cada vez mais interessados em apoiar instrumentos que atendam aos padrões exigidos de clareza e transparência. Os relatórios contínuos de precificação da Climate Bonds demonstram consistentemente que os títulos verdes e outros tipos de títulos de sustentabilidade podem atrair financiamento mais barato devido à escassez de oferta.²

Este relatório tem como objetivo contribuir para o crescimento do mercado de finanças sustentáveis na região da América Latina e do Caribe, fornecendo orientações para emissores, reguladores e investidores e destacando exemplos de boas práticas. O mercado de VSS+ na região da América Latina e do Caribe continua relativamente pequeno, refletindo o subdesenvolvimento dos mercados de capitais domésticos, com algumas exceções nos países maiores. O mercado internacional é limitado a um punhado de emissores da ALC com necessidades de capital para levantar financiamento em larga escala em moedas fortes. A região da ALC enfrenta vários desafios para lidar com a emergência climática e, ao mesmo tempo, trabalhar em prol do progresso social, econômico e institucional. A perspectiva de uma transição verde e justa é uma oportunidade única para lidar com as vulnerabilidades e crescer de forma mais inclusiva, protegendo o capital natural com políticas inovadoras e priorizando fatores de sustentabilidade na tomada de decisões.

A ALC tem a sorte de possuir recursos naturais abundantes, o que apresenta inúmeras oportunidades. A região tem reservas significativas de dois metais essenciais para a eletrificação: cobre e lítio. Ela também contém alguns dos lugares mais ensolarados e ventosos do mundo, que poderiam produzir gigawatts de eletricidade barata para gerar e exportar hidrogênio verde. Como resultado, a região está vivenciando atualmente um enorme boom tecnológico, atraindo mais capital privado no primeiro semestre de 2021 do que o Sudeste Asiático.³

Metodologia e escopo

Metodologia

Este relatório baseia-se no mercado de dívida sustentável, definido pelos instrumentos de dívida incluídos nos bancos de dados da Climate Bonds. A Climate Bonds seleciona transações rotuladas para inclusão em sua Base de dados de títulos verdes (GBDB), seu Base de dados de títulos sociais e de sustentabilidade (SSBDB) e sua base de dados de títulos SLB and de transição. Para serem incluídos, os instrumentos de dívida devem ter um rótulo. Os títulos verdes, sociais e de sustentabilidade devem financiar projetos, atividades ou despesas sustentáveis, cumprindo a [Metodologia Climate Bonds GBDB](#) ou a [Metodologia Climate Bonds SSBDB](#), dependendo de seu rótulo. Os SLBs e os títulos de transição devem, respectivamente, anunciar metas de desempenho sustentável (SPTs) transitórias claras e ambiciosas para a entidade, apesar de não terem seu UoP destinado a atividades de emissão baixa ou zero, ter um papel de curto ou longo prazo na descarbonização de uma atividade ou apoiar um emissor em sua transição para o alinhamento com o Acordo de Paris. Os rótulos de dívida descrevem os tipos de projetos, atividades ou despesas financiadas e/ou seus benefícios. Rótulos verdes, sociais, sustentáveis e de transição são os mais comuns, mas uma grande variedade de rótulos é usada.

A Climate Bonds rastreia e informa sobre instrumentos de dívida rotulados no mercado. Para fins deste relatório, foram incluídos apenas os títulos de dívida e outros títulos amplamente utilizados na região da América Latina e do Caribe, como os títulos lastreados em ativos (ABS). Os empréstimos rotulados não estão incluídos neste relatório.

O processo de revisão e triagem das bases de dados da Climate Bonds está em andamento, e as operações são adicionadas assim que a equipe de triagem tem as informações necessárias. Como resultado, alguns números e dados podem variar entre este relatório e a análise de mercado global (Global State of the Market 2022), publicada em abril de 2023. Embora esse relatório tenha se baseado principalmente em uma análise documental, a Climate Bonds também incorporou informações coletadas a partir de conversas e entrevistas com as principais partes interessadas na região da ALC, durante o desenvolvimento do estudo. As disparidades nos dados usados para este relatório, em comparação com outras fontes, podem ser atribuídas aos critérios mínimos de elegibilidade da Climate Bonds, incluindo a divulgação, para incorporar dados em suas bases de dados de títulos verdes e S&S. Além disso, o relatório não inclui apenas dados disponíveis até o final de 2022, mas também incorpora informações relevantes, como novos desenvolvimentos de políticas, iniciativas e taxonomias que ocorreram durante 2023 até a data de publicação deste estudo.

Definições e montantes por país

Neste relatório, país se refere ao país da entidade emissora, enquanto na base de dados de títulos verdes da Climate Bonds, país se refere ao país de risco, o que pode resultar em diferenças em relação a outros relatórios da Climate Bonds.



A Climate Bonds não monitora o mercado de dívida tradicional da ALC, portanto, informações adicionais, excluindo transações financeiras estruturadas, foram obtidas da Bloomberg.

Divulgação

Este relatório é uma avaliação do mercado de dívida VSS+ na América Latina e no Caribe até dezembro de 2022, incluindo dados cumulativos desde o início do mercado em 2014.



As transações rotuladas são instrumentos de dívida usados para financiar projetos, ativos e atividades que apoiam a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas ou outros objetivos sustentáveis claros. Elas podem ser emitidas por governos, municípios, bancos e empresas, e a rotulagem pode ser aplicada a qualquer formato de dívida. É uma boa prática global que os títulos sejam emitidos de acordo com os princípios relevantes de sua rotulagem (conforme descrito nas metodologias abaixo), além de várias diretrizes específicas de cada país. A principal consideração é que o Uso de Recursos (UoP, na sigla em inglês) destina-se

Definições e exemplos de rótulos em cada tema

| Verde | Social | Sustentabilidade | SLBs | Transição |
|--|---|---|--|---|
| Benefícios ambientais específicos (capturados a partir de 2021) | Benefícios sociais específicos (capturados a partir de 2020) | Benefícios ambientais e sociais combinados em um único instrumento (capturados desde 2020) | Aumento/redução de cupons vinculados ao SPT no nível da entidade (capturado desde 2021) | UoP apoiando a transição em nível de atividade/entidade (capturado desde 2021) |
| Azul | Moradia acessível | ASG | Vinculado à sustentabilidade | Transição |
| Clima | Educação | Inovação verde | Vinculado ao ASG | Transição azul |
| Verde | Igualdade de gênero | Impacto positivo | Vinculado aos ODS | Transição ambiental |
| Verde (carbono neutro) | Saúde | Sustentabilidade | Impacto social | Transição de baixo carbono |
| Energias renováveis | Habitação (ODS) | Conscientização sobre sustentabilidade | Social e sustentabilidade | |
| Solar | Revitalização de cidades | ODS | Vinculado a KPIs | |
| Meio ambiente | Jovens | Investimento socialmente responsável | | |
| Água | Emprego | LGBTQ+ | | |
| PACE (Property Assessed Clean Energy) | Laranja | Inovação verde | | |
| Sustentabilidade | Impacto | Impacto | | |
| ODS | Social | | | |
| Resiliência às mudanças climáticas | | | | |
| Impacto | | | | |

ao financiamento somente ativos, projetos e/ou atividades verdes ou vinculados ao cumprimento de suas Metas de Desempenho Sustentável (SPTs, na sigla em inglês).

São explorados cinco temas de dívida sustentável, com base nos projetos, atividades e despesas financiados: verde, social, sustentabilidade, SLB e transição. Abaixo está uma descrição de cada uma das rotulagens incluídas no relatório e exemplos de rotulagem que atendem aos requisitos de cada tema.

Definições e composição dos rótulos

Verde: todas as operações com temática verde foram examinadas quanto à integridade de suas credenciais verdes. A triagem se baseia em um conjunto de regras de processo estipuladas na Metodologia GBDB da Climate Bonds, que inclui o possuir uma rotulagem, e que todos os rendimentos líquidos atendam, de forma verificável (por meio de divulgação pública), às definições verdes da Climate Bonds, derivadas da Taxonomia da Climate Bonds.^{4,5} A metodologia é consistente com a definição de títulos verdes da ICMA, conforme estabelecido nos Green Bond Principles (GBP), que fornecem categorias de alto nível para projetos verdes elegíveis e recomendam a divulgação do UoP.⁶



Social e sustentabilidade:

As operações sociais e sustentáveis (S&S) são classificadas de acordo com o UoP (que geralmente está relacionado ao rótulo da operação), conforme mostrado abaixo. Para ser incorporado à Base de Dados de Títulos Sociais e Sustentáveis - SSBD da Climate Bonds, o UoP de cada título é classificado de acordo com as categorias relevantes do UoP social (consulte a página 15), deve identificar claramente uma população-alvo apropriada e os fundos não devem "possa ser considerada uma violação das salvaguardas climáticas mínimas. Além disso, a metodologia SSBD é consistente com os Princípios para Títulos Sociais (SBP) e as Diretrizes para Títulos de Sustentabilidade (SBG) da ICMA, que estabelecem categorias de alto nível para projetos elegíveis e recomendam a divulgação do UoP.^{8,9}



- **Social:** a UoP está relacionada exclusivamente a projetos sociais, por exemplo, saúde, emprego, igualdade de gênero, moradia acessível, etc.
- **Sustentabilidade:** a UoP inclui uma combinação de projetos, atividades ou despesas verdes e sociais, por exemplo, energia renovável, baixo carbono, transporte, geração de empregos e igualdade de gênero.

Qualquer instrumento que financie apenas projetos verdes será incluído no GBDB se atender aos requisitos de elegibilidade, independentemente de seu rótulo (por exemplo, um título SDG que financie apenas energia solar). Um título com um rótulo de sustentabilidade que financie apenas projetos sociais será incluído no tema social, enquanto um título que financie uma combinação de projetos verdes e sociais será considerado incluído no tema de sustentabilidade.

Títulos vinculados à sustentabilidade:

os SLBs levantam fundos para fins gerais e envolvem aumentos de cupom ou, às vezes, reduções com base no cumprimento de metas de desenvolvimento sustentável predefinidas e com prazo determinado. A Climate Bonds desenvolveu uma metodologia de triagem para estruturas de SLB, com base nas Five Hallmarks of Credible Transition Companies, que avalia a ambição das SPTs por meio do alinhamento e da credibilidade com um caminho de 1,5°C específico do setor.¹⁰ Os Princípios de Títulos Vinculados à Sustentabilidade (SLBP) da ICMA também incentivam a conformidade com KPIs e SPTs.¹¹



Transição: Climate Bonds registra, mas não filtra, os títulos de transição. Um título de transição é para atividades que não são de emissão baixa ou zero (ou seja, não são verdes), mas desempenham um papel de curto ou longo prazo na descarbonização de uma atividade ou no apoio a um emissor em sua transição para o alinhamento com o Acordo de Paris. O rótulo de transição permite a inclusão de um conjunto mais diversificado de setores e atividades, e inclui rótulos como transição azul e transição verde. Atualmente, os títulos de transição vêm principalmente de setores altamente poluentes e difíceis de serem eliminados, como os extrativos, por exemplo, mineração; materiais, por exemplo, aço e cimento; e industriais, incluindo aviação e navegação.

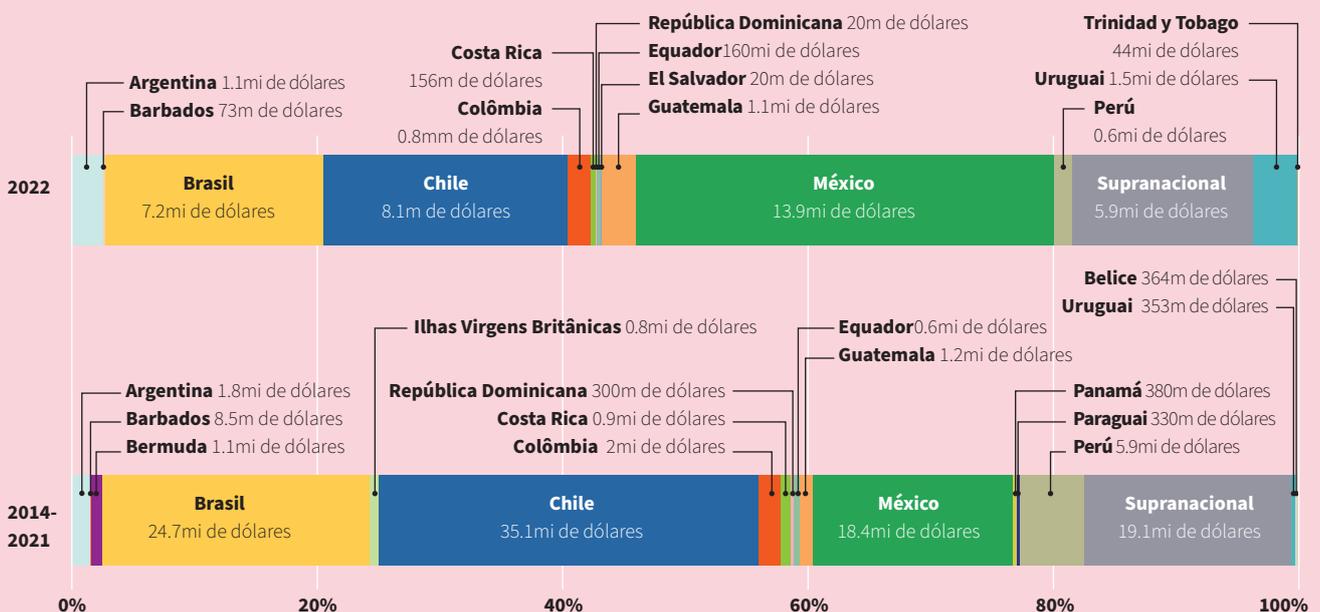


À medida que os critérios forem desenvolvidos, a Climate Bonds atualizará sua metodologia GBDB e começará a selecionar títulos de emissores desses setores para inclusão, sejam eles rotulados como de transição ou verdes. A taxonomia da Climate Bonds define ativos e atividades que estão alinhados com uma trajetória de 1,5°C, aceitando financiamento com qualquer um dos rótulos. Em 2022, a Climate Bonds lançou critérios para produtos químicos básicos, cimento, produção de hidrogênio e aço. As entidades que operam nesses setores podem agora consultar os critérios para determinar quais ativos, projetos, despesas, etc. são adequados para inclusão em um título verde ou de transição.

Análise do mercado de dívida sustentável na América Latina e no Caribe



Países no mercado VSS+ da ALC por volume emitido



Participação do VSS+ no mercado da LAC

| Año | Porcentagem VSS+* |
|------|-------------------|
| 2019 | 8% |
| 2020 | 14% |
| 2021 | 34% |
| 2022 | 25% |

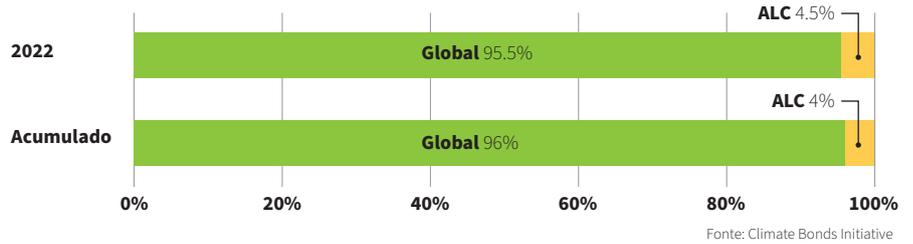
Na ALC, a participação do mercado de dívida sustentável no total da dívida negociada ano após ano (YOY) é maior do que a média global. Embora a dívida VSS+ global tenha mantido 5% do volume dos mercados de capitais globais nos últimos dois anos, a dívida temática originada na ALC representou aproximadamente 21% do volume regional de USD535bi entre 2019 e 2022.¹² Isso demonstra a mudança de prioridades dos emissores no mercado da ALC. Os instrumentos de dívida temática podem atrair capital para apoiar a vulnerabilidade das regiões a choques ambientais e sociais. Isso sugere que os mercados de dívida temática na região continuarão a crescer.

A invasão russa na Ucrânia provocou o aumento dos preços da energia, alimentando a alta inflação. As expectativas e as consequências do aumento das taxas de juros afetaram rapidamente o mercado de títulos, e a emissão em todas as categorias de títulos diminuiu em 2022, estendendo-se aos títulos com rótulos temáticos (-24% em relação ao ano anterior).

O rótulo de sustentabilidade representa 35% do mercado de VSS+, com USD54,4bi. Os bancos de desenvolvimento respondem por 37% desse valor e os emissores soberanos, 35%. Os maiores emissores de títulos sustentáveis na região são o grupo supranacional do BID, com um volume acumulado de USD14bi, e o governo mexicano, com USD7,7bi. Em 2022, o México tinha o maior mercado de títulos sustentáveis da região, com uma emissão acumulada de USD17,8bi, principalmente títulos soberanos (43%) e operações apoiadas pelo governo (26%). A relevância dos títulos sustentáveis está crescendo, pois eles oferecem mais flexibilidade aos emissores, já que o UoP da emissão pode ser usado tanto para projetos verdes quanto sociais.

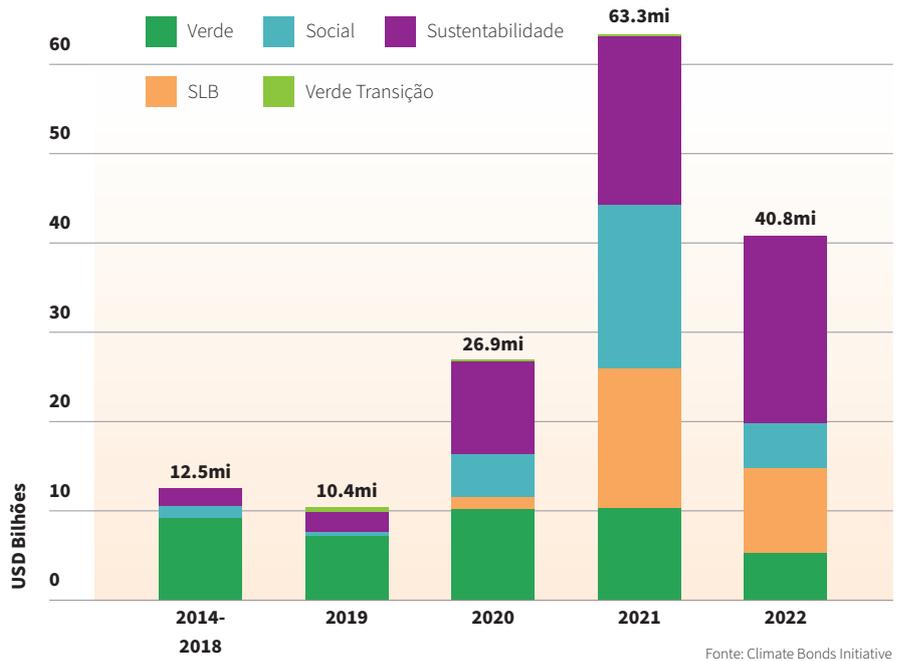
O rótulo verde é o segundo maior, com um volume acumulado de USD42,4bi no final de 2022 e um crescimento de 40% nos últimos 2,5 anos. A maior contribuição veio de emissores corporativos não financeiros (53%), seguidos por soberanos (19%). O maior emissor verde foi o governo do Chile, com quatro transações no valor de USD7,4bi, e o país tem o segundo maior mercado de títulos verdes da região (USD12,7bi). O maior mercado verde da região é o Brasil (com um total de USD15,2bi em 86 títulos).

Participação da ALC no mercado global de VSS+

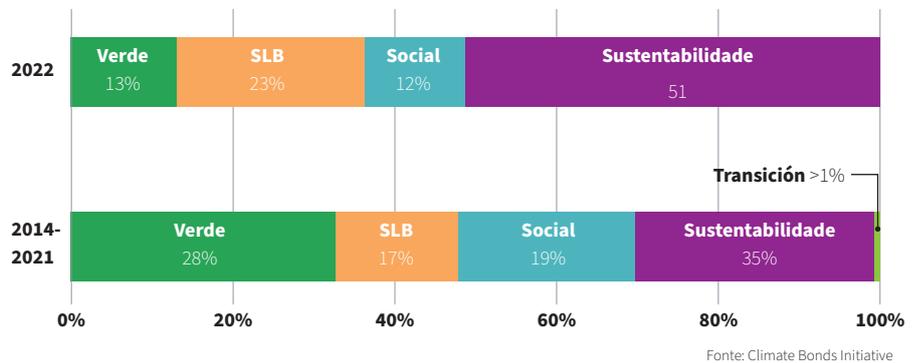


*Essas porcentagens são de cálculos feitos a partir da justaposição da Base de dados da Climate Bonds e dos dados do mercado de capital de dívida da Bloomberg Finance L.P. para 2023.

VSS+ na ALC atingiu USD154,1bi



O mercado de VSS+ na ALC por rótulo



Guias de transição

O Ministério da Economia, Comércio e Indústria (METI) do Japão publicou em 2021 as Diretrizes Básicas sobre Financiamento da Transição Climática, que servem de exemplo para a ALC sobre como promover mais emissões com rótulo de transição. Essas diretrizes contribuirão para tornar o Japão um dos maiores mercados de transição temática do mundo, como resultado de um forte apoio político.¹³

De acordo com o Manual de Finanças para Transição Climática da ICMA, eles propõem quatro elementos-chave para as melhores práticas de divulgação:

- Estratégia e governança;
- Materialidade ambiental;
- Estratégias baseadas na ciência; e
- Transparência.

Para acompanhar as diretrizes, os ministérios japoneses relevantes desenvolveram roteiros setoriais para indústrias com uso intensivo de carbono, como produtos químicos, aço, aviação, petróleo e gás.

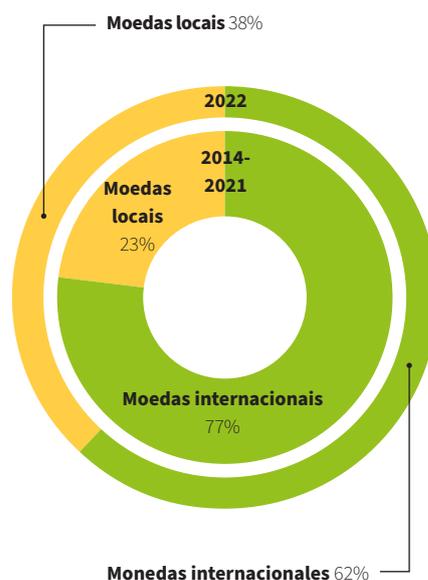
Essas estruturas de políticas poderiam ser usadas para alavancar os esforços de financiamento da transição nos países da ALC, aumentar a conformidade com as metas climáticas nacionais e ajudar as entidades locais a elaborar e comunicar planos de transição confiáveis



O segmento de SLB prosperou na ALC, com USD26,5bi. O aumento médio anual de 238% nos últimos três anos é consistente com a média global e fica atrás apenas da Ásia-Pacífico e da América do Norte. O mercado de SLB da ALC é dominado por empresas não financeiras (82%) e inclui os dois únicos títulos soberanos de SLB do mundo. Os dois maiores emissores da região são a Suzano, com três transações no valor de USD2,7bi, e o Governo do Chile, que foi pioneiro na emissão de SLBs soberanos no início de 2022, com sua primeira transação no valor de USD2bi. O maior emissor de SLBs da ALC é o Brasil, com USD11,9bi.

As moedas fortes representam 74% do mercado total de VSS+ da ALC. O dólar americano (USD), o euro (EUR), o franco suíço (CHF), a libra esterlina (GBP) e o iene japonês (JPY) mantiveram uma presença consistente na região. As moedas fortes foram a fonte de 72% dos títulos verdes, 75% dos títulos sustentáveis e 80% dos SLBs, enquanto os títulos sociais ficaram um pouco abaixo, com 67% do volume. As entidades da região da América Latina e do Caribe que emitem títulos sustentáveis tendem a usar moedas fortes para acessar os mercados de capital internacionais, dada sua estabilidade e maior aceitação nas transações financeiras globais. Isso também permite que elas acessem um grupo mais amplo de investidores internacionais e se beneficiem potencialmente de maior liquidez e menores custos de empréstimo. Além disso, as moedas fortes facilitam as transações internacionais e simplificam o processo de captação de recursos nos mercados internacionais, reduzindo a necessidade de conversão de moedas e eliminando alguns dos riscos associados às

Moedas no mercado de VSS+ na América Latina e no Caribe



Fonte: Climate Bonds Initiative

flutuações da taxa de câmbio. O desenvolvimento de mercados de capital de dívida locais em moedas locais pode ajudar a reduzir a volatilidade dos lucros dos emissores devido a movimentos de moedas externas. Isso também reduz a dependência do setor privado em relação a empréstimos externos e protege as economias da volatilidade dos fluxos de capital.

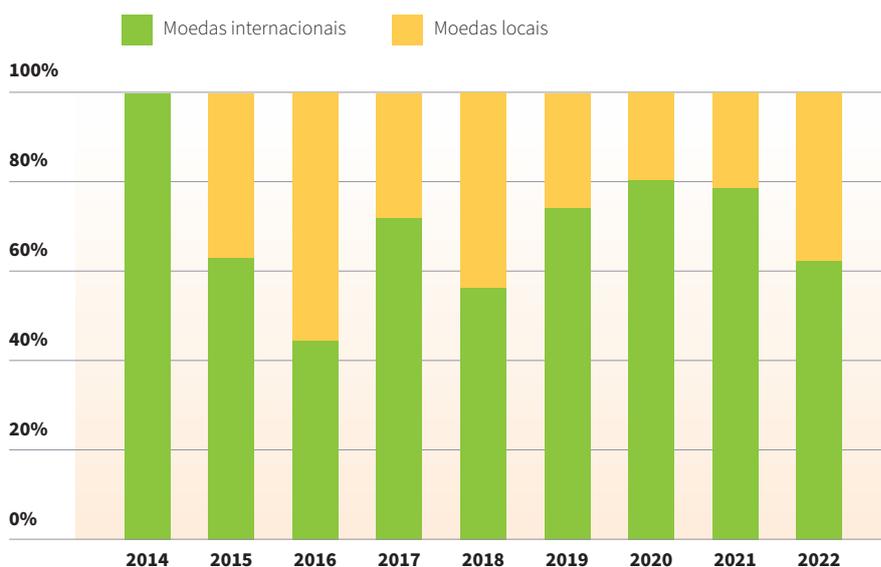
O rótulo social teve o crescimento mais notável, registrando um aumento de 247%,

com volumes que atingiram USD29,9bi até o final de 2022, em comparação com USD8,6 bi em junho de 2020. Esse crescimento pode ser atribuído aos títulos sociais emitidos para financiar necessidades sociais em resposta à pandemia da COVID-19. Mais uma vez, os soberanos e os bancos de desenvolvimento foram a maior fonte, com volumes de 65% e 20%, respectivamente. O maior emissor social foi o governo chileno, com doze transações totalizando USD18,5bi, o que contribuiu para que o Chile ocupasse a primeira posição como o país que originou o maior volume social da região (USD19,3bi).

Títulos de transição e SLBs estrearam no mercado em 2019 e 2020, respectivamente.

O tema da transição está em sua infância, representando 0,5% do mercado de VSS+ da região, com três transações e um volume combinado de USD770,4mi. A disseminação de definições e orientações sobre transição ainda é necessária para expandir esse mercado. A Climate Bonds está desenvolvendo padrões e critérios setoriais para definir transições confiáveis. Outras instituições também fornecem orientação para o financiamento de transição, como o Climate Transition Finance Guide da ICMA ou o Guide on Transition Finance da OECD.^{14,15}

Moedas no mercado de VSS+ na América Latina e no Caribe

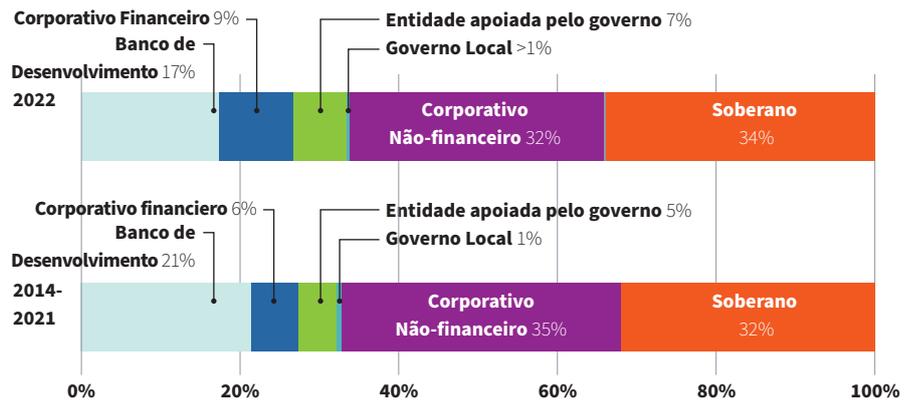


Fonte: Climate Bonds Initiative

Os países da ALC adotaram a emissão soberana de VSS+, com um volume acumulado de USD49,9bi até o final de 2022, um aumento de 442% em relação aos USD9,2bi registrados em junho de 2020. O Chile é pioneiro no mercado de títulos VSS+ e, até meados de 2023, o único país a ter emitido títulos verdes, sociais, sustentáveis e SLB, com um volume total de USD34,5bi. Em 2020, a Climate Bonds publicou a Green, Social and Sustainability Sovereign Bond Survey (Pesquisa sobre Títulos Soberanos Verdes, Sociais e Sustentabilidade), com base em entrevistas com 22 emissores de títulos soberanos VSS.¹⁶ Os emissores destacaram repetidamente que a criação de um mercado verde local era tanto uma motivação quanto um resultado da emissão de títulos soberanos VSS. A atividade de emissão de uma transação temática envia um sinal ao mercado de que o governo está comprometido com a transição, o que atrai o setor privado.

Os rótulos sociais e de sustentabilidade dominaram as emissões soberanas da ALC. Em março de 2022, o Chile se tornou o primeiro país soberano do mundo a emitir um SLB. Em novembro, o Uruguai emitiu o primeiro SLB com um mecanismo de redução gradual (consulte o estudo de caso do Uruguai). O Brasil indicou sua intenção de ingressar no Clube de Títulos Soberanos VSS+ e se tornaria o oitavo país da região a fazê-lo.

Tipo de emissores no mercado de VSS+ na ALC, ao longo dos anos



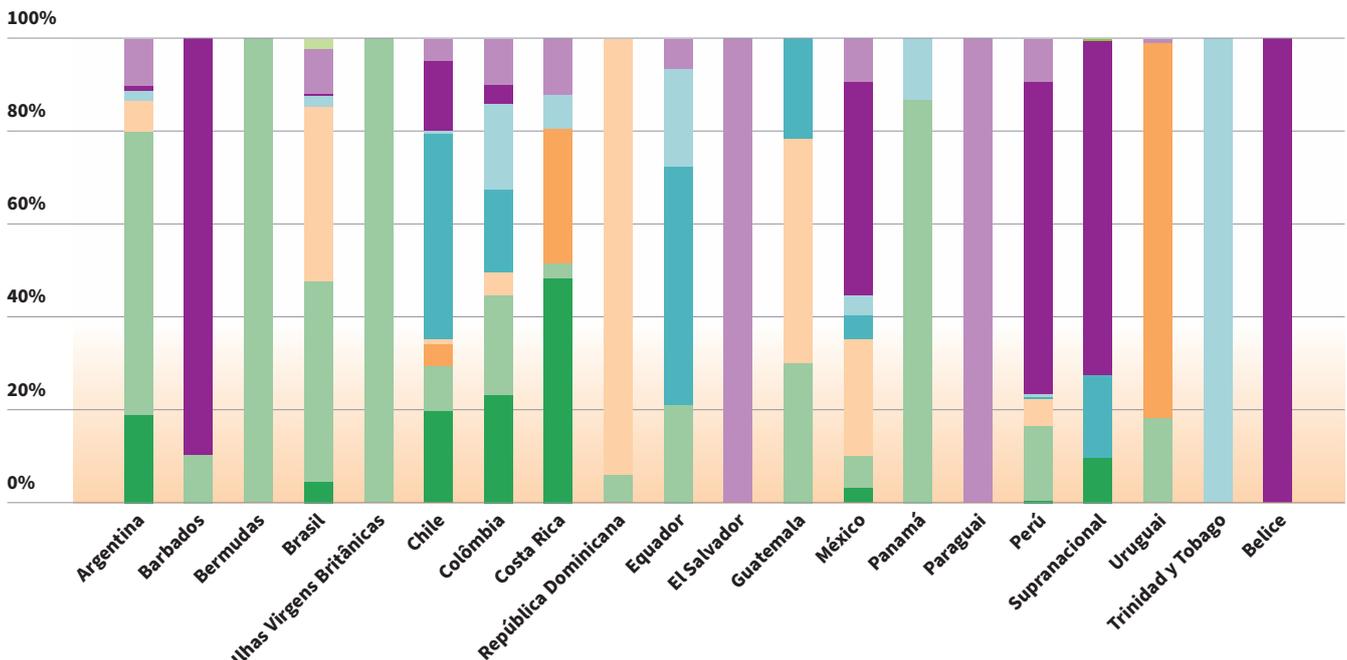
Fonte: Climate Bonds Initiative

O Clube de Títulos VSS+ Soberanos tem uma forte aderência na ALC.

| Soberanos da ALC | | Valor total emitido | Número de operações |
|--|-----------|---------------------|---------------------|
| Verde (16%) | Chile | USD7,4bi | 4 |
| | Colômbia | USD549,4mi | 4 |
| Social (39%) | Chile | USD18,5bi | 12 |
| | Equador | USD400mi | 1 |
| | Guatemala | USD500mi | 1 |
| Sustentabilidade (38%) | Chile | USD6,5bi | 4 |
| | México | USD7,7bi | 9 |
| | Peru | USD4,4bi | 2 |
| Vinculado à sustentabilidade (7%) | Chile | USD2bi | 1 |
| | Uruguai | USD1,5bi | 1 |

Emissões por país, rótulo e setor público ou privado

■ Setor Público Verde ■ Setor Privado Verde ■ Setor Público Social ■ Setor Privado Social ■ Setor Público SLB ■ Setor Privado Sustentabilidade
■ Setor Público Sustentabilidade ■ Setor Privado Sustentabilidade ■ Setor Público Transição ■ Setor Privado Transição



Fonte: Climate Bonds Initiative

Análise de mercado por rótulo

Verde



Em 2022, títulos verdes com um valor total de USD5,3bi foram originados na ALC, uma queda de 48% em relação ao ano anterior, refletindo a desaceleração do mercado global em geral. Até o final do ano, a emissão acumulada na região atingiu USD42,4bi, representando 4% do mercado total da ALC em 2022.

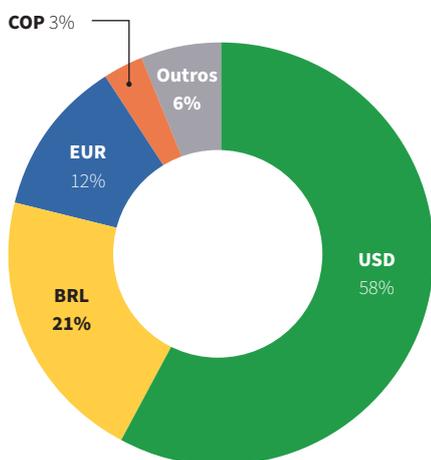
O Brasil liderou o ranking com um volume total de USD15,2bi, impulsionado por inúmeras operações corporativas não financeiras. O Chile foi o segundo maior emissor, com USD12,7bi, seguido pelo México, com um volume de USD3,3bi. Desde junho de 2020, a Guatemala, as Ilhas Virgens Britânicas, a República Dominicana e as Bermudas aderiram ao mercado de títulos verdes.

O mercado de títulos verdes da ALC é dominado por corporativos não financeiros (53%) e soberanos (19%).

Os corporativos financeiros aumentaram seu volume (de USD 2,1bi para USD 4,5bi), acrescentando 2% à sua participação de mercado desde 2020, que agora é de 10%. A participação de mercado dos bancos de desenvolvimento diminuiu 4%, atingindo apenas 11% do mercado verde até o final de 2022, ante 15% no final de 2020. Os governos locais têm a menor participação no mercado verde, com apenas 1,5%, ante 2,3% em 2020.

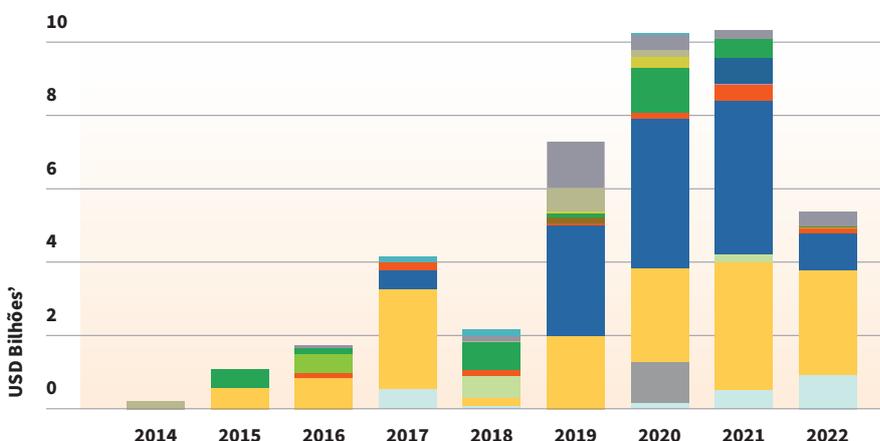
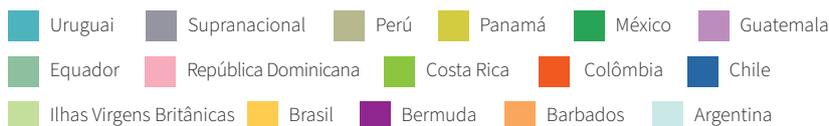
O dólar foi a moeda preferida para as transações verdes da ALC (57%), demonstrando a preferência do mercado regional em aproveitar a demanda internacional por ativos verdes. Entre as moedas locais, o real brasileiro (BRL) teve a maior participação, com USD9bi (21%), demonstrando a importância do mercado doméstico brasileiro. O euro, que é a moeda preferida para transações verdes em todo o mundo, foi a terceira moeda mais importante na região, com 12% do valor emitido, distribuído em seis transações.

Moedas no mercado de títulos verdes



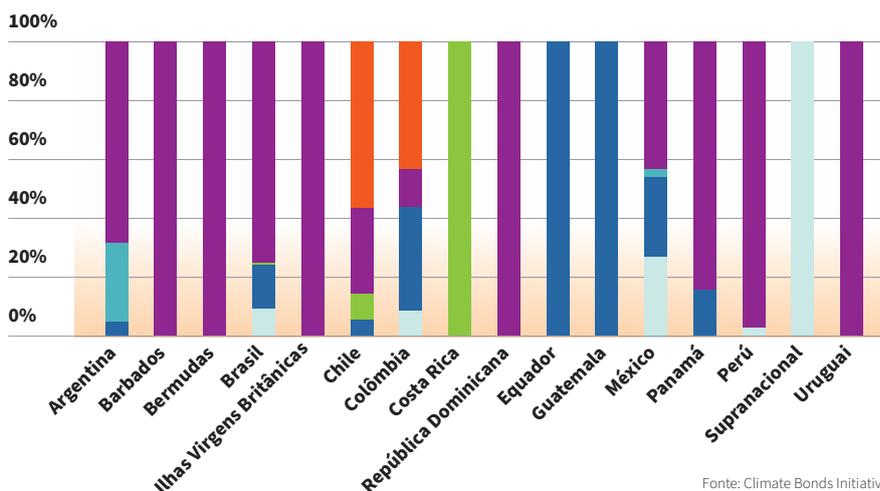
Fonte: Climate Bonds Initiative

Emissões verdes na ALC por ano



Fonte: Climate Bonds Initiative

Emissões verdes na ALC por tipo de emissor



Fonte: Climate Bonds Initiative

A maior parcela por volume total de títulos verdes tem vencimento de 5 a 10 anos (31%), seguida por 10 a 20 anos (30%). A participação de títulos na categoria de 10 a 20 anos é maior porque três títulos verdes soberanos chilenos representam 39% de seu volume, apesar de haver 66 títulos nessa categoria.

A categoria de até 5 anos inclui 102 títulos pequenos, dos quais 21 títulos com vencimentos acima de 20 anos são representados principalmente pelo soberano chileno (30% do volume).

As revisões externas, preparadas por um terceiro independente reconhecido prestando consultoria sobre a conformidade com um framework conceitual, são uma boa prática comum adotada por 89% do volume de títulos verdes da ALC. A Opinião de Segunda Parte (SPO) é o tipo mais popular de revisão externa, abrangendo 77% do volume, até o final de 2022. O ratings e a certificação da Climate Bonds diminuíram ligeiramente desde 2020, encerrando 2022 em 6% e 5%, respectivamente.

Desde o início desse mercado, os SPOs avançaram nas metodologias de transparência e divulgação dos títulos verdes, principalmente em setores em que os critérios e limites científicos ainda estavam surgindo. O mercado continua a acolher essas análises externas, que incorporam os Critérios da Climate Bonds e os limites de taxonomias locais, oferecendo soluções econômicas e personalizadas aos clientes. A transparência e a credibilidade de um SPO ou certificação são o padrão do mercado para comunicar aos investidores as fortes credenciais das operações.

A Sustainalytics continua sendo a principal fornecedora de análises externas tanto para SPO (39%) quanto para certificação (64%). A Moody's ESG Solutions (antiga Vigeo Eiris) continua sendo a segunda maior avaliadora externa, em grande parte devido ao seu trabalho com soberanos chilenos e colombianos, o que corresponde a 83% de sua participação no mercado verde. O fato de os líderes de mercado fornecerem uma opinião de segunda parte para uma parcela maior do mercado pode ser positivo, pois fornece aos investidores

ESTUDO DE CASO - TÍTULOS VERDES SOBERANOS DA COLÔMBIA

Em setembro de 2021, a Colômbia se tornou o primeiro país da região da ALC a emitir um título verde soberano em moeda local com sua primeira transação denominada em peso colombiano (COP). O título de COP2,1tr (USD549mi) com vencimento em 2031 foi colocado em três leilões. O primeiro foi originalmente de COP500bi, mas foi aumentado para COP750bi quando foi subscrito 4,6 vezes. O leilão seguinte teve um excesso de demanda de 1,5 vezes cada.

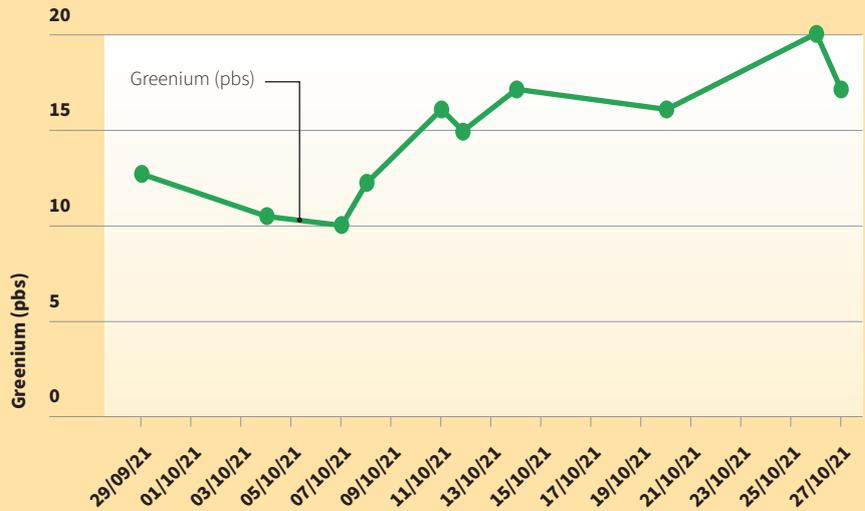


A Colômbia foi modelou sua estrutura com base nos títulos gêmeos da Alemanha, em que um título tradicional (sem rótulo) é precificado com características semelhantes a um título verde correspondente. Isso

possibilita medir diretamente o impacto do rótulo verde, e o título verde soberano da Colômbia tem sido consistentemente negociado dentro de seu gêmeo tradicional no mercado secundário (7 a 15 pontos-base). Isso sugere um forte apetite dos investidores por um instrumento grande, líquido e em pesos colombianos com o rótulo verde, apoiado pelo fato de que quase 32% da transação foi colocada em fundos offshore.

Os recursos obtidos com a venda do título serão usados para financiar um portfólio de 27 despesas em seis categorias, que fazem referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas:

Os títulos verdes soberanos colombianos são negociados dentro do mercado secundário de títulos convencionais



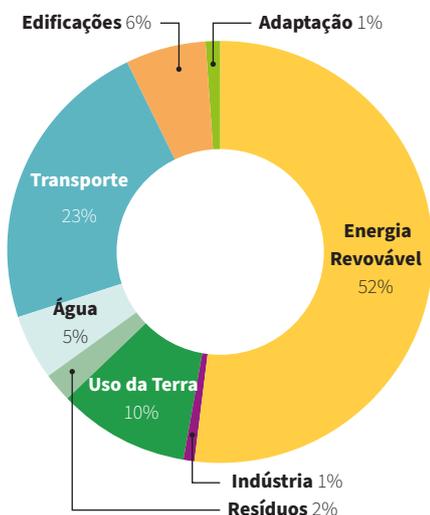
Fonte: Ministério das Finanças e Crédito Público

- 1. Gerenciamento de água, uso sustentável e saneamento** - 40%.
- 2. Transporte limpo e sustentável** - 27%.
- 3. Serviços de ecossistema e biodiversidade** - 16%.
- 4. Fontes de energia não convencionais, eficiência energética e conectividade** - 14%.
- 5. Resíduos e a economia circular** - 2%.
- 6. Produção agrícola sustentável, com baixa emissão de poluentes e adaptada às mudanças climáticas** - 1%.

Em agosto de 2022, o framework da Colômbia para finanças verdes foi atualizado para refletir a Taxonomia Verde da Colômbia (TVC), sempre que possível e um escopo mais amplo, incluindo questões sociais e sustentáveis com o apoio do BID. Tanto a estrutura quanto a taxonomia são compatíveis com as práticas europeias e com as prioridades estratégicas de sustentabilidade do governo.

informações mais consistentes e metodologias harmonizadas, algo que várias avaliações de segunda parte, por natureza, não seriam capazes de oferecer. Por outro lado, ter mais provedores de análise externa apoiaria o crescimento saudável e ambicioso do mercado, estimulando preços mais competitivos e melhorando o padrão das análises. Felizmente, o surgimento de provedores regionais de análise fortaleceu o mercado local.

Uso de Fondos Verdes



Fonte: Climate Bonds Initiative

Os três principais fornecedores de SPO na região, Moody's ESG Solutions, Sustainalytics e NINT, fornecem 83% das SPOs verdes. No entanto, apenas 27% das transações analisadas foram realizadas em moeda local, principalmente em BRL, CLF, COP, MXN e PEN.

Sectores e categorias de uso dos recursos

O setor de um título descreve a atividade econômica de seu emissor. A International Standard Industrial Classification e o North American Industry Classification System (NAICS) são exemplos de padrões de classificação setorial. A categoria UoP descreve como os recursos da venda do instrumento serão usados. A Climate Bonds, a UE e países como

Colômbia e México têm taxonomias que fornecem exemplos de categorizações de UoP. O setor de um emissor de títulos não está relacionado às categorias de UoP. Por exemplo, um banco (setor financeiro) pode emitir títulos verdes com a categoria UoP de Energia ou Transporte.

De acordo com as tendências globais, a energia renovável continua sendo a categoria do UoP que mais recebe financiamento.



O fato de que as energias renováveis devem aumentar de 70 a 85% da geração de eletricidade até 2050 para limitar o aquecimento

| Uso de recursos verdes e porcentagem de emissões | | |
|--|---|-----------------------|
| Setor | Emissão % das emissões globais de CO ₂ | % de uso dos recursos |
| Energia Renovável | 29.3% | 52% |
| Transporte | 25.8% | 23% |
| Edificações | 11.5% | 6% |
| Uso da terra | 11.3% | 10% |
| Resíduos | 3.2% | 2% |
| Indústria | 19% | 1% |
| Outros (incluindo Água e TIC) | 0.2% | 5% |

global a 1,5°C significa que acelerar a implantação de soluções de energia renovável é essencial para atender à crescente demanda e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões.¹⁷ A geografia da América Latina e do Caribe oferece um enorme potencial para parques solares e eólicos e instalações hidrelétricas para gerar eletricidade. Qualquer emissor com emissões de Escopo 1 ou 2 pode emitir um título com a UoP Energy.

O transporte e edificações de baixo carbono

podem enfrentar os desafios impostos pelo crescimento populacional e pelo aumento da demanda de energia e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões de carbono. Ambos os setores já identificaram caminhos para a descarbonização e, graças à facilidade de implementação e à maturidade das soluções, atingiram a paridade de custos. O principal obstáculo para a descarbonização completa está escalar o emprego dessas soluções. O mercado de títulos verdes pode contribuir para isso, e as soluções de carbono zero devem ser priorizadas. As políticas de transporte sustentável permitirão a descarbonização, oferecerão várias oportunidades de investimento em transporte privado sustentável, expandirão o transporte público e permitirão a mobilidade autônoma. O transporte zero líquido será alcançado por meio do redesenho do sistema, não apenas por meio de mudanças tecnológicas e eletrificação.



A água é um recurso essencial para a vida

, mas o último relatório do IPCC mostra um quadro preocupante de sua disponibilidade, especialmente na ALC, que é uma das regiões mais vulneráveis.¹⁸ Atualmente, metade da população mundial enfrenta insegurança hídrica pelo menos uma vez por mês. Os investimentos em infraestrutura, distribuição e tratamento de água precisam aumentar e há critérios do setor verde para apoiar a priorização desses investimentos.¹⁹



O setor de resíduos pode reduzir as emissões globais de GEE em 10-15%

por meio da prevenção de resíduos, da reciclagem e da recuperação de energia. Isso pode se manifestar por meio da redução das emissões de aterros sanitários, extração e produção de recursos, além de fornecer uma fonte alternativa de energia. O setor de resíduos na América Latina enfrenta desafios únicos devido à infraestrutura inadequada e à limitação de recursos e regulamentações, o que leva a riscos ambientais e à saúde. As regiões e as autoridades locais poderiam aproveitar o mercado de VSS+ para apoiar os esforços de gerenciamento sustentável de resíduos.



Uso da terra

Silvicultura, agricultura, bioenergia e produção de alimentos são as principais atividades desse setor. A ALC é um grande produtor agrícola, sendo a maior região exportadora líquida de alimentos do mundo, e também abriga a floresta amazônica, que tem um enorme potencial para sequestrar carbono e promover a biodiversidade se for gerenciada de forma sustentável.²⁰ Os países da ALC já estão explorando o desenvolvimento da agricultura de



Novos Critérios Setoriais da Climate Bonds para Títulos de Uso de Recursos

| |  Siderurgia |  Cimento |  Químicos Básicos |  Hidrogênio |
|------------------------------------|--|--|--|--|
| Critérios de Mitigação | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Adaptação & Resiliência | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |

baixo carbono como parte de seus compromissos climáticos. A maior parte desse mercado é financiada por meio de empréstimos bilaterais. Entretanto, esses empréstimos poderiam ser agregados e reciclados no mercado de dívida sustentável, liberando o capital dos credores para novos investimentos. O relatório Climate Bonds, Brazil Sustainable Agriculture State of the Market 2022 identifica ações para apoiar a expansão do mercado de securitização que poderiam ser ampliadas e replicadas em toda a região da ALC.²¹

A indústria e as tecnologias de informação e comunicação (TIC) desempenham um papel fundamental na transição para uma economia de baixo carbono.

Deve-se priorizar o desenvolvimento e a implantação de tecnologias e práticas de baixo carbono, como processos e materiais com eficiência energética, integração de energias renováveis e modelos de economia circular. Da mesma forma, o setor de TIC tem grande potencial para reduzir as emissões por meio da digitalização e do uso de tecnologias inteligentes. As medidas descritas na política industrial nacional também são relevantes e, na ausência de caminhos claros de descarbonização, os governos devem se concentrar no financiamento de P&D e no incentivo ao investimento em estágio inicial em tecnologias inovadoras.



O sucesso da transição para emissões líquidas zero depende da descarbonização sistêmica por meio da eletrificação de todos os setores econômicos.

Quanto mais atividades forem definidas, mais fácil será para os tomadores de empréstimos identificarem oportunidades de desenvolvimento sustentável e para os credores priorizarem UoPs sustentáveis. Essas duas ações combinadas podem levar a um rápido crescimento do mercado de títulos VSS+. Até meados de 2023, a Climate Bonds tem critérios para definir o UoP certo em 19 setores, incluindo: energia solar, energia eólica, indústria, TIC, rede elétrica e armazenamento, silvicultura, conservação e restauração do solo e transporte marítimo. Em 2022, foram introduzidos critérios para siderurgia, cimento, produtos químicos básicos e hidrogênio, e a Climate Bonds está priorizando o trabalho em três novos setores: agricultura e pecuária, cadeias de valor e pesca.



Transição

Os títulos de transição originários da região da América Latina e do Caribe representam 1% do volume de VSS+, ou seja, USD770mi distribuídos em três títulos.

Em comparação, globalmente, o rótulo de transição representa 5% do mercado total de VSS+. Entretanto, como esse rótulo é normalmente aplicado a dívidas de entidades que operam em setores difíceis de mitigar as emissões ou altamente poluentes, como metais e mineração, ele tem um enorme potencial de penetração na região. Dois dos três títulos de transição vieram de empresas não financeiras brasileiras: um da Marfrig em 2019, no valor de USD500mi, e outro da Eneva em 2020, emitido em duas parcelas no valor de BRL 948mi (USD170mi). O outro título de transição veio do BID, que emitiu um título de USD100mi em 2021 para apoiar empresas com compromissos relacionados ao clima, práticas de mudança de tecnologia e ações climáticas eficazes. O prazo médio desses títulos é de 5 a 10 anos, e todos eles têm uma SPO da Moody's ESG Solutions ou NINT.

Definições claras de quais atividades podem usar o rótulo de transição apoiarão o crescimento do mercado nesse setor. Essas definições também podem apoiar a criação de planos de transição confiáveis e roteiros setoriais para indústrias com uso intensivo de carbono.



Social

Até o final de 2022, a emissão cumulativa de títulos sociais na região da ALC atingiu USD29,9bi, um aumento de 247% em relação aos USD8,6bi de títulos climáticos em junho de 2020. O rótulo social representa 19% do mercado de VSS+ da ALC.



O Chile continua liderando o ranking com USD19,3bi, seguido pelo México com USD3bi e Colômbia com USD1bi. Em 2022, houve um aumento nos títulos sociais do México, que representou 43% do mercado em nove emissões, superando o valor emitido por supranacionais no mesmo ano (USD1,5bi). Muitos países da ALC aderiram ao mercado de títulos sociais desde junho de 2020, incluindo a Argentina, que fez mais de dez emissões desde então, seguida pela Costa Rica e Trinidad e Tobago, ambos com um único título social de uma empresa financeira local.

Chile (USD18,5bi), Guatemala (USD500mi) e Equador (USD400mi) são os únicos países que emitiram títulos soberanos sociais globalmente, tornando os soberanos o principal tipo de emissor na ALC, com um volume acumulado de USD19,4bi (65%). Em seguida estão os bancos de desenvolvimento, com USD5,9bi, representando 20%.

A maioria dos títulos sociais da América Latina e do Caribe tem vários usos de recursos (UoP, na sigla em inglês). De todos os títulos sociais da ALC, 18% do total do UoP vai para emprego e treinamento, totalizando USD5,5bi. Em seguida, vêm igualdade de gênero (15%), educação e microfinanças (cada uma com 13% do UoP), enquanto outras categorias sociais compõem o restante da participação de mercado dos títulos sociais.

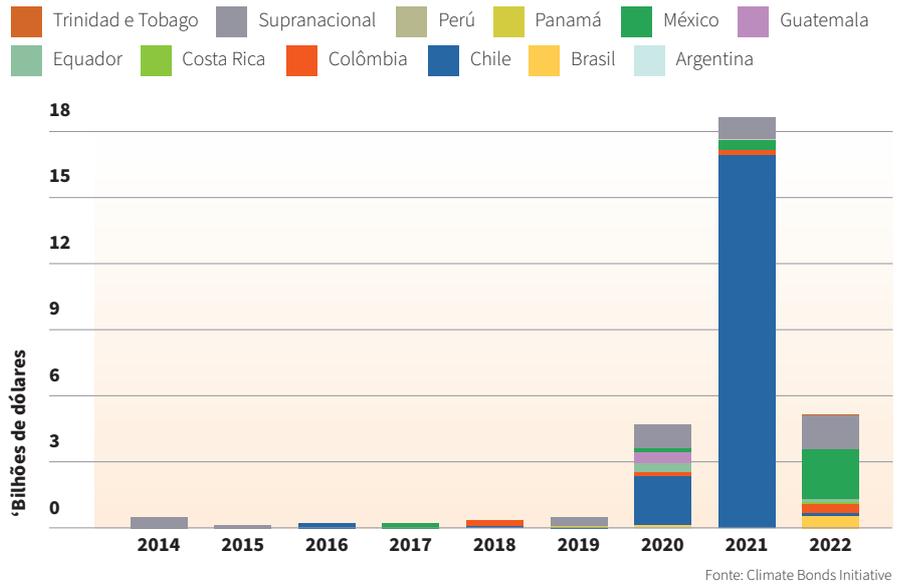
A inclusão de títulos sociais na Climate Bonds SSBDB depende do UoP declarado, que é classificado de acordo com as categorias elegíveis relevantes para ativos, projetos e atividades (por exemplo, segurança alimentar). Cada título deve identificar claramente uma população-alvo adequada, ou seja, o(s) grupo(s) de pessoas que se beneficiarão do UoP. Além disso, os fundos não devem incluir nenhuma categoria que possa ser considerada uma violação das salvaguardas climáticas mínimas. Uma classificação detalhada dos UoPs usados para a análise é apresentada na tabela abaixo.

O dólar é a moeda dominante para os títulos sociais da ALC, com 35% do total (USD10,4bi), enquanto o euro representa 25% (USD7,5bi), seguido pelo sol peruano (PEN) com 11% (USD3,3bi).

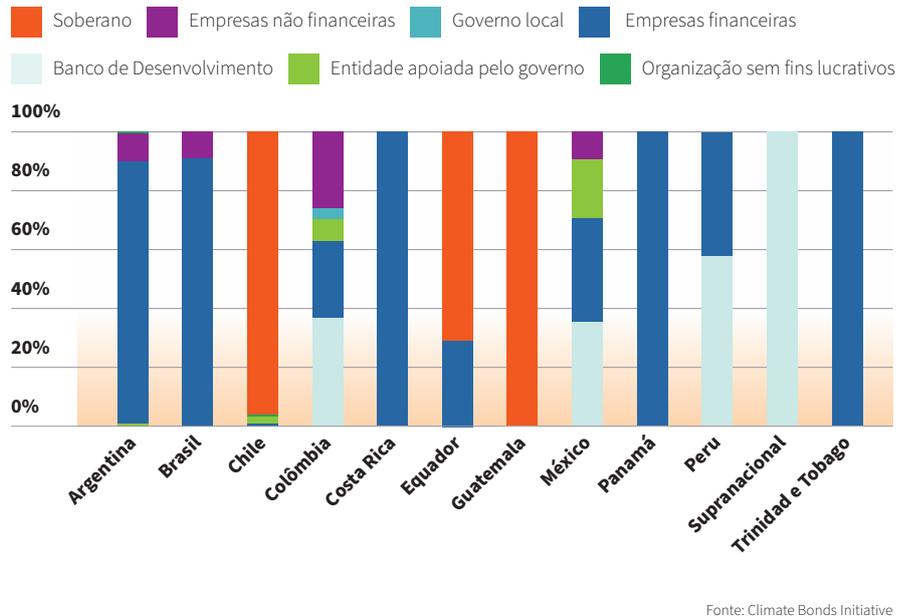
Papéis com vencimento mais curto prevalecem no mercado de títulos sociais da América Latina e Caribe, com 34% do volume total tendo prazo de vencimento inferior a 5 anos, enquanto 26% e 21% estão entre 10 e 20 anos e entre 5 e 10 anos, respectivamente.

A maioria (95%) das emissões de títulos sociais da ALC obteve uma SPO. A Moody's ESG Solutions foi a principal fornecedora de SPO na região, com 71% de participação de mercado, o que incluiu as emissões de títulos sociais soberanos do Chile, seguida pela Sustainalytics, com 20%.

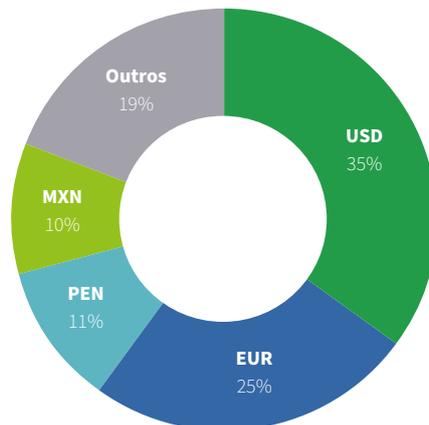
Emissões sociais na ALC por ano



Emissões sociais na ALC por tipo de emissor



Moedas no mercado de títulos sociais da ALC



UoP no mercado de títulos sociais da ALC



Estrutura analítica para classificar o uso de recursos

| Acesso a serviços essenciais | Categoria de uso de recursos sociais e sustentáveis da Climate Bonds Initiative | Ativos, projetos ou atividades sociais |
|---|---|--|
| (por exemplo, saúde, educação e treinamento vocacional, assistência médica, financiamento e serviços financeiros) | Educação | <ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura educacional Equipamentos educacionais Atividades educacionais Pesquisa e desenvolvimento |
| | Acesso a serviços de saúde | <ul style="list-style-type: none"> Fabricação de equipamentos médicos Infraestrutura de saúde Serviços de saúde Pesquisa e desenvolvimento |
| | Emprego e treinamento | <ul style="list-style-type: none"> Treinamento vocacional Criação de empregos Retenção de emprego Bem-estar e bem-estar social |
| Geração de empregos, incluindo o efeito potencial do financiamento de PMEs e do microfinanciamento | Microfinanças | <ul style="list-style-type: none"> Serviços financeiros para micro e pequenas empresas Alívio da pobreza |
| Segurança alimentar | Segurança alimentar | <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de alimentos Estabilidade de preços |
| Infraestrutura básica acessível (por exemplo, água potável, esgoto, saneamento, transporte, energia) | Infraestrutura não verde acessível | <ul style="list-style-type: none"> Energia Transporte Construção Resíduos Outros |
| Moradia acessível | Infraestrutura não verde acessível | <ul style="list-style-type: none"> Moradia |
| Avanço socioeconômico e empoderamento | Igualdade | <ul style="list-style-type: none"> Igualdade de gênero Direitos humanos |
| | Adaptação e resiliência social (A&R) | <ul style="list-style-type: none"> Resposta a crises Criação de sistemas sociais mais fortes |

Gênero como um UoP social

As mulheres da América Latina e do Caribe enfrentam desafios sociais e econômicos significativos, sendo a violência contra as mulheres um dos principais



problemas. As mulheres também enfrentam remuneração inadequada em todos os setores de trabalho e estão mais expostas a condições de emprego informal.

Na área do empreendedorismo, as mulheres também enfrentam dificuldades de acesso a financiamento, o que restringe sua capacidade de obter os investimentos necessários para contribuir com a produtividade e crescimento do negócio. Além disso, elas continuam sub-representadas em cargos gerenciais, o que dificulta a defesa de uma participação plena e efetiva e da igualdade de oportunidades. Essas desigualdades poderiam ser abordadas por meio da mobilização de financiamento para três UoPs de gênero: 1. empresas lideradas ou financiadas por mulheres, 2. implementação de políticas e legislação inclusivas de gênero e 3. desenvolvimento de atividades que promovam o empoderamento das mulheres. Investimento com foco de gênero tem sido incorporado em vários veículos de investimento, como fundos de índice, fundos de câmbio negociados em bolsa e capital de risco.

A categoria UoP de gênero se enquadra no rótulo de título social e pode ser aplicada a operações que abordam a desigualdade de gênero para mobilizar capital privado para o avanço e o empoderamento das mulheres.²² Até o momento, a ALC é a região líder na emissão de títulos de gênero, com mais da metade de todos os títulos de gênero emitidos globalmente. O Grupo do BID é líder no fomento à inovação financeira para promover a igualdade de gênero e a diversidade, equidade e inclusão (DEI) por meio de títulos de gênero.

Até o final de 2022, o Grupo do BID apoiou um total de oito emissões de títulos de gênero com um volume acumulado de USD470mi. Em 2022, o BID Invest participou de três títulos de gênero locais emitidos pelo setor privado, incluindo o primeiro título de gênero do Equador, uma operação de USD100mi do Banco Pichincha. No setor público, o BID apoiou o primeiro título de gênero do México, emitido pela FIRA com o objetivo de expandir os recursos disponíveis para financiar projetos liderados por mulheres em áreas rurais.

Sustentabilidade

A flexibilidade de incorporar uma gama mais ampla de UoPs verdes e sociais à estrutura sustentável atrai mais emissores e tem apoiado o crescimento do rótulo.



Desde a última atualização do mercado da ALC pela Climate Bonds em junho de 2020, emissores de Barbados, Belize, Costa Rica, Equador, El Salvador, Paraguai e Uruguai aderiram ao mercado de títulos sustentáveis.

O mercado de títulos de sustentabilidade da ALC encerrou 2022 com um volume acumulado de USD54,4bi. As operações supranacionais constituíram a maior parte desse rótulo (33%) e incluíram títulos do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (CABEI) (USD30mi), do BID (USD14bi) e do BID Invest (USD4bi).

A segunda maior parcela do volume de títulos sustentáveis da ALC vem do México (32%), com USD17,8bi. O mercado chileno de títulos sustentáveis é o terceiro maior, respondendo por 15% do volume sustentável da região, com USD8,5bi.

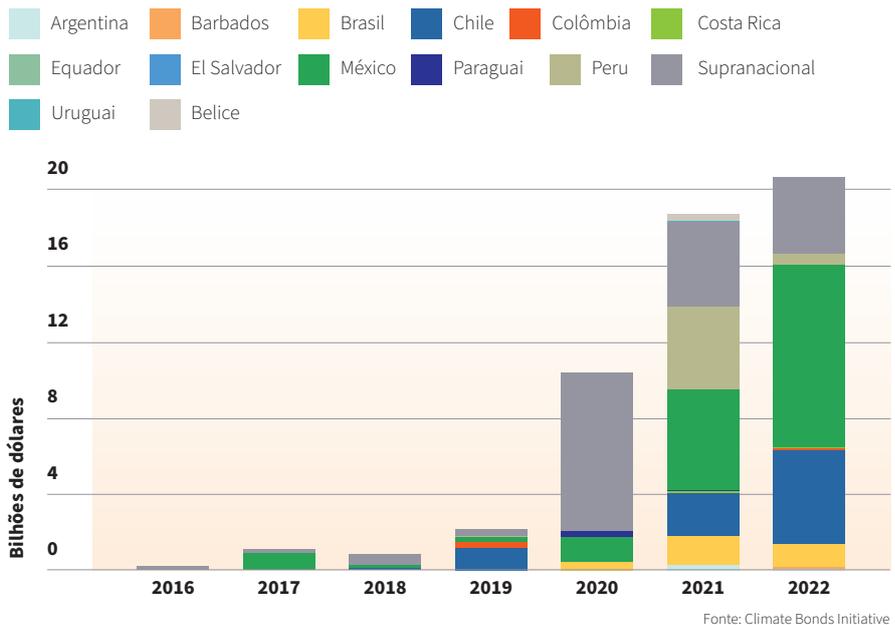
Os bancos de desenvolvimento e os soberanos dominam o mercado de sustentabilidade na ALC, com 37% e 35% do mercado, respectivamente.

O dólar americano foi a moeda forte preferida, com 62% do volume total (USD 33,9bi), seguido pelo euro, com 7% (USD 3,7bi). O peso mexicano é a moeda local com a maior presença no mercado de títulos sustentáveis da ALC, com 18% do volume (USD10,2bi), refletindo a presença mais profunda de um mercado local de títulos sustentáveis no México.

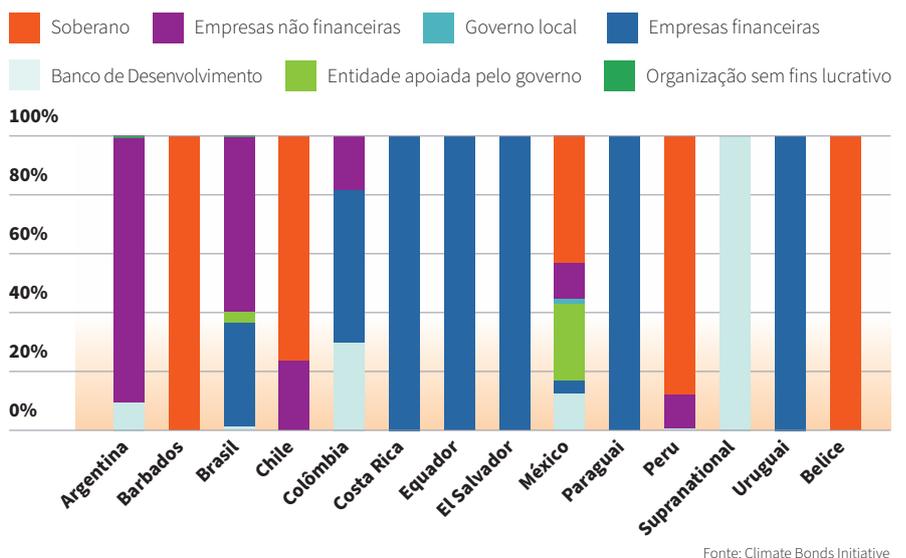
O mercado de títulos sustentáveis da ALC é composto em grande parte por vencimentos mais curtos. Os vencimentos de até 5 anos representam USD23,7bi, 56% dos quais pertencem a instituições supranacionais, como o BID e o BID Invest. A categoria de 5 a 10 anos é dominada por emissores mexicanos, com uma participação de mercado de 53% e emissão de USD6,5bi.

A faixa de vencimento entre 10 e 20 anos, totalizando USD13,3bi, é liderada por títulos soberanos (77%). Sete títulos, totalizando USD4,6bi, ultrapassam 20 anos, o que é compreensível, considerando que os investidores se sentem mais confortáveis em investir em dívida soberana de longo prazo do que em dívida corporativa de longo prazo. Em geral, os títulos soberanos são considerados investimentos mais seguros porque são respaldados pela plena confiança e crédito do governo emissor. Isso reflete a percepção de menor risco e maior estabilidade associada aos emissores governamentais em comparação aos corporativos, destacando a importância da qualidade de crédito e da confiança do investidor ao considerar opções de investimento de longo prazo.

Emissões sustentáveis na ALC por ano



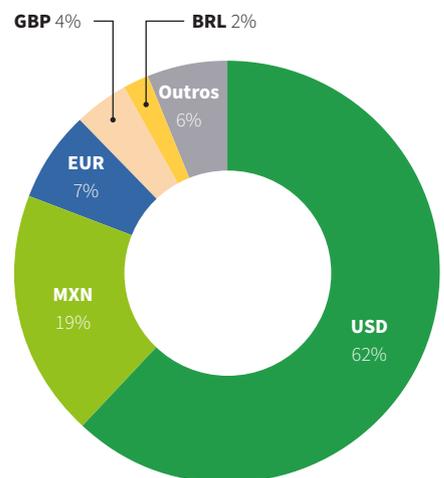
Emissões sustentáveis na ALC por tipo de emissor



A maioria das operações de títulos sustentáveis da ALC obteve uma SPO (90%). Apenas sete operações não divulgaram uma avaliação externa.

A Moody's ESG Solutions e a Sustainalytics foram as principais fornecedoras de SPO na região, cobrindo 52% e 29% do mercado, respectivamente.

Moedas no mercado de títulos sustentáveis da ALC



Uso de recursos sustentáveis

Os UoP verdes de títulos sustentáveis com a maior alocação foram energia (17%), água (16%) e construção (14%). Os UoPs sociais mais utilizados foram infraestrutura acessível (19%), emprego e treinamento (15%) e acesso a serviços de saúde (14%).

Títulos vinculados à sustentabilidade (SLBs)

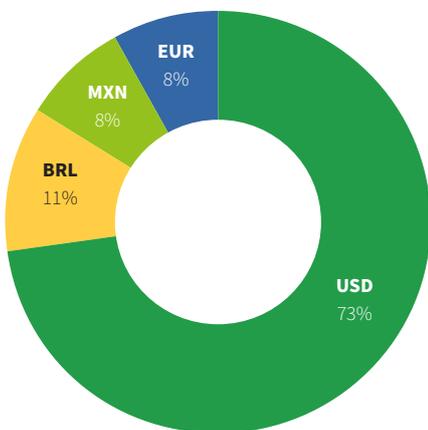
Até o final de 2022, o volume acumulado de SLBs da ALC atingiu USD26,5bi, representando 17% do mercado de VSS+ local, em comparação com apenas 5,4% globalmente. O maior mercado local foi o Brasil, com 45% (USD11,9bi) do montante regional, composto por 37 títulos de 26 emissores corporativos. Em seguida, veio o México, com aproximadamente 30% (USD8,1bi) do mercado, com 25 títulos de 15 emissores corporativos. O Chile ficou em terceiro lugar, com USD2,5bi em dois títulos, incluindo o soberano (80% de seu mercado local). O aumento dos SLBs na região pode ser atribuído à crescente demanda de investidores especializados que buscam diversificar seus portfólios.



O mercado de SLBs da América Latina e do Caribe é dominado por empresas não financeiras (82%), seguidas por emissões soberanas do Chile e do Uruguai, que representam 16%. Esses são principalmente emissores com presença nos mercados de capital de dívida e que buscam avançar em suas estratégias de sustentabilidade.

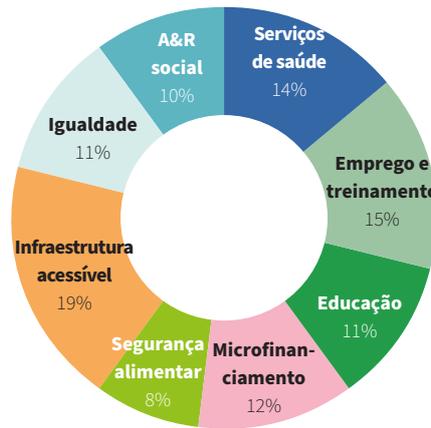
As moedas fortes são as preferidas, com 72% denominadas em dólares americanos e 8% em euros. As moedas locais mais importantes são reais (11%) e pesos mexicanos (8%). O UoP de propósito geral, uma característica dos instrumentos vinculados à sustentabilidade, permite que os emissores corporativos aumentem o tamanho de suas emissões, ajudando a satisfazer o apetite dos investidores internacionais. Os vencimentos mais longos dominam o mercado de SLBs, com as duas transações soberanas variando entre 10 e 20 anos.

Moedas no mercado de SLB na ALC



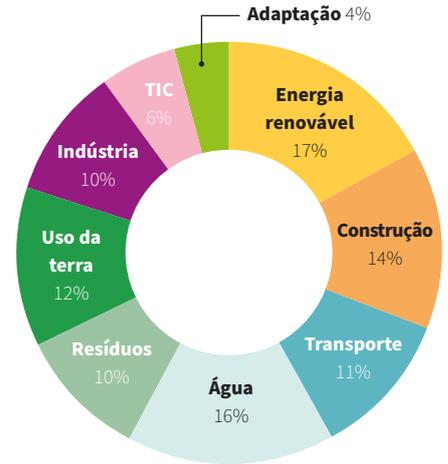
Fonte: Climate Bonds Initiative

UoP social em títulos sustentáveis da ALC



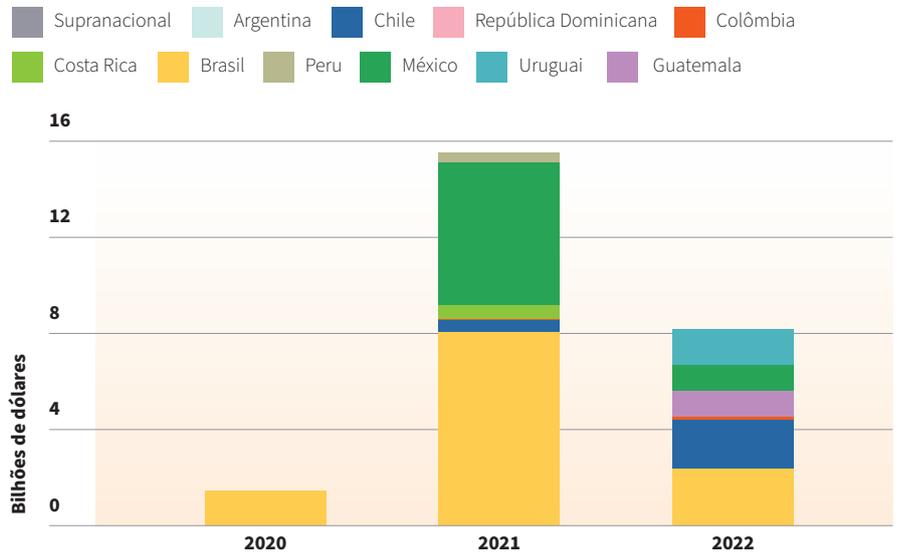
Fonte: Climate Bonds Initiative

UoP verde em títulos sustentáveis da ALC



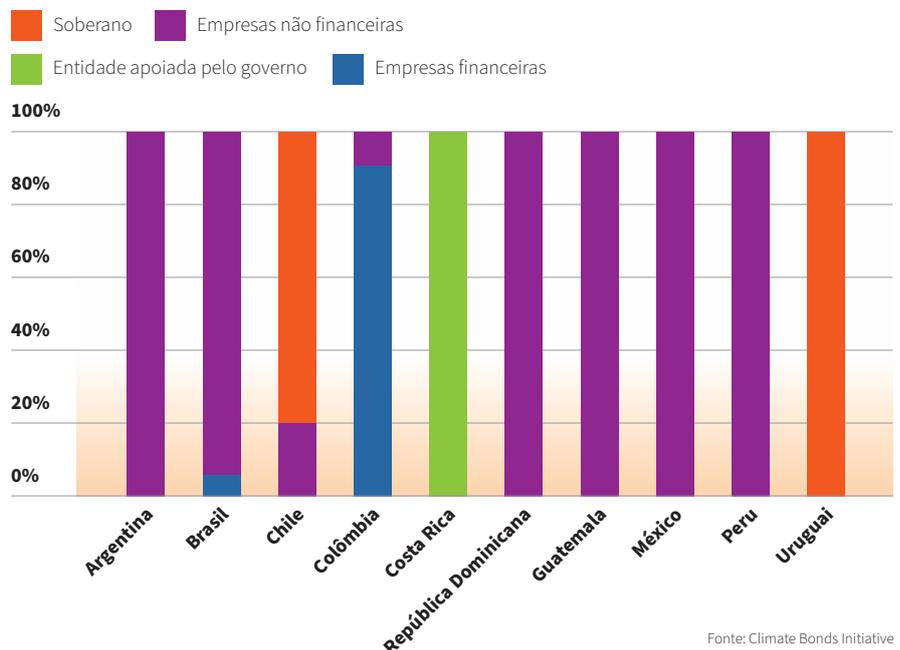
Fonte: Climate Bonds Initiative

Emissões do mercado SLB na ALC por ano



Fonte: Climate Bonds Initiative

Emissões do mercado de SLB na ALC por país



Fonte: Climate Bonds Initiative

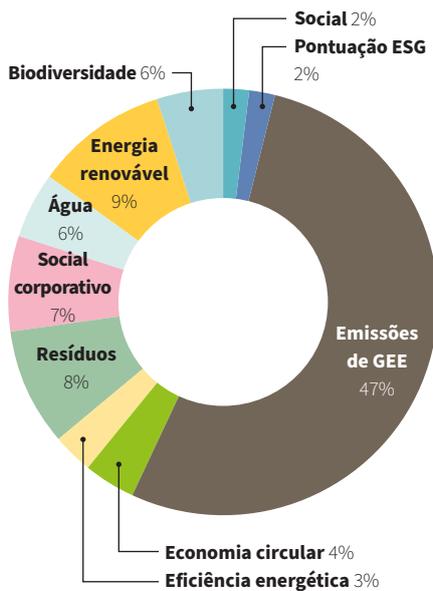
Quase todos (97%) os SLBs obtiveram pontuação SPO, o que foi uma garantia para os investidores, já que as SLBs continuam sendo uma classe de ativos relativamente nova, sendo a Sustainalytics e a ISS ESG os principais provedores de opinião. A primeira analisou um total de USD13,8bi em 29 emissões na região, incluindo dois SLBs soberanos, enquanto a segunda analisou 15 emissões, totalizando USD7,3bi.

As metas de redução de emissões de GEE foram incluídas entre os indicadores-chave de desempenho (KPIs, na sigla em inglês) de 47% dos acordos, e a maioria incluiu dois escopos de emissões, o que significa que cerca de metade não incluiu nenhuma menção à redução de GEE. Energia renovável (9%), resíduos (8%) e indicadores sociais corporativos (7%) foram as próximas categorias mais importantes.

As emissões do Escopo 3 foram mencionadas por 26% (USD 3,3bi) do volume ligado às emissões. Isso incluiu dois títulos da Simpar (USD 625mi e BRL 450mi (USD 83,8mi) e operações da Movida (USD 800mi), Natura Cosméticos (USD 1bi), Globo Comunicação e Participações SA (USD 400mi) e Arcos Dorados BV (USD 350mi).

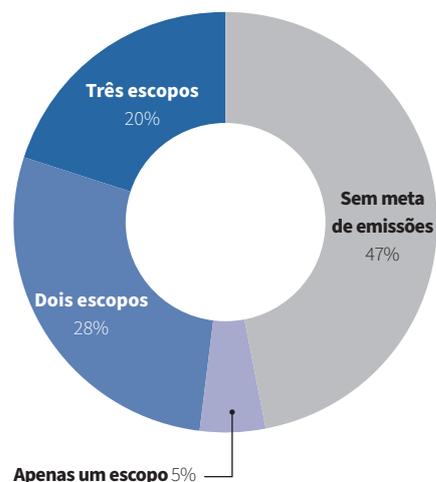
A maioria das operações da América Latina e do Caribe está alinhada com os Sustainability Bond Principles da ICMA e, em menor escala, com as metas baseadas na ciência da iniciativa Science Based Targets (SBTi), que se concentram na definição de uma meta padrão de redução de emissões que poderia se tornar uma referência.

KPIs de SLBs



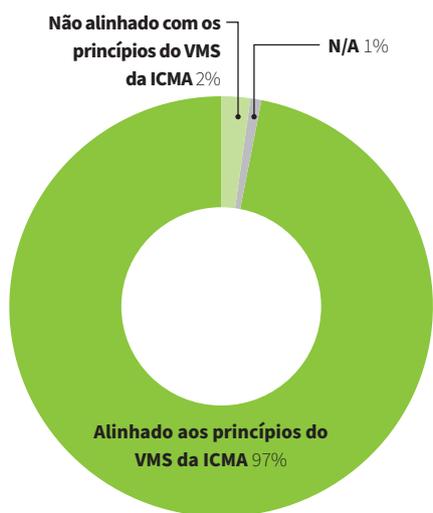
Fuente: Climate Bonds Initiative

Escopo das emissões de GEE



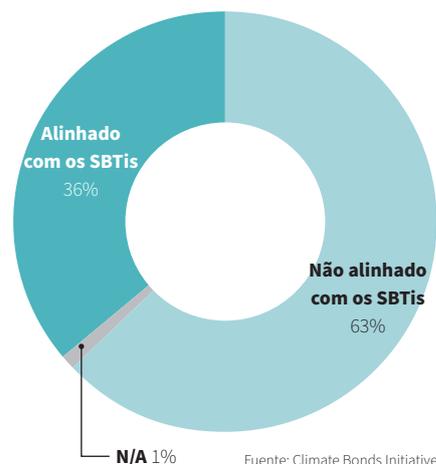
Fuente: Climate Bonds Initiative

Alinhamento dos KPIs aos Princípios SLB da ICMA



Fuente: Climate Bonds Initiative

Alinhamento dos KPIs ao SBTi



Fuente: Climate Bonds Initiative

Bancolombia: Primeiro banco a emitir um SLB na ALC

O **Bancolombia**, o maior banco privado da Colômbia com presença em toda a América Central, foi a primeira instituição financeira da ALC a emitir um SLB. A estruturação da emissão de COP640bi foi apoiada pelo BID Invest e pelo LAGreen Fund. Esse SLB inclui dois KPIs:

KPI 1: Número de pessoas que têm acesso a crédito.

SPT: 1.506.580 pessoas de baixa renda sem banco ou com acesso limitado aos serviços financeiros receberam acesso ao crédito.

Data de observação do SPT:

31 de dezembro de 2025

KPI 2: Redução da intensidade de CO₂ financiado.

SPT: Redução da intensidade de emissões de CO₂ financiadas para um nível de 0,0238tCO₂e/COPmi.

Data de observação do SPT:

31 de dezembro de 2025

O não cumprimento de cada um dos SPTs resultaria em um aumento de 17,5 pontos-base no cupom ao longo da vida restante do título.²³ A colocação privada obteve um SPO da Sustainalytics, confirmando o alinhamento com os Princípios SLB da ICMA. O BID recebeu COP334bi, o BID Invest COP206bi e o Fundo LAGreen COP90bi.

Desafios e obstáculos ao crescimento

Os compromissos de divulgação são um dos principais desafios para os emissores temáticos no mercado de ALC.



Os emissores de dívida temática em todo o mundo enfrentam desafios para cumprir seus compromissos de divulgação. A ausência de diretrizes e estruturas claras de divulgação gera incerteza e heterogeneidade e dificulta o cumprimento das obrigações de divulgação. As regiões com mercados maiores tendem a ter práticas de emissão mais robustas, incluindo compromissos de divulgação.

Mais especificamente na região da ALC, os emissores muitas vezes não têm clareza sobre as especificidades de quais informações são

relevantes para os investidores e como divulgá-las de forma consistente. Por exemplo, em 2021, quando a Climate Bonds analisou uma amostra do mercado, cerca de apenas metade dos emissores latino-americanos informou sobre a alocação de fundos após a emissão.²⁴

Para superar esse desafio, são necessários desenvolvimento e uso de estruturas padronizadas de divulgação e o fornecimento de orientações claras aos emissores sobre as informações a serem divulgadas. Iniciativas como a Green Bond Transparency Platform (GBTP) do BID, que centraliza e harmoniza a divulgação de dados, são cruciais para trazer maior transparência ao mercado.

A região da ALC é vulnerável a choques externos, incertezas e à desaceleração econômica dos principais parceiros comerciais, como a China. Isso diluiu o potencial da política macroeconômica para lidar com a recuperação econômica e proteger os grupos mais afetados,

ao mesmo tempo em que aborda os desafios ambientais. Estima-se que 32,1% da população total da ALC vive na pobreza e 13,1% na pobreza extrema, o que exerce uma enorme pressão sobre os recursos do setor público.²⁵

Espera-se que as tendências políticas atuais na região continuem em 2023, com desaceleração do crescimento, taxas de juros mais altas, queda nos preços das commodities, enfraquecimento na confiança dos consumidores e das empresas e dificuldades para as pequenas empresas. Além disso, a possibilidade de agitação e paralisia política poderia correr ainda mais a confiança e pesar sobre a atividade econômica.²⁶ Os gastos públicos voltaram-se para objetivos sociais.

Devido ao seu tamanho e escopo, os mercados de capital de dívida podem desempenhar um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento de uma economia sustentável, facilitando o acesso a financiamentos de longo prazo e em larga escala. O trabalho de análise de precificação de títulos verdes da Climate Bonds confirma que há investidores dispostos a comprar dívida rotulada com as credenciais necessárias, o que está gerando uma dinâmica de precificação favorável no mercado. No entanto, muitos investidores com mandato para comprar dívida de mercados emergentes não conseguem combinar o risco cambial e o risco de crédito, ou consideram emissões de pequeno porte e ativos menos líquidos. Consequentemente, o desbloqueio da oferta de capital na região da América Latina continua sendo um desafio. Embora os SLBs tenham demonstrado um potencial de crescimento promissor, a maioria dos emissores que estão explorando os mercados internacionais já é bem conhecida. Portanto, a adoção mais

ampla e a participação aumentada de uma gama de investidores podem ser necessárias para desbloquear totalmente o suprimento de capital da região e apoiar o desenvolvimento de emissores menores e menos conhecidos.

As pequenas e médias empresas (PMEs) da região, que precisam de capital modesto, têm dificuldade para acessar os mercados de capital e obter empréstimos. Os bancos de desenvolvimento, como o BID e o Banco Mundial, estão canalizando recursos para apoiar a redução de riscos, o financiamento, os mercados de capital, os serviços bancários e comerciais, permitindo que mais emissores cheguem ao mercado.²⁷ Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs) têm apoiado reformas institucionais com o objetivo de aumentar a inclusão financeira das populações rurais, das PMEs e de outros grupos que atualmente não têm acesso aos serviços financeiros do setor formal.²⁸

A rotulagem verde ou VSS+ no mercado amplia a disponibilidade de opções de crédito e financiamento. Na América Latina e no Caribe, há um enorme pipeline inexplorado de projetos e ativos sustentáveis de pequena escala, especialmente em agricultura, edifícios verdes, gestão de resíduos, energia renovável distribuída e mobilidade urbana, que poderiam se beneficiar da rotulagem verde. O desenvolvimento de mecanismos de agregação para projetos VSS+ menores poderia servir para liberar capital privado para apoiar esses tipos de ativos que, de outra forma, não teriam recursos suficientes.

A Climate Bonds recomenda três ações para tratar desses problemas. Duas das recomendações vêm do relatório de pesquisa 101 Sustainable Finance Policies for 1.5o C, publicado pela Climate Bonds em março de 2023, que descreve 101 medidas

de políticas públicas disponíveis para governos, reguladores e formuladores de políticas de bancos centrais para facilitar a transição para o carbono líquido zero.²⁹

1. Os reguladores devem intervir para incentivar a participação de investidores locais em negociações de emissores locais.

Como exemplo, os bancos centrais podem ajustar ponderações de risco e requisitos de reserva, incluindo fatores de apoio ao verde ou penalização ao marrom, para considerar os riscos climáticos (Política 88) ou ajustando reservas cambiais verdes para contemplar o risco climático, o que pode incentivar investimentos sustentáveis (Política 82).



2. Os prestadores de serviços, como bancos ou empresas de securitização, podem criar soluções inovadoras, incluindo mecanismos de agregação ou estruturas financeiras combinadas para dívidas rotuladas.



3. As bolsas de valores podem apoiar o desenvolvimento de instrumentos de VSS+ introduzindo segmentos específicos para mostrar as melhores práticas, etc.

Por exemplo, a Bolsa de Valores da Colômbia lançou uma plataforma para negociar títulos verdes e a B3 do Brasil introduziu um segmento sustentável para listar empresas que atendam a critérios específicos de ESG. Por meio da padronização e da transparência, essas iniciativas podem atrair financiamento para apoiar as entidades em sua jornada de sustentabilidade e atrair mais participantes para o mercado, diversificando assim os investidores.



Apoio ao desenvolvimento do mercado: coleta de dados e harmonização para decisões de investimento

Para reduzir o desafio da clareza dos compromissos de divulgação e fornecer orientação e padronização para as práticas de divulgação pós-emissão, o BID desenvolveu a **Plataforma de Transparência de Títulos Verdes (GBTP)**, uma ferramenta pública útil e gratuita que coleta, em primeira mão, dados de divulgação voluntária diretamente dos emissores de títulos verdes e revisores externos, fornecendo dados confiáveis, granulares e comparáveis para a tomada de decisões com base em evidências.



A plataforma apoia a padronização e a harmonização dos relatórios de títulos, incluindo dados detalhados sobre o apoio à produção e o impacto ambiental; metodologias usadas para o cálculo do impacto; e documentação relevante, como estruturas, verificações e certificações. Além disso, ela informa sobre o impacto por meio de mais de 200 indicadores-chave de desempenho (KPIs) padronizados em diferentes categorias de projetos, como energia renovável, transporte, água e biodiversidade, entre outros. A GBTP promove a integridade dos dados, incentivando os emissores a divulgá-los de acordo com os padrões internacionais.

A GBTP colabora com autoridades públicas, bolsas de valores, órgãos reguladores e acadêmicos para apoiar avaliações de padrões baseadas em evidências, possibilitando uma aspiração comum de transparência e relatórios. Seus dados de alta qualidade facilitam pesquisas que resultam em descobertas importantes que contribuem para o desenvolvimento do mercado de títulos verdes na região.

Reconhecida em 2022 como a Iniciativa de Títulos Verdes do Ano pela Environmental Finance, ela se tornou a plataforma de referência para a divulgação pós-emissão na região, com os usuários avaliando as práticas de divulgação de seus pares do mercado e usando o material de orientação para sua própria divulgação. Desde seu lançamento em abril de 2021, a plataforma incluiu cerca de 80% do volume de emissões da região da ALC, com mais de 200 transações relatadas por mais de 100 emissores. Sua estrutura técnica flexível, projetada para promover a divulgação padronizada, pode ser replicada em outras regiões e para outros tipos de instrumentos. Em 2023, foi selecionada como um exemplo de “boa prática global” pela Oxford Economics.

Apoio ao desenvolvimento do mercado: garantias de suporte às emissões.

Os bancos de desenvolvimento geralmente fornecem mecanismos de melhoria de crédito ou garantias de investimento para facilitar a emissão de dívida rotulada. Esses mecanismos podem incluir contratos públicos e privados, como seguros, resseguros e outras garantias. Ao reduzir o risco e os custos de empréstimo da emissão de dívida, esses mecanismos podem incentivar a participação do investidor privado e multiplicar o impacto dos fundos públicos. Além de beneficiar uma única transação, o aprimoramento de crédito dos SLBs soberanos também pode ter um efeito de longo prazo na redução do custo geral do serviço da dívida de um país.³⁰ Exemplos notáveis incluem a garantia do BID Invest para o título verde da CADU, o primeiro título de desenvolvimento habitacional no México em 2020; o título Promerica CR, o primeiro título sustentável no Panamá; e a garantia do BID para o título social soberano do Equador.



Principais desenvolvimentos de políticas sobre finanças sustentáveis na ALC

Políticas e regulamentos atuais e novos

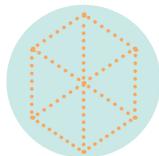
Embora a região da ALC não seja considerada uma grande contribuinte para as emissões globais de GEE de acordo com o Protocolo de Kyoto, os países da ALC reconhecem as interdependências entre sustentabilidade, desenvolvimento econômico, comércio e investimento. Além dos 20 acordos ambientais internacionais que os países ratificaram coletivamente a partir de 2022 na ALC, a região progrediu na integração de políticas de sustentabilidade nas agendas de instituições públicas e privadas, seja por meio de medidas e diretrizes voluntárias ou requisitos obrigatórios.³¹ Esse desenvolvimento foi facilitado pela assinatura de protocolos, compromissos públicos e a implementação de novas regulamentações para a integração de ESG, incluindo a divulgação e transparência para produtos financeiros.

O mercado de finanças sustentáveis na ALC ainda está em um estágio incipiente. Não é de se surpreender que as finanças sustentáveis tenham adentrado os mercados mais maduros da região, como Chile, Brasil, México e Colômbia. Com políticas e regulamentações sólidas para apoiar o desenvolvimento local, os mercados menores da ALC também podem se beneficiar do crescente impulso global em torno dos investimentos sustentáveis.

Políticas e regulamentações públicas e corporativas sólidas são cruciais para o desenvolvimento do mercado, facilitando a transição para uma economia de emissões líquidas zero e resiliente. O gráfico a seguir apresenta a evolução das políticas na região de 2021 a 2023 e reafirma o processo de transformação em andamento. Como mercados emergentes, os países da América Latina e do Caribe podem ter como referência as políticas públicas de outros países.

Principais desenvolvimentos de políticas em apoio às finanças sustentáveis na ALC de 2021 até o momento.

- 1. Comitês de desenvolvimento de mercado:** a criação de um comitê de desenvolvimento de mercado com representação das principais partes interessadas pode acelerar o progresso das estruturas regulatórias. A introdução de políticas mais sofisticadas pode canalizar recursos para uma economia de baixo carbono.
- 2. Taxonomias nacionais:** o desenvolvimento de critérios para setores com forte presença nos mercados locais pode ajudar os credores a priorizarem projetos verdes e aumentar o entendimento dos mutuários sobre categorias de projetos aceitáveis.
- 3. Compromissos ou protocolos:** acordos com entidades públicas ou privadas locais sobre iniciativas sustentáveis podem aumentar a adoção de princípios de sustentabilidade e transparência por organizações locais, especialmente em mercados pequenos.



4. Materiais educativos de mercado:

compartilhados por instituições locais, como bolsas de valores, envolvem os participantes do mercado local. Os mais eficazes são aqueles que estão em conformidade com os padrões internacionais.

5. Regulamentações e relatórios de ESG: trazem rigor e uniformidade ao mercado.

Os formuladores e reguladores de políticas financeiras podem impulsionar o crescimento



As regulamentações que aumentam a clareza, transparência e comparabilidade para os investidores podem promover o crescimento do mercado. Estratégias financeiras devem visar mobilizar recursos tanto do setor público e quanto do privado. As políticas podem abordar riscos sistêmicos para o sistema financeiro, mitigando falhas de mercado decorrentes de informações imprecisas e garantindo uma proteção robusta ao investidor, para facilitar o crescimento do mercado.

O risco de choques fiscais negativos aumenta com a ocorrência frequente e grave de desastres naturais relacionados ao clima. Isso pode levar a problemas como aumento da dívida pública, atraso ou abandono de projetos de investimento e instabilidade na política fiscal. Para gerenciar essas situações com eficácia, os ministérios, reguladores financeiros, supervisores e outros agentes de mercado relevantes precisam de informações precisas para avaliar os efeitos da mudança climática nas contas financeiras, bem como ferramentas financeiras para gerenciar os impactos dos desastres naturais e uma estrutura de governança para lidar com os riscos fiscais.³²

O compartilhamento de conhecimento e a educação são essenciais

Várias bolsas de valores da América Latina e do Caribe desenvolveram e publicaram diretrizes voluntárias para emissões com o rótulo VSS+ para o benefício de emissores e investidores. Essa documentação pode socializar o conceito de emissão de dívida rotulada. Do ponto de vista do investidor, esses materiais chamam a atenção para a importância da dívida rotulada e apresentam as principais definições e desenvolvimentos. Do ponto de vista do emissor local, esses documentos podem apresentar o conceito e a mecânica do financiamento sustentável e fornecer orientação sobre o processo de emissão. Os exemplos incluem:

- 1. Bolsa de Valores de Lima (Peru):** Guia de títulos verdes para o Peru (2018) e Guia de títulos sociais, sustentáveis e alinhados aos ODS para o Peru (2021).^{33, 34}



ESTUDO DE CASO - A fusão das bolsas de valores da Colômbia, do Peru e do Chile

A holding regional que engloba as bolsas de valores da Colômbia, do Chile e do Peru deverá ser lançada em 2023 e estará totalmente operacional em 2024. Projeções estimam que ela gerará receitas da ordem de USD81mi e lucro líquido da ordem de USD20mi, com um alcance de 568 emissores potenciais. Essa fusão pode facilitar uma maior participação das empresas nos mercados de capitais, ampliando o conjunto de emissores comprometidos com a sustentabilidade e proporcionando retornos financeiros aos investidores. A holding regional tem como objetivo simplificar o acesso aos mercados de capitais regionais, reduzir os custos de emissão, diversificar produtos e serviços e fornecer liquidez financeira aos investidores, incluindo investimentos internacionais em instrumentos VSS+, mobilizando assim recursos para projetos sustentáveis. Entretanto, a harmonização da regulamentação e dos processos entre os países representa um desafio.³² Atualmente, um comitê está discutindo as regras comuns para transações de holdings para atender às exigências de todas as jurisdições, que se aplicarão aos princípios de sustentabilidade, considerações ESG e proteção ao investidor, a fim de melhorar a transparência e a responsabilidade nos mercados financeiros.

- 2. Bolsa Centroamericana de Valores (Honduras):** Guia para a emissão de títulos verdes, sociais e sustentáveis (2022).³⁵

- 3. Superintendência Financeira da Colômbia:** Guia de Boas Práticas para a Emissão de Títulos Verdes (2020).³⁶

As bolsas podem estabelecer segmentos verdes para aumentar a visibilidade dos instrumentos de finanças sustentáveis.³⁷ Os requisitos de listagem desses segmentos proporcionam aos investidores transparência e garantia de que as melhores práticas foram observadas, reduzindo os requisitos de *due diligence*. De acordo com a iniciativa Bolsa de Valores Sustentáveis, 38% das bolsas têm segmentos de títulos ESG.³⁸ Treinamentos também podem ser oferecidos para apoiar o desenvolvimento de expertise local na verificação de títulos verdes e no fornecimento de opinião de segunda parte. Isso pode ajudar a impulsionar os mercados locais de títulos verdes e reduzir o custo da verificação.

Principais desenvolvimentos de políticas sobre finanças sustentáveis na ALC.

2021

O International Sustainability Standards Board (ISSB) foi criado na COP26, em Glasgow, com a missão de desenvolver padrões que resultariam em uma linha de base global abrangente e de alta qualidade para divulgação de informações sobre sustentabilidade, com foco nas necessidades dos investidores e dos mercados financeiros.³⁹

Na estrutura do UK PACT, Programa do Reino Unido, a Plataforma de Finanças Verdes na Argentina para combater as mudanças climáticas, foi lançada com o objetivo de melhorar o acesso das PMEs a financiamentos sustentáveis e contribuir para a ecologização do setor agroindustrial.⁴¹

Na Argentina, 18 bancos assinaram um Protocolo de Finanças Sustentáveis, com o objetivo de incentivar as instituições financeiras do país a aplicar as melhores práticas e políticas internacionais que promovam a integração de fatores ESG.⁴⁰

A Costa Rica aprova uma lei para promover o financiamento e investimento para o desenvolvimento sustentável por meio do uso de títulos públicos temáticos, tornando-se o primeiro país da América Central a tornar obrigatória a adoção de investimentos ESG por investidores institucionais e a estabelecer incentivos para emissores temáticos.^{42, 43}

Os bancos BAC Credomatic (Regional), Banco Promerica e Coopeservidores aderiram à **Net-Zero Banking Alliance (UNEP-IF) e aos Principles for Responsible Banking (UNEP-IF).**⁴⁴

O Paraguai lançou a Parceria Público-Privada para Finanças Sustentáveis, criada pela Mesa de Finanzas Sostenibles (MFS), que inclui quase todo o setor bancário e o setor público.⁴⁵

No Chile, a Comissão de Mercado Financeiro (CMF) emitiu a Norma Geral 461, que incorpora questões de sustentabilidade e governança corporativa nos Relatórios Anuais das instituições financeiras supervisionadas.⁴⁷

O Chile lançou o Plano de Atividades da Taxonomia, que discutiu em detalhes as opções e os custos do desenvolvimento de uma taxonomia nacional.⁴⁶ A iniciativa encomendou um roteiro de taxonomia à Climate Bonds e ao BID.

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exigiu que as empresas listadas divulgassem informações ESG de acordo com os padrões internacionais.⁴⁸

2022

Na COP27, 11 países da América Latina e do Caribe assinaram uma declaração conjunta sobre financiamento climático, reafirmando seu **compromisso com o acesso a informações de ESG e políticas climáticas.**⁴⁹

A Colômbia foi o primeiro país da América Latina e do Caribe a adotar uma Taxonomia Verde Nacional, sendo o processo de desenvolvimento liderado pela Superintendência Financeira da Colômbia (SFC) e pelo Ministério das Finanças (MHCP).⁵⁰

A mesma instituição também emitiu as Regras 008 e 020, que exigem que os títulos de ESG estejam em conformidade com os padrões internacionais de divulgação de ESG.⁵¹

No Uruguai, o governo publicou uma estrutura para potenciais emissores dos Títulos Uruguaios Indexados a Indicadores de Mudanças Climáticas (BIICC), com base nos cinco componentes principais dos Princípios de Títulos de Ligação à Sustentabilidade de 2020 da ICMA.⁵²

No **México,** a Comissão Nacional de Bancos e Valores Mobiliários (CNBV) lançou uma ferramenta para o autodiagnóstico voluntário de riscos climáticos e de ESG por instituições financeiras.⁵³

Em abril de 2022, os fundos de pensão no México (AFOREs) foram obrigados a incorporar critérios de ESG em suas estratégias de investimento, conforme exigido pela regulamentação da Comissão Nacional do Sistema de Poupança para Aposentadoria (CONSAR).^{54, 55}

No **Brasil,** a Associação das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) ampliou suas exigências de autorregulação para a identificação de fundos de renda fixa e variável.⁵⁶

A CVM lançou um novo Marco Regulatório para Fundos de Investimento, que limita o uso de termos relacionados a finanças sustentáveis exclusivamente a fundos cujas políticas de investimento buscam gerar benefícios ambientais.⁵⁷

Em dezembro de 2022, a Anbima lançou diretrizes para a emissão de títulos com o rótulo VSS+.⁵⁸

Na República Dominicana, a Asociación Dominicana de Bancos Múltiplos (ABA) aderiu à **Rede Bancária Sustentável do IFC.**⁵⁹

2023

Lançado na 3ª Conferência dos Bancos Centrais sobre Riscos Ambientais na Cidade do México, o Centro de Riscos Climáticos Financeiros (CFRCenter) foi criado como um novo centro na América Latina e no Caribe para reunir bancos centrais, autoridades de supervisão e outras instituições financeiras públicas e privadas para

desenvolver as melhores práticas de gerenciamento de riscos relacionados ao clima nos sistemas financeiros da região. Seu objetivo é promover discussões abertas, desenvolver capacidades e compartilhar conhecimento e experiência na identificação, avaliação, divulgação e gestão de riscos financeiros relacionados ao clima.⁶¹

No México, o Ministério da Fazenda lançou a Taxonomia Nacional Sustentável para incentivar o investimento em atividades econômicas que protegem o meio ambiente e reduzem as diferenças sociais e de gênero.⁶⁰

Metodologia: Essas categorias são uma versão simplificada dos tipos de políticas presentes na Climate Bonds Policy Database, com base nos desenvolvimentos mais relevantes na ALC desde a última atualização da Climate Bonds. Essas regulamentações desempenharam um papel crucial na região, servindo como catalisadores para a introdução de vários instrumentos de dívida reformulando a narrativa em torno do sistema financeiro. Elas conseguiram integrar os riscos físicos relacionados ao clima nas avaliações de risco de crédito e promoveram maior transparência na divulgação de informações sobre os ativos e projetos das empresas. Embora a ALC possa ser vista como um caso exemplar para os desenvolvimentos globais, a região também tem a oportunidade de aprender com outros países que estão implementando políticas importantes nessa área.

- Compromisso nacional e local
- Regulamentação
- Comitê de Desenvolvimento de Mercado
- Plataformas financeiras sustentáveis
- Taxonomia nacional
- Guias

Oportunidades políticas

A transição para uma economia de baixo carbono oferece oportunidades para todos os atores, especialmente para os formuladores de políticas, que podem aproveitar a oportunidade para direcionar as economias reais e financeiras para um futuro verde. A conscientização sobre os benefícios de investir na transição pode motivar a ambição política, apoiando o desenvolvimento econômico, a soberania energética e proporcionar outros benefícios. No entanto, a inação prejudicará o crescimento e aumentará os custos. Portanto, um padrão regulatório é fundamental para direcionar investimentos em projetos que contribuam para a transição.

Há três pilares principais de políticas para direcionar o capital para as necessidades de desenvolvimento sustentável:

1. Velocidade: garantir a ação rápida de todos os tomadores de decisão,

2. Direção: inclinar toda a economia para a transição,

Simplificar: esclarecer e racionalizar o investimento sustentável.

Em todas as áreas de responsabilidade, os formuladores de políticas devem esperar volatilidade. A ação tardia, ou seja, após 2030, exigirá políticas mais rigorosas para limitar as emissões de carbono, mudanças tecnológicas repentinas, e provavelmente o orçamento de carbono será excedido antes que as emissões diminuam. Uma transição rápida é essencial para minimizar essa volatilidade.

Os formuladores de políticas desempenham um papel fundamental na reorientação dos fluxos financeiros. É essencial que todos os departamentos governamentais, bancos centrais e órgãos reguladores trabalhem ativamente em prol da transição, dentro de uma estrutura política clara e coordenada. Uma estrutura de políticas financeiras sustentáveis permite que os formuladores de políticas capturem fluxos financeiros privados e alcancem níveis mais altos de descarbonização. Isso significa que os governos poderiam aumentar as ambições climáticas de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) se considerarem os níveis mais altos de financiamento que podem acessar para financiar a descarbonização.⁶³

O relatório Climate Bonds 101 Sustainable Finance Policies for 1.5°C, mencionado acima, sugere políticas para alavancar esse mercado. Os exemplos incluem o incentivo ao uso de instrumentos financeiros verdes e sustentáveis por meio de subsídios e incentivos (Política 10) e a disponibilidade de subsídios financeiros verdes para pequenas e médias empresas (Política 12). Além disso, os mercados desenvolvidos podem apoiar os países da América Latina e do Caribe fornecendo garantias soberanas (Política 13), aumentando o fornecimento de financiamento combinado (Política 19) e oferecendo financiamento verde para exportação e desenvolvimento (Política 23).



Mecanismos como o financiamento misto, garantias de redução de risco, trocas de dívida por natureza e acordos maiores podem ajudar a canalizar o financiamento para emissores baseados em mercados emergentes. O incentivo aos bancos nacionais de desenvolvimento e o estabelecimento de políticas governamentais para aumentar o financiamento combinado para projetos verdes podem facilitar o fluxo de capital para projetos mais arriscados. As instituições de desenvolvimento assumem a parte de maior risco (dívida júnior) de um título ou empréstimo, deixando uma parte de menor risco (dívida sênior) para investidores privados mais avessos ao risco. Assim, uma gama maior de investidores pode apoiar projetos verdes e sustentáveis em países emergentes e diversificar seus investimentos. Isso, por sua vez, pode ajudar a aumentar o portfólio de projetos passíveis de investimento e permitir o investimento privado em projetos verdes menores.

Taxonomias na região

Conforme observado na seção anterior, o desenvolvimento de taxonomias nacionais pode contribuir para o crescimento do mercado local. As taxonomias se tornaram um elemento central do mercado de finanças sustentáveis e as taxonomias nacionais permitem o reconhecimento das características do mercado local, como setores econômicos dominantes ou áreas cruciais para viabilizar as metas nacionais de sustentabilidade.



- **Uma taxonomia verde ou sustentável é um sistema de classificação que identifica e define atividades, ativos ou projetos de investimento** com impactos ambientais e sociais positivos, com base em objetivos e critérios estabelecidos.
- **Uma taxonomia traz clareza, transparência e certeza aos mercados financeiros** ao estabelecer definições precisas e consistentes de atividades sustentáveis, o que, por sua vez, pode incentivar o investimento e um melhor acompanhamento dos fluxos financeiros de sustentabilidade. Ao promover definições sustentáveis comuns nos mercados globais, ela pode ser um recurso importante para a construção de um mercado de dívida temático coeso que apoie o crescimento de uma economia de baixo carbono.
- **As definições criam clareza no mercado**, um entendimento compartilhado dos investimentos sustentáveis e evitam a fragmentação do mercado. O escrutínio contra o greenwashing está levando os emissores a optarem por títulos alinhados ao clima, mas é fundamental mostrar as recompensas para aqueles que se esforçam para rotular seus instrumentos e estabelecer agendas de transição robustas. Para evitar o greenwashing, são necessárias práticas e caminhos transparentes, de modo que sejam seguidos princípios e diretrizes materiais viáveis.

- **A Taxonomia Climate Bonds define projetos e ativos que estão em conformidade com uma rota de 1,5o C.** É uma ferramenta para emissores, investidores, governos e municípios determinarem se possuem ativos verdes antes de emitir um título verde. Ela identifica áreas amplas de inclusão que estão sujeitas a critérios e triagem adicionais.⁶⁴
- **A Taxonomia Climate Bonds baseia-se na ciência climática** mais recente e foi desenvolvida por meio de uma ampla abordagem de várias partes interessadas, com base no trabalho de grupos de trabalho técnicos e do setor.
- **A presença de várias taxonomias proporciona uma concorrência saudável**, pois cada uma delas exige um nível diferente de análise e de detalhamento da atividade. Isso promove uma avaliação mais robusta dos projetos, pois incentiva os emissores a examinar seus portfólios em busca de produtos elegíveis.⁶⁵ No entanto, atores internacionais como a Climate Bonds colaboram para garantir a interoperabilidade entre todas as taxonomias regionais e nacionais. Isso é importante para criar coesão na estrutura e no conteúdo por setor e atividade.
- **As taxonomias podem ser usadas pelos emissores para avaliar se possuem ativos verdes**, antes de emitir um título verde, ou pelos desenvolvedores de projetos para considerar seus projetos de acordo com métricas e limites alinhados com uma economia de baixo carbono.
- **São necessárias ações para complementar e atualizar os ativos e as atividades econômicas**, bem como os critérios de elegibilidade e, às vezes, os requisitos de conformidade. Isso incorpora propostas de governança que levam em conta as estratégias definidas para sua atualização e fortalecimento.
- **São necessárias estratégias de implementação para usar as taxonomias de forma eficaz.** Isso inclui a orientação de desenvolvedores de projetos e instituições financeiras para que adequem seus portfólios aos projetos elegíveis. A divulgação do conteúdo e das aplicações de uma taxonomia é fundamental para garantir sua ampla adoção e impacto.
- **As taxonomias podem refletir qualquer objetivo ambiental.** Algumas taxonomias são sustentáveis e incorporam aspectos sociais.

Uma Estrutura de Taxonomia Comum para a ALC

foi desenvolvida em 2022 e publicada recentemente em julho de 2023, liderada pelo PNUMA-IFF, Banco Mundial, PNUD, CEPAL, FMI, BID, DAC, FAO, ISC e Euroclima+, com foco em mitigação e adaptação. Isso fornece uma estrutura comum para orientar o desenvolvimento da taxonomia da ALC, a fim de melhorar a comparabilidade e garantir a interoperabilidade das taxonomias de finanças sustentáveis na região, levando em conta as especificidades locais.

Colômbia: O governo da Colômbia lançou a Taxonomia Colombiana, a primeira na ALC, em 11 de abril de 2022.



A taxonomia verde colombiana está alinhada com os compromissos, estratégias e políticas ambientais do país, garantindo a conformidade com os altos padrões internacionais de sustentabilidade ambiental e aumentando a transparência desses investimentos.

Ele está estruturado para contribuir com os seguintes objetivos ambientais: mitigação e adaptação às mudanças climáticas, gestão da água, gestão do solo, economia circular e prevenção e controle da poluição, além da conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

Os setores prioritários foram selecionados com base em sua relevância econômica para o país e em sua contribuição potencial para os objetivos ambientais: Edifícios, Energia, Transporte, Água, Indústria, Gestão de Resíduos, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra (AFOLU).

México: Em 16 de março de 2023, o Ministério da Fazenda e Crédito Público lançou a Taxonomia Sustentável do México durante a Convenção Bancária da ABM.⁶⁶ Durante sua primeira etapa, a Taxonomia do México concentrou-se no desenvolvimento de três objetivos principais: mudança climática, contribuição para a igualdade de gênero e acesso a serviços básicos relacionados a cidades sustentáveis para 171 atividades econômicas.⁶⁷



República Dominicana:

A Superintendência de Valores lançou a Taxonomia Verde na República Dominicana. A taxonomia local modelará as prioridades ambientais nacionais e internacionais, incluindo os compromissos do Acordo de Paris, e usará a União Europeia como referência metodológica.⁶⁸



Chile: o Ministério da Fazenda está trabalhando no desenvolvimento de uma taxonomia chilena. A Estrutura da Taxonomia foi publicada em 2021, com contribuições da Climate Bonds e do IBD. Espera-se que haja interoperabilidade com padrões internacionais, enquanto fatores locais também serão incorporados, como setores difíceis de eliminar, como o de mineração.



O Peru iniciou o desenvolvimento de sua taxonomia em 2023 pelo Ministério do Meio Ambiente. Espera-se que o país dê atenção especial ao setor agrícola, dada a sua importância econômica.



O Panamá, que já iniciou o desenvolvimento de sua taxonomia, financiada pelo PNUMA, se concentrará no setor de transporte marítimo. Ambas as taxonomias, juntamente com a da **Costa Rica,** cujo desenvolvimento foi anunciado para o início de 2023, seguem a estrutura da Taxonomia Comum da ALC.



O Brasil está explorando uma taxonomia local. A FEBRABAN, a associação bancária local, desenvolveu uma taxonomia com a participação de uma ampla gama de partes interessadas para fornecer às instituições financeiras uma ferramenta de avaliação de riscos climáticos, mas não se trata de uma taxonomia oficial.



O Uruguai também anunciou sua intenção de iniciar o desenvolvimento de uma taxonomia, usando um processo alinhado ao do vizinho Chile.

Destaque para a evolução do mercado

Esta seção destaca os desenvolvimentos que estão moldando o cenário das finanças sustentáveis na ALC, aprofundando-se em três temas principais: os títulos vinculados à sustentabilidade (Sustainability-Linked Bonds, SLBs), economia azul e adaptação e resiliência (A&R). Esses temas destacam as abordagens inovadoras que estão sendo adotadas para enfrentar os desafios ambientais, promover o crescimento econômico e criar resiliência climática na região.

Títulos vinculados à sustentabilidade

A dívida vinculada à sustentabilidade (SLD) inclui SLBs e empréstimos (SLLs), ambos instrumentos vinculados às metas. Os SLBs aumentam o financiamento de propósitos gerais e envolvem penalidades/recompensas (por exemplo aumentos/diminuições de cupom, obrigações de pagamento antecipado etc.) vinculadas à conformidade do emissor com metas de sustentabilidade predefinidas e limitadas no tempo, normalmente no nível da entidade. Até o final de 2022, 77 SLBs haviam sido emitidos na ALC, com um volume acumulado de USD26bi. Os SLBs representam uma participação de mercado muito maior na ALC do que globalmente, com 17,2% contra 5,4%, respectivamente. O maior mercado da região é o Brasil, com 37 transações no valor de USD11,9bi e 45,2% do volume.

Os SLBs podem ser usados por uma ampla gama de emissores porque, diferentemente das operações de uso de recurso (UoP), os fundos dos títulos não precisam ser destinados a atividades específicas. No entanto, a estrutura dos SLBs tem sido criticada pela falta de ambição nos KPIs e os investidores estão começando a analisar mais de perto os planos de transição das empresas para determinar se os emissores têm estratégias sólidas e viáveis. A introdução de novos padrões de mercado, como a 4ª versão do Climate Bonds Standard (veja o quadro abaixo), tem como objetivo abordar as preocupações com a credibilidade.



Os princípios SLB da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA), lançados em 2020, foram amplamente implantados, pois fornecem orientação sobre características de estruturação, divulgação e relatórios para melhorar a alocação de capital para produtos financeiros. Essas diretrizes, que visam promover a transparência, são atualmente destinadas aos participantes do mercado, mas no futuro também abrangerão os emissores soberanos⁶⁹. A ICMA também publicou um registro de KPI ilustrativo que inclui recomendações de alto nível e exemplos para a seleção de KPIs que continuam a ser revisados em conjunto com sua consulta pública "SLBP"⁷⁰. No final de 2022, a Climate Bonds observou que a maioria dos KPIs de SLB se referia à redução das emissões de GEE nos Escopos 1 e 2^{71,72}.

Economia azul

A economia azul refere-se ao uso sustentável de corpos d'água para o desenvolvimento econômico, a melhoria dos meios de subsistência e a criação de empregos, ao mesmo tempo em que preserva a saúde dos ecossistemas dos corpos de água, como rios, lagos, oceanos etc.⁷³. Isso inclui muitas atividades: pesca e aquicultura, energia marinha renovável, biotecnologia, turismo, transporte marítimo e desenvolvimento costeiro.⁷⁴ Além de reconhecer o potencial econômico dos corpos de água, especialmente dos oceanos, é preciso reconhecer os danos causados pela pesca excessiva, pela poluição da água e pelas mudanças climáticas, que ameaçam a saúde dos oceanos e das comunidades costeiras. O Objetivo 14 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU reconhece os desafios atuais para os ecossistemas marinhos.

A região da ALC, com vários países costeiros e insulares, tem um enorme potencial para a expansão sustentável da economia azul. Sua grande área oceânica representa 60% ou mais do território soberano de 22 países da região, e um litoral de mais de 70.000 km contendo uma rica biodiversidade marinha e muitas das maiores áreas urbanas e rurais da região.⁷⁵



Promover a economia azul significa priorizar o uso sustentável dos corpos de água por meio de políticas, práticas e governança.⁷⁶ Isso inclui investir em pesquisa e inovação para o desenvolvimento de novas tecnologias, como coleta de resíduos oceânicos e parques eólicos offshore, atividades baseadas no oceano, melhoria da governança oceânica e proteção da biodiversidade marinha. Os oceanos são um dos maiores reservatórios de biodiversidade do mundo. Constituindo mais de 90% do espaço habitável do planeta e contendo cerca de 250.000 espécies conhecidas, a conservação da biodiversidade marinha é vital para a manutenção de um planeta saudável.⁷⁷ Em 2020, estimou-se que cerca de 40 milhões de empregos estarão ligados aos oceanos até 2030.⁷⁸ A governança da economia azul deve envolver várias partes interessadas, incluindo governos, indústria, sociedade civil e comunidades locais, com a tomada de decisões baseadas na ciência para que ela prospere e seja transparente.⁷⁹

As tecnologias da economia azul, como as descritas abaixo, são soluções que podem ser usadas para promover o uso sustentável dos corpos de água e, ao mesmo tempo, impulsionar o desenvolvimento econômico, especialmente em atividades baseadas no oceano.

1. Energia eólica offshore: Parques eólicos offshore foram desenvolvidos em muitas partes do mundo para aproveitar a força do vento e gerar energia limpa. As instalações eólicas offshore são qualificadas para a certificação Climate Bonds de acordo com os critérios de energia renovável offshore.⁸⁰



2. Tecnologias de aquicultura: os avanços na tecnologia de aquicultura possibilitam o desenvolvimento de peixes sustentáveis e práticas de cultivo, reduzindo assim a pressão sobre a pesca selvagem. Exemplos dessas tecnologias incluem os sistemas de recirculação aquícolas (RAS, na sigla em inglês), a aquicultura multitrófica integrada (IMTA, na sigla em inglês) e o cultivo em gaiolas.⁸¹



3. Tecnologias de gerenciamento costeiro: tecnologias como mapeamento costeiro e sensoriamento remoto estão sendo usadas para melhorar o gerenciamento costeiro e a tomada de decisões. Essas ferramentas podem fornecer informações detalhadas sobre ecossistemas costeiros, mudanças na linha costeira e condições oceanográficas para apoiar o planejamento e o gerenciamento eficazes.



4. Tecnologias de pesca sustentável: tecnologias de pesca sustentável, como dispositivos de agregação de peixes, equipamentos de pesca seletiva e sistemas de monitoramento em tempo real, estão sendo desenvolvidas e aplicadas para reduzir as capturas acessórias e promover práticas de pesca responsáveis.



A certificação Climate Bonds Standard versão 4 (CBS v4) foi ampliada para além dos instrumentos e uso de recurso (UoP), incluindo entidades corporativas não financeiras e seus SLBs.



Com lançamento em abril de 2023, o CBS v4 é um novo e importante desenvolvimento para a Climate Bonds, que vem impulsionando o financiamento climático confiável há mais de uma década. Com base em sua experiência no desenvolvimento de Critérios setoriais detalhados para ativos, atividades e investimentos, a Climate Bonds fornecerá Critérios transparentes com base científica para entidades corporativas não financeiras, confiáveis e instrumentos semelhantes, além de garantir aos investidores que os requisitos de sustentabilidade foram

atendidos em relação a qualquer emissão certificada. Esse trabalho vai além dos caminhos de transição setorial e inclui os principais elementos de governança que indicam a prontidão de uma empresa para fazer a transição para emissões líquidas zero. A certificação está disponível para empresas com emissões já próximas de zero, bem como para aquelas com atividades em setores de alta emissão, desde que a empresa tenha metas de desempenho suficientemente ambiciosas e planos de transição confiáveis. O CBS v4 permite que as empresas alinhadas às trajetórias de 1,5°C, ou aquelas que estarão alinhadas às trajetórias de 1,5°C até 2030, obtenham a certificação. Os SLBs emitidos por e em relação às atividades de empresas não financeiras qualificadas também podem ser certificadas pelo CBS v4.⁸⁶

O mercado de títulos de dívida rotulados como Verdes, Sociais e de Sustentabilidade (VSS+) pode atrair capital para apoiar o desenvolvimento e a proliferação de tecnologias, como sensoriamento remoto, tecnologias moleculares, bioacústica etc.

Tem havido um interesse crescente em títulos azuis na América Latina para apoiar o desenvolvimento sustentável dos oceanos e os esforços de conservação. Em 2021, o BID Invest emitiu o primeiro título azul da região e, em julho de 2023, fez uma parceria com o Banco Bolivariano para a emissão de um título azul com incentivos vinculados ao cumprimento de metas, o primeiro do gênero no mundo.⁸² O Equador, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Financeira de Desenvolvimento dos EUA (DFC, na sigla em inglês), concluiu uma conversão de dívida que permitirá ao país alocar recursos a longo prazo para a conservação marinha nas Ilhas Galápagos a fim de promover maior sustentabilidade, e Barbados também emitiu títulos azuis (veja o quadro).⁸³

Belize também tomou medidas positivas em relação à conservação dos oceanos ao se tornar o primeiro país das Américas a converter sua dívida para fins ambientais, com foco específico na conservação dos oceanos. Ao reestruturar cerca de 30% de sua dívida comercial externa, no valor de aproximadamente USD550mi, Belize pretende reduzir sua dívida nacional em 12%. Isso representa um investimento substancial na proteção marinha, já que o país alocará cerca de USD4mi anuais até 2041 para a conservação marinha e expandirá seus parques de proteção marinha, incluindo recifes de coral, mangues e leitos de ervas marinhas por meio dessa troca de dívida por natureza.^{84, 85}

ESTUDO DE CASO - Conversão de dívida por natureza de Barbados

Em 2022, o governo de Barbados, juntamente com o BID, a The Nature Conservancy (TNC) e o Credit Suisse, concluiu uma conversão de dívida por natureza que permitiu ao país reduzir os custos de empréstimos e usar a economia para financiar um programa de conservação marinha de longo prazo. Essa operação consistiu em uma garantia de USD100mi do BID e uma garantia de USD50mi da Conservancy que reforçou um empréstimo concedido à Barbados (Blue Loans) para recomprar a dívida existente. As economias geradas pela operação, atualmente estimadas em USD50mi, serão usadas para financiar um fundo de conservação para cumprir os compromissos de conservação, que incluem a proteção de até 30% do espaço marinho de Barbados e o desenvolvimento de uma economia azul.⁸⁷

O Blue Loan, que consistiu em um mecanismo de empréstimos Dual currency de USD146,5mi, foi usado para recomprar a dívida específica



de Barbados. O Blue Loan de USD73,25m foi financiado por meio da emissão de dois blue bonds organizados pelo Credit Suisse, e os USD73,25m restantes do empréstimo foram financiados pelo CIBC FirstCaribbean em dólares barbadianos.⁸⁸

Esta é a terceira vez que a Conservancy faz parceria com um país para conversão de dívida por natureza, tendo trabalhado anteriormente com Seychelles e Belize; a operação é o primeiro instrumento financeiro garantido tanto por uma instituição multilateral quanto por uma organização não governamental, e também fornece a primeira estrutura de dívida vinculada à sustentabilidade focada na conservação da natureza desenvolvida pelo BID e por Barbados como parte dessa transação.⁸⁹ A operação de Barbados demonstra como o mercado dos títulos de dívida rotulados como Verdes, Sociais e de Sustentabilidade (VSS+) pode atrair capital para apoiar o desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental e as prioridades de desenvolvimento nacionais.

Adaptação e resiliência

À medida que o aquecimento global acelera, os riscos climáticos aumentam.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), mesmo em cenários de baixas emissões de GEE, o mundo enfrentará riscos climáticos graves antes do final deste século, o que chama a



atenção para a urgência de esforços de adaptação ambiciosos e acelerados.^{93,94} O financiamento da adaptação é particularmente importante nos países da ALC, pois a região inclui 9 dos 20 países do mundo mais expostos aos riscos relacionados às mudanças climáticas.⁹⁵ A região já enfrenta desastres naturais, secas prolongadas e ondas de calor.⁹⁶

A transição para uma economia e ecossistemas resilientes exige uma mobilização significativa de capital, mas os atuais fluxos financeiros globais para adaptação são insuficientes, principalmente nos países em desenvolvimento.⁹⁷ É provável que o déficit financeiro de adaptação nesses países seja de cinco a dez vezes maior do que os atuais fluxos financeiros internacionais de adaptação e continue a crescer.⁹⁸ Na região da ALC, é necessário um aumento anual adicional de até USD18,1bi para atender e evitar as perdas atuais.⁹⁹

Investir em adaptação e resiliência (A&R) hoje pode trazer até quatro vezes mais benefícios econômicos no futuro, evitando a necessidade de maiores investimentos e custos de recuperação dos impactos das mudanças climáticas.¹⁰⁰ Os títulos VSS+ oferecem uma maneira de canalizar investimentos para projetos de A&R, fortalecendo a capacidade dos sistemas de lidar com os choques climáticos.

A resiliência já está sendo financiada no mercado de dívida sustentável por meio de vários rótulos temáticos. Entretanto, os instrumentos financeiros claramente projetados e rotulados para apoiar investimentos resilientes continuam escassos. Um dos principais obstáculos é a ausência de um conjunto de projetos passíveis de investimento, principalmente devido à falta de definições claras e baseadas em evidências do que constitui um investimento em resiliência.

Definições e conjuntos de regras claros podem ampliar a gama atual de investimentos elegíveis para inclusão no uso de recursos (use of proceeds, ou UoP) de produtos verdes e de outros títulos

ESTUDO DE CASO - Conversão de dívida por natureza do Equador

Em maio de 2023, o Governo do Equador, o BID e a Corporação Financeira de Desenvolvimento dos EUA (DFC) concluíram uma conversão de dívida por natureza no valor de USD1,65bi que ajudará a



expandir a conservação do capital natural das Ilhas Galápagos e a gestão de suas reservas marinhas. Também promoverá o desenvolvimento da pesca sustentável e de uma economia azul sustentável para as comunidades locais.

A conversão de dívida consistiu em uma operação de mercado por meio da qual o governo equatoriano recomprou, com um desconto médio de 60%, USD1,65bi da dívida soberana pendente, que foi financiada por um empréstimo de USD656mi concedido ao país por um veículo para fim especial (SPV, na sigla em inglês). Esse empréstimo foi reforçado por uma garantia do BID de USD85mi e um seguro contra riscos políticos da DFC no valor de USD656mi. Por sua vez, o SPV financiou o empréstimo por meio da emissão de um título de conservação

marinha de USD656mi (Galapagos Marine Bond) com vencimento em 2041. A emissão foi organizada e estruturada pelo Credit Suisse. 11 seguradoras do setor privado contribuíram com mais de 50% em resseguro para dar mais credibilidade às ambições do Equador. Esse tipo de transação permite que os países melhorem a gestão de suas dívidas, ao mesmo tempo em que impulsionam o investimento em sustentabilidade ambiental e proteção da biodiversidade. Por todos esses motivos, a Moody's Investors Service classificou o novo título do Equador como grau de investimento, 16 níveis acima da classificação de risco soberano.^{90,91,92}

Atualmente, o BID Invest também está trabalhando com o Banco Bolivariano do Equador em um título azul, cujo o recurso (UoP) promoverá e expandirá projetos e oportunidades de financiamento para negócios sustentáveis relacionados à água dos oceanos que abordem os desafios da economia azul, criem oportunidades de negócios sustentáveis nos oceanos e gerenciem os oceanos de forma responsável.

temáticos rotulados, que podem ser expandidos para incluir aqueles que aumentam a resiliência. Essa ampliação incluirá não apenas investimentos que reduzam os impactos físicos diretos das mudanças climáticas, por exemplo barreiras contra enchentes, sistemas de alerta antecipado etc., mas também investimentos que abordem a vulnerabilidade subjacente das pessoas e dos ecossistemas às mudanças climáticas, por exemplo assistência médica, habitação, igualdade de gênero, desmatamento etc.

Para fornecer essas definições, surgiram diretrizes de adaptação e resiliência (A&R). A Climate Bonds publicou os **Princípios de Adaptação e Resiliência**, para fornecer uma estrutura para os Critérios de Resiliência Climática que exigem que os emissores avaliem os riscos climáticos e demonstrem que abordaram esses riscos tomando medidas para reduzi-los e adotando planos de gerenciamento flexíveis.¹⁰¹ Essas definições apoiaram o crescimento de projetos de A&E em instrumentos VSS+ em todo o mundo, fornecendo orientação para monitoramento e relatórios sobre avaliação e gerenciamento de riscos.

Para impulsionar ainda mais a ambição do mercado e facilitar a rápida mobilização de capital global para investimentos na resiliência de sistemas físicos, sociais, ecológicos e financeiros, a Climate Bonds está lançando um **Programa Global de Resiliência Climática**. Seu objetivo é apoiar: (i) a identificação de oportunidades de investimento confiáveis e com base científica que promovam a resiliência (incluindo o desenvolvimento de uma Taxonomia de Resiliência Climática), (ii) a mobilização de financiamento para medidas de resiliência confiáveis e (iii) a aceleração do crescimento dos investimentos em resiliência por meio de um ambiente regulatório e de políticas favoráveis.

No início de 2023, a Climate Bonds iniciou o desenvolvimento da **Taxonomia de Resiliência Climática**, uma estrutura comum para que

emissores, investidores, reguladores de mercado, observadores e formuladores de políticas identifiquem e/ou desenvolvam projetos, ativos, atividades e entidades que façam contribuições significativas, consistentes e verificáveis para a resiliência climática. O BID está colaborando com o desenvolvimento da taxonomia, financiando atividades de pesquisa e engajamento para **garantir a usabilidade e a aplicabilidade da Taxonomia de Resiliência Climática para os países da ALC**.

A ampla aplicabilidade na região permitirá que a Taxonomia seja usada para mobilizar financiamento para custos adicionais de resiliência climática em projetos e ativos, ou atividades facilitadoras.

Mapeamento do universo VSS+ de adaptação e resiliência

A descrição das categorias de elegibilidade de uso de recursos (UoP) baseia-se em informações tornadas públicas por meio da estrutura, dos termos finais ou da estrutura de um título. Os fluxos totais de capital para o clima que são direcionados para investimentos em adaptação e resiliência (A&R) por meio de instrumentos de títulos VSS+ são estimativas. As práticas de divulgação e rotulagem precisam evoluir para capturar e rastrear com precisão o financiamento relacionado à A&R.

Destaque do mercado de adaptação e resiliência na ALC

- Das 654 emissões VSS+ identificadas na ALC no final de 2022, 147 (22%) delas tinham uso de recursos (UoP) relacionadas à resiliência. Isso é maior do que a média global (19%).
- Os bancos de desenvolvimento foram a principal fonte de usos de recurso (UoP) relacionada à resiliência na ALC (46 emissões), seguidos por soberanos (32 emissões) e empresas não financeiras (31 emissões). Há também 24 emissões

de empresas financeiras, 11 de entidades apoiadas pelo governo, duas de governos locais e uma de uma organização sem fins lucrativos.

- As participações dos países vêm do México (26%), Supranacional (24%), Chile (16%), Brasil (14%), Colômbia (8%), Argentina (7%) e Equador (1%). Guatemala, Panamá, Peru e Uruguai representam 0,7% desse mercado cada.

- Cada vez mais, uso de recursos (UoP) relacionados à adaptação e resiliência (A&R) estão sendo adicionados às emissões soberanas VSS+. Em 2021, 57% das emissões soberanas de VSS+ da ALC incluíam UoP relacionados à resiliência. No final de 2022, esse percentual havia aumentado para 83% com alocações do Chile, México e Colômbia.

- Os números regionais confirmam a tendência global:

- Há um mercado oculto para passivos de resiliência que atualmente são financiados com um dos rótulos VSS+ existentes.

- No entanto, de modo geral, o UoP alocados para medidas de A&R precisa aumentar. Isso confirma que o mercado atual está inclinado a soluções de baixo carbono, em oposição a medidas para tratar de A&R. Isso não é surpreendente, dado o perfil pouco chamativo de tais projetos, e uma taxonomia dedicada permitirá que os mutuários identifiquem e priorizem ativos e projetos apropriados.

Quando comparados à recuperação do mercado de títulos global e regional, os números entre 2021 e 2022 mostram uma relativa estabilidade dos componentes de adaptação e resiliência (A&R) no mercado, demonstrando a crescente importância dos investimentos em resiliência na ALC. Naturalmente, essas questões estão concentradas nos mercados mais maduros, como Brasil, México, Colômbia, Chile e Argentina, que estão liderando o caminho no tratamento dos riscos climáticos e sociais. Novas estruturas, definições e diretrizes de resiliência serão fundamentais para aumentar a escala e canalizar mais recursos para essa classe de ativos sistemicamente importante.

Exemplos de emissões de VSS+ com UoP relacionados à resiliência são:

- Os cinco títulos sustentáveis emitidos pelo governo mexicano com um valor acumulado de JPY75,6mi de ienes (USD543,4mi), para os quais o uso de recursos (UoP) foi destinada:

- sistemas de alerta para monitorar e prevenir riscos relacionados à água,
- planos e procedimentos de emergência para riscos relacionados à água,
- construção, operação e manutenção de infraestruturas públicas de esgoto,
- infraestrutura pública de água,
- reabilitação e conservação de represas e projetos baseados em fontes de energia renováveis.

- O título verde de USD1,2mi emitido pela Interchile S.A. em 2021 é destinado à modernização, atualização e adaptação da infraestrutura de transmissão e subestações, a fim de aumentar a resiliência do sistema a eventos climáticos.

Quadro de indicadores de títulos VSS+ para Resiliência Climática na ALC

| | Verde | Social | Sustentável | SLB | Transição |
|------------------------|-------|--------|-------------|------|-----------|
| Número de instrumentos | 30 | 48 | 69 | N.A. | N.A. |
| Número de emissores | 19 | 22 | 21 | N.A. | N.A. |
| Número de países | 4 | 9 | 4 | N.A. | N.A. |
| Número de moedas | 6 | 12 | 14 | N.A. | N.A. |

Quadro de indicadores de títulos VSS+ para Resiliência Climática na ALC, entre 2021 e 2022

| | 2021 | 2022 | Varição percentual em relação ao ano anterior |
|------------------------|------|------|---|
| Número de instrumentos | 48 | 49 | +2% |
| Número de emissores | 26 | 18 | -31% |
| Número de países | 6 | 5 | -17% |
| Número de moedas | 9 | 10 | +11% |

Visão geral e análises aprofundadas sobre países

Chile



Na última década, o Chile foi uma das economias com crescimento mais acelerado na América Latina e se recuperou rapidamente da pandemia da COVID-19 por meio de medidas como apoio fiscal, incentivos ao consumo, saques de fundos de pensão e altas taxas de vacinação.¹⁰² No entanto, como muitos outros países em 2022, o Chile enfrentou alta na inflação (12,8%) e aumento do desemprego (7,9%) devido à geopolítica global. Em dezembro de 2022, a dívida em moeda estrangeira do Chile foi classificada como A- pela Fitch Ratings, indicando um ambiente macroeconômico sólido, dívida pública em declínio, com oportunidades de crescimento econômico e aumento do PIB per capita.¹⁰³

O Chile tem como objetivo alcançar a neutralidade e a resiliência das emissões de GEE até 2050 por meio de sua Lei Marco das Mudanças Climáticas. A estratégia de longo prazo (ECLP, na sigla em espanhol para Estrategia Climática de Largo Plazo) se concentra no desenvolvimento de tecnologia, transferência de conhecimento, indicadores de desempenho climático, capacitação e desenvolvimento de financiamento climático.¹⁰⁴ Em 2020, o Chile atualizou suas NDCs (Nationally Determined Contributions) com base em oito critérios: sinergias com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, transição justa, segurança hídrica, igualdade de gênero, eficiência de custos, Soluções baseadas na natureza (NbS, na sigla em inglês) tipos de conhecimento ¹⁰⁵participação ativa. Essa ambição está presente em todas as estruturas temáticas de dívida soberana do Chile.¹⁰⁶

Em 2018, o Chile lançou a Rota Energética 2018-2022 para modernizar a regulamentação energética, promover tecnologias renováveis, melhorar a eficiência do transporte e melhorar a qualidade de vida.¹⁰⁷ Na última década, a capacidade de

energia solar e eólica do Chile cresceu de 0,6% para 21,4% e a geração de energia renovável atingiu 44% em 2019. O Chile é líder mundial no setor de mineração, especialmente na produção de cobre, e suas abundantes reservas desempenham um papel fundamental para atender à demanda global por esse componente essencial de energia renovável e veículos de baixo carbono. O Chile tem investimentos em infraestrutura, tecnologia e capital humano para um fornecimento eficiente e sustentável de minerais.

Mercado financeiro sustentável

O Chile é o maior emissor de títulos temáticos na região da América Latina (USD43,2bi), com 80% do volume vindo de múltiplas transações soberanas. Em meados de 2023, o Chile era o único país a ter emitido títulos soberanos sob quatro dos cinco rótulos temáticos.

Verde

O mercado de títulos verdes é dominado por títulos soberanos, com USD7,4bi, representando 58%. Em seguida, vêm as empresas não financeiras, com um número maior de transações menores, contribuindo com USD3,8bi (29%). As moedas fortes dominam, com 61% do volume em USD (USD 26,6bi) e 20% em EUR (USD 8,8bi). O único título verde em moeda local, Unidade De Fomento Chilena (CLF), foi o da empresa não financeira Sonda. A maioria (92%) dos títulos verdes obteve um SPO, sendo a principal fonte a Moody's ESG Solutions, seguida pela Sustainalytics, S&P Global e ISS-ESG.

Transporte (60%), energia (26%), construção de baixo carbono (6%) e adaptação (4%) são as categorias de UoP de maior volume. A maior parte do UoP (64%) são provenientes de acordos com empresas não financeiras voltados para Energia Renovável. Indústria, Tecnologias da Informação e Comunicação e Resíduos são quase inexistentes no momento.



Tabela de Desempenho do Chile

| | Valor total (USD) | Classificação ALC |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Verde | 12.7mm | 2º |
| Social | 19.3mm | 1º |
| Sustentável | 8.5mm | 2º |
| SLB | 2.5mm | 3º |

O UoP dos títulos soberanos chilenos é destinado a projetos de transporte de baixo carbono, como frotas de ônibus elétricos e linhas de metrô em Santiago do Chile e sua área metropolitana.¹⁰⁸ 54% das transações têm prazo de 10 a 20 anos, enquanto 3% vão além de 20 anos. Esse horizonte de tempo mais longo é influenciado pelo UoP de infraestrutura das transações soberanas.

Social

O Banco del Estado do Chile inaugurou o mercado de títulos sociais do país em 2016 com duas operações: USD149,6mi e USD95,9mi. Em 2021, o volume do mercado atingiu USD12,4bi, impulsionado principalmente pelo Estado. Em 2022, apenas dois títulos sociais foram emitidos, em um total de USD121mi, pela Caja de Compensación Familiar de Los Andes. O governo chileno é o principal participante, com USD18,5bi, seguido pelo Banco del Estado de Chile (USD 423,6mi), Banco Santander de Chile (USD 150mi) e os fundos de compensação Asignación Familiar de Los Héroes (USD 143,3mi) e Asignación Familiar de Los Andes (USD77,8mi).

A maioria dos títulos sociais é emitida em moedas fortes, o que oferece ao investidor proteção contra o risco cambial, e tem um prazo de vencimento de 10 anos ou menos. 99,7% das operações sociais obtiveram um SPO da Moody's ESG Solutions ou da Sustainalytics.



Infraestrutura acessível (15%), Equidade (15%) e Emprego e Treinamento (14,5%) foram as categorias de maior volume.

O UoP das transações soberanas foram destinados às prioridades sociais definidas no Sustainable Bond Framework, incluindo apoio a grupos vulneráveis, acesso à planos de pensão, assistência médica e educação.¹⁰⁹

Sustentabilidade

O mercado de títulos sustentáveis do Chile é o segundo maior da ALC, com a Aguas Andinas realizando a primeira emissão (USD66,8mi) em 2018. O governo é o maior emissor, com USD11,6mi cumulativos, incluindo USD5mi em 2022, seguido pelas empresas não financeiras Celulosa Arauco e Constitución (USD1bi cumulativo) e pela Empresa Nacional de Telecomunicaciones S.A. (USD800mi).



Estudo de caso - O Chile emitiu o primeiro SLB soberano.

O Ministério das Finanças do Chile fez referência aos KPIs sugeridos pelo Banco Mundial em sua estrutura SLB de março de 2022, em conformidade com os Princípios SLB da ICMA.



No mesmo mês, o Chile emitiu o primeiro SLB soberano. A operação, no valor de USD2bi e com vencimento em 2042, incluiu aumentos de cupom de até 25 pontos-base (pb) no total, com base em metas específicas:

1. Se as emissões anuais de GEE não atingirem 95 MtCO₂e em 2030 e um máximo de 1,1 mil MtCO₂ entre 2020 e 2030, haverá um aumento de cupom de 12,5pb.
2. Se 50% da eletricidade gerada por fontes renováveis não convencionais não for alcançada até 2028 e 60% até 2032, o cupom aumentaria em 12,5pb.

A transação atraiu uma carteira de pedidos 5,75 vezes maior que o tamanho da transação, e a compressão do spread no mercado primário foi de 40pb. A Climate Bonds observou um premium regular de nova emissão. Os investidores que se descrevem como verdes ou socialmente responsáveis receberam 68% da emissão, e o livro de ordens incluiu uma ampla gama de contas internacionais, diversificando a base de investidores.

Os SLBs representam oportunidades e desafios para os emissores soberanos. A estrutura oferece um mecanismo eficaz para vincular os custos de empréstimo ao progresso do país em termos de sustentabilidade, mas exige planos estratégicos de sustentabilidade robustos que possam estabelecer metas claras e mensuráveis para os KPIs propostos.

Emissores corporativos não financeiros menores incluem a Aguas Andinas (USD149,4mi cumulativos), a Esval S.A. (USD61mi) e a Hortifrut (USD44,4mi) com categorias de UoP social rotuladas como Habitação Acessível, Infraestrutura e Equidade bem como Construção, Água e Resíduos para UoP verde. Essas transações demonstram como o mercado de dívida temático pode atender às diversas necessidades de financiamento de entidades que não têm ativos qualificados suficientes para avaliar uma transação sob os rótulos verde ou social, ou que desejam priorizar uma transição justa.

A maioria das operações sustentáveis do Chile foi emitida em dólares americanos (86%), seguida por Peso Chileno (CLP) (12%) e Unidade De Fomento Chilena (CLF) (2%). Mais de 81% do volume acumulado tem prazo de mais de 10 anos, sendo 37% na parcela de 20 anos ou mais e 45% na parcela de 10 a 20 anos. Todas as operações sustentáveis obtiveram um SPO da Moody's ESG Solutions ou da Sustainalytics.

As maiores categorias de UoP verdes no mercado de sustentabilidade são Indústria, Resíduos e Construções, com 14% cada, enquanto as categorias sociais são dominadas por infraestrutura acessível (24%), educação (14%) e emprego e treinamento (14%). Nenhuma das operações sustentáveis menciona a adaptação entre os UoP e somente os soberanos alocam UoP para Saúde, Microfinanças, Segurança Alimentar e Social de adaptação e resiliência (A&R). Os emissores corporativos não financeiros concentram-se em Emprego e Treinamento, Educação, Infraestrutura Acessível, Equidade social de UoP.

O mercado chileno de SLB ocupa o terceiro lugar na ALC, depois do Brasil e do México, com dois SLBs. Em 2021, a Inversiones CMPC S.A. concluiu uma emissão de USD500mi por 10 anos. O SLB incluiu dois KPIs principais: redução das emissões de GEE e intensidade do uso de água industrial. O SPT para as emissões de GEE de escopo 1 e 2 é uma redução de 23,5% até 2025, enquanto o Sustainability Performance Targets (SPT) para a intensidade do fluxo hídrico é de 25% até 2025. Esse acordo estava alinhado com os Princípios SLB da ICMA e ¹¹⁰ Em 2022, o Chile emitiu o primeiro SLB soberano.

México

O México, a segunda maior economia da América Latina, enfrenta uma situação socioeconômica complexa com alta desigualdade e pobreza.

A pandemia da COVID-19 exacerbou os desafios econômicos, levando ao fechamento de empresas e ao aumento das taxas de desemprego. Em 2020, cerca de 43,9% da população vivia na pobreza.¹¹¹ Além dos problemas econômicos, o México enfrenta contratempos sociais e políticos, como corrupção e violência, que impedem seu desenvolvimento geral. Entretanto, o México tomou medidas para melhorar a educação e a saúde, implementar políticas de crescimento inclusivo e reduzir a desigualdade, o que poderia ser apoiado por um título social soberano. Os custos das mudanças climáticas no México, excluindo eventos climáticos extremos e perda de biodiversidade, devem variar de 6,2% a 30% do PIB em 2100. Em contrapartida, os custos dos esforços de mitigação são projetados para serem menores, variando de 0,7% a 2,2% do PIB.¹¹²

O comércio entre o México e os EUA atingiu um recorde histórico em 2022, totalizando USD779,3bi, e o investimento dos EUA no México foi responsável por 42,56% do total de IED, promovendo a integração e o crescimento regional.¹¹³ O México e a América Central têm um enorme potencial, pois os EUA buscam aproximar a produção de suas costas, reduzindo os custos de transporte, as emissões e os riscos políticos.¹¹⁴ Fábricas inteligentes, infraestrutura sustentável, edifícios com baixo teor de carbono e transporte podem ser financiados por meio de títulos verdes. Esses setores já têm caminhos de transição bem definidos que dão às empresas a oportunidade de implementar programas de conformidade ambiental e adotar práticas sustentáveis.¹¹⁵ No entanto, o desafio está na transição simultânea para a energia limpa e no "nearshoring", o que representa um desafio, especialmente nas áreas do norte que enfrentam escassez de água e energia.¹¹⁶

O México tem metas ambiciosas de mudança climática, incluindo a geração de 35% de sua energia a partir de tecnologias limpas até 2024 e a redução das emissões em 30% até 2030, com uma meta adicional de redução de 50% até 2050 em comparação com os níveis de 2000.¹¹⁷ O mercado de dívida sustentável pode financiar projetos de redução de emissões. Na COP27, o México apresentou uma NDC atualizada com uma meta incondicional de redução de emissões de até 35% até 2030 para todos os GEEs.¹¹⁸ A NDC especifica que 30% da redução deve ser alcançada com recursos próprios e 5% por meio de cooperação internacional acordada. Além disso, ela estabelece uma meta condicional de redução de emissões de até 40% até 2030, com apoio internacional. O mercado de dívida temático pode atrair financiamento para apoiar essas metas.

O México adotou várias medidas para promover a sustentabilidade no setor bancário. O Comitê de Sustentabilidade da Associação Bancária (ABM), ativo desde 2007, criou o Protocolo de Sustentabilidade voluntário, que foi assinado por 31 bancos comerciais e sete bancos de



Placar do México

| | Valor total (USD) | Classificação ALC |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Verde | 3.2mm | 3º |
| Social | 3.04mm | 2º |
| Sustentável | 17.8mm | 1º |
| SLB | 8.1mm | 2º |

desenvolvimento.¹¹⁹ Em março de 2022, os bancos com uma carteira total de empréstimos de mais de MXN 6,4 trilhões assinaram uma declaração que os compromete a promover um sistema financeiro mais verde, fortalecer as estratégias de ESG e colaborar com reguladores e partes interessadas. Os bancos acompanharão o progresso em direção às metas de financiamento climático e se alinharão à agenda nacional de financiamento climático para promover a sustentabilidade no setor bancário.

O México tem reservas abundantes de lítio que podem apoiar a produção de baterias, mas as práticas de mineração sustentável são cruciais para minimizar o impacto ambiental. O país também tem vastas áreas desérticas ideais para parques solares e eólicos. Para explorar totalmente esse potencial, é necessário apoio político para incentivar o financiamento alinhado com critérios e taxonomia sustentáveis. Ao promover a mineração sustentável e a energia renovável, o México pode liderar a transição para uma economia mais verde e capitalizar a demanda por lítio e fontes de energia renováveis.

Mercado financeiro sustentável

Desde sua criação em 2015, o mercado de títulos sustentáveis do México registrou um crescimento anual de 11% entre 2021 e 2022. Isso pode ser atribuído ao forte compromisso do México com o desenvolvimento sustentável e à disposição de abordar as preocupações sociais e ambientais para o crescimento econômico e a estabilidade de longo prazo.

Verde

Os títulos verdes representam 10% do mercado de VSS+ do México, mas não houve novas transações em 2022, pois a prioridade foi dada a outros rótulos temáticos. A maior contribuição para o rótulo foi de empresas não financeiras (35%), com USD1,1bi, seguidas por empresas financeiras e bancos de desenvolvimento, com 31% e 30%, respectivamente. A avaliação externa é de 96%, dos quais 62% são de SPO, 20% de certificações e 14% de classificações. A Sustainalytics foi a revisora externa preferida tanto para as SPO quanto para as certificações, enquanto a S&P forneceu a maioria das classificações, seguida pela HR Ratings. 73% das transações foram emitidas em dólares americanos e 27% em MXN, com montantes menores.

A energia renovável é a principal fonte de títulos verdes do México (55%). Em seguida, vêm os edifícios de baixo carbono (19%), um setor em crescimento; o país tem até mesmo seu próprio indicador verde para edifícios residenciais



(certificado EcoCasa). O UoP de uso da terra destina-se principalmente à agricultura protegida e a sistemas de irrigação. Um dos principais emissores nessa categoria é o FIRA, o banco de desenvolvimento agrícola do país, cujos títulos, como o recém-emitido título de resiliência de MXN 2,8bi (USD154,9mi) (o primeiro na ALC), lideraram o mercado. Em termos de resíduos, o Grupo Aeroportuario del Pacífico e a Coca Cola FEMSA incluíram a prevenção e o controle da poluição entre seus UoP.

Social

Os títulos sociais do México representam a menor proporção (9%), mas USD2,19bi foram emitidos em 2022, representando um crescimento anual de 359%. Todas as transações foram revisadas externamente e emitidas principalmente em MXN, com exceção de uma transação de EUR750mi de euros (USD 832mi) do Banco Sabadell. A infraestrutura acessível recebeu a maior parte do UoP, seguida pela igualdade. A gama diversificada de gastos sociais está relacionada aos tipos de emissores. As corporações não financeiras precificaram a maior parte do volume social (37%), seguidas pelos bancos de desenvolvimento (25%) com USD1bi, incluindo o NAFIN (43%) e o FIRA (57%). A Coca-Cola FEMSA foi a única empresa não financeira, com 9%.



Sustentabilidade

O rótulo de sustentabilidade no México domina o mercado de VSS+ em 55% e é o maior da região, atingindo um pico de USD9,6bi em 2022 para um total de USD17,8bi. Todas as transações têm SPOs, principalmente da Sustainalytics e da Moody's ESG Solutions, indicando a importância da divulgação. A moeda local predomina com 57%, seguida pelo dólar americano, com 25%, e pelo euro, com 15%.



ESTUDO DE CASO - Governo local do Estado do México

Os municípios subsoberanos estão seguindo as tendências nacionais; o município local do Estado do México, localizado no centro do país, emitiu um título sustentável de 15 anos no valor de MXN2,8bi (USD142mi) em 2022.¹²⁰ Ela obteve um SPO da Sustainalytics. A colocação atraiu 10 participantes que apresentaram 22 lances para um valor equivalente a 1,25 vezes o tamanho da transação.



Os projetos de financiamento estão alinhados com o Plano de Desenvolvimento do Estado do México 2017-2023 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Os fundos serão destinados a 18 projetos, incluindo dois projetos emblemáticos "Ciudad Mujer" (espaços seguros para mulheres) e transporte público de baixo carbono movido a eletricidade e energia solar. Essa colocação demonstra a confiança dos investidores na estabilidade e na solidez das finanças públicas do Estado do México, endossada por sua segunda melhor classificação de crédito do país.¹²¹

Em dezembro de 2022, foram emitidos títulos soberanos mexicanos sustentáveis no valor de USD7,7bi em quatro moedas (MXN, USD, EUR e JPY). A maioria das transações tinha vencimentos entre 5 e 20 anos, apoiando o financiamento de projetos de infraestrutura de longo prazo e iniciativas de desenvolvimento. Esses instrumentos são ideais para investidores em dinheiro real com passivos de longo prazo, incluindo fundos de pensão e companhias de seguros. O UoP está distribuído em todas as categorias de UoP verde e social, em linha com os SDGs, e apoia as metas da Agenda 2030, com infraestrutura e energia acessíveis liderando o caminho com 26% e 17%, respectivamente.

Títulos vinculados à sustentabilidade

O México é a segunda maior fonte de SLB na região. Os negócios em 2022 totalizaram USD2,05bi, atingindo USD8,1bi no mercado local. Todos os negócios obtiveram uma SPO e tiveram prazos inferiores a 10 anos, exceto o SLB 2021 da Fomento Económico Mexicano, no valor de USD606mi, e o SLB 2021 da Braskem, no valor de USD1,2bi. Quarenta e nove por cento dos SLBs mexicanos foram avaliados em dólares americanos, 25% em euros e os 26% restantes em pesos mexicanos.



Brasil

Como muitos outros países, em 2022 o Brasil enfrentou o aumento dos preços da energia e dos alimentos e, conseqüentemente, uma inflação alta devido à geopolítica global. Em abril, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) atingiu 12,13%, o maior em 20 anos.¹²² Para combater a inflação, foram implementadas políticas monetárias e fiscais restritivas, incluindo altas taxas de juros. A taxa política do Brasil, a Selic, atingiu 13,75%, a mais alta desde 2016 e a segunda mais alta do mundo.¹²³ Embora o PIB do Brasil tenha apresentado inicialmente um forte crescimento em 2022, à medida que a economia se recuperava do impacto da pandemia da COVID-19, a taxa de crescimento diminuiu gradualmente, encerrando o ano abaixo das expectativas, em 2,9%.¹²⁴

Os objetivos climáticos do Brasil estão definidos em sua Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC).¹²⁵ Essa política visa a mitigar as emissões de GEE e promover iniciativas de adaptação. O Brasil estabeleceu uma meta para reduzir suas emissões projetadas de GEE em 36,1% a 38,9% até 2020 por meio de planos setoriais de mitigação.¹²⁶ O Brasil publicou sua NDC pela primeira vez após a COP21 em 2016. Em sua atualização mais recente de 2020, o país estabeleceu metas mais ambiciosas, comprometendo-se a reduzir as emissões de GEE em 37% em 2025 e 43% em 2030 em relação a uma linha de base de 2005.¹²⁷

O Brasil tem recursos naturais abundantes e é particularmente conhecido por sua biodiversidade. A joia da coroa do país, a floresta amazônica, abriga uma imensa diversidade ecológica, serve como habitat essencial para inúmeras espécies e desempenha um papel vital na manutenção do equilíbrio climático global. A extensa rede de rios do país ajuda a preservar os ecossistemas de água doce e sustenta uma vida vegetal e animal diversificada. Além disso, os esforços do Brasil para proteger suas fontes de água são cruciais para garantir o fornecimento de água potável para sua população e para manter o equilíbrio ecológico.

Mercado financeiro sustentável

Até o final de 2022, o Brasil era o terceiro maior mercado de dívida sustentável na ALC. Ao adicionar USD7,2bi em 2022, atingiu um volume de USD31,9bi e é o único país da ALC a incluir todos os cinco rótulos temáticos: verde, social, sustentável, SLB e transição. O Brasil ainda não precisou de uma transação soberana de VSS+.

Verde

O Brasil continua a dominar o mercado de títulos verdes na ALC, com o maior número de emissores. As emissões verdes representam 48% da dívida VSS+ brasileira, liderada por empresas não financeiras (79%), empresas financeiras (11%) e bancos de desenvolvimento (8%). A maioria das transações verdes tem vencimentos entre 5 e 10 anos (48%), enquanto as transações mais curtas representam 26% e 15% ultrapassam 20 anos. 59% são denominados em dólares americanos e 37% em reais. A fabricante de alimentos BRF SA



emitiu a única transação em euros. Quase todas as transações (96%) obtiveram uma análise externa, principalmente SPO (87%) ou Climate Bonds Certification (9%).

Energia renovável (56%), uso da terra (20%) e transporte (10%) dominam as categorias da UoP. Títulos recentes foram alocados em várias categorias de UoP: BRK Environmental (USD366mi) para serviços de abastecimento de água, EcoAgro (USD92mi) para silvicultura sustentável e gestão da biodiversidade, RDVE Subholding SA (USD91,5mi) para energia renovável (parques eólicos), FS Luxembourg Sarl (USD80mi) para bioenergia e Tegra Incorporadora SA (USD51,7mi) para edifícios de baixo carbono. Dois ABS da FS Bioenergia, no valor de USD74,4mi cada, destinaram-se à produção de biomassa.

Social

Os títulos sociais continuam sendo um componente pequeno (2%) das operações de VSS+ no Brasil, totalizando USD699mi. A maior operação, definida para o final de 2022 pelo Banco do Brasil, foi de USD500mi para 2029. Os UoPs foram direcionados para saúde, geração de empregos, microfinanças, infraestrutura acessível e melhoria e empoderamento socioeconômico. As instituições financeiras foram responsáveis por 91% das operações, com exceção de dois certificados de recebíveis imobiliários (CRIs). Todas as operações obtiveram uma SPO e 81% dos títulos sociais tinham um prazo de vencimento entre 5 e 10 anos.

A maioria das ações corporativas do Brasil é denominada em BRL (11), representando 28% do volume total. A maior parte, 72% do volume, vem de um título em dólar emitido pelo Banco do Brasil. O título de USD500mi segue uma distribuição de UoP em todo o país, com 21% alocados para microfinanças e emprego e treinamento, e 19% para saúde.

Sustentabilidade

No final de 2022, os títulos sustentáveis representavam 10% do volume brasileiro de VSS+, ou USD3,2bi. As transações avaliadas em 2022 totalizaram USD1,3bi. As empresas não financeiras foram responsáveis por 60% das transações,



Placar do Brasil

| | Valor total (USD) | Classificação LAC |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Verde | 15,2bi | 1º |
| Social | 699mi | 4º |
| Sustentável | 3,2bi | 4º |
| SLB | 11,9bi | 1º |
| Transição | 670,4mi | 1o e exclusivo |

seguidas por instituições financeiras (35%) e entidades apoiadas pelo governo (3%). Quase todos os títulos (98%) tinham SPOs, sendo a Sustainalytics a maior fornecedora (70%), seguida pela NINT e pelo Bureau Veritas. O dólar foi a moeda dominante nas transações sustentáveis brasileiras (61%), seguido pelo real (39%).

As categorias de UoP sociais mais frequentemente mencionadas para títulos sustentáveis são Infraestrutura acessível (34%), Adaptação social e resiliência (22%), Igualdade (11%) e Emprego e treinamento (11%). A categoria verde de UoP dominante é Energia (26%), seguida por TIC (16%), Água (13%) e Edifícios (12%).

Em novembro de 2021, a Rio Smart Lighting Sarl emitiu o maior título sustentável do Brasil, no valor de USD952mi. O UoP foi destinado à energia renovável e às TICs, no aspecto verde, e à infraestrutura acessível, no aspecto social. Em 2022, o Banco Bradesco S/A emitiu um título de USD500mi destinado a energia renovável, edifícios de baixo carbono, água e saneamento, gestão de resíduos, gestão de terras, segurança alimentar e infraestrutura acessível.

Títulos vinculados à sustentabilidade

A segunda categoria temática de dívida do Brasil é a de SLBs, e a presença do Brasil no mercado é a maior da ALC, com um volume que atingirá USD11,9bi até o final de 2022. Emissores corporativos não financeiros dominam o mercado,



ESTUDO DE CASO - GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.: PRIMEIRO SLB DA LAC COM KPIS ABSOLUTOS DE ESCOPO 1, 2 E 3

A Globo Comunicação e Participações S.A. é o maior grupo de mídia de massa do Brasil. O grupo opera uma extensa rede de televisão, programação paga, publicação, conteúdo de internet e gravadoras. Em abril de 2022, a Globo emitiu seu primeiro SLB no valor de USD400mi com cupons vinculados à obtenção de uma redução absoluta nas emissões de GEE dos Escopos 1, 2 e 3 (tCO₂e).¹²⁹

A Sustainalytics analisou a Estrutura Sustentável da Globo e definiu a calibração de suas TSCs. A Globo estabeleceu seis metas para atingir os SPTs: implantação de sistemas de fornecimento ininterrupto de energia (UPS) para shows ao vivo, implantação de geradores movidos a

biodiesel, reciclagem de gás refrigerante, maior implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica (PV), uso de tecnologia para reduzir as viagens de negócios e meta de aterro zero.¹³⁰

Por meio de seu SLB, a Globo pretende demonstrar seu compromisso com suas metas de emissões vinculando a taxa de juros à redução das emissões absolutas de GEE dos Escopos 1, 2 e 3 em 15% até 2026, em relação a uma linha de base de 2019. A abordagem inovadora da redução das emissões do escopo 3 como um KPI é pioneira em seus esforços para lidar com os impactos climáticos ao longo da cadeia de suprimentos.

respondendo por 94% do total, seguidos por corporações financeiras. Todas as SLBs brasileiras obtiveram SPOs, principalmente da ISS ESG, NINT e Sustainalytics. A moeda dominante é o dólar americano, com 75% do volume, enquanto o restante foi o real. No final de 2021, a bolsa de valores brasileira, B3 SA Brasil Bolsa Balcão, emitiu um título de USD 700mi para financiar suas atividades de responsabilidade social corporativa (RSC), com uma SPO da Sustainalytics. A Aegea Finance Sarl também emitiu um título de USD 500mi com dois KPIs focados na eficiência energética de instalações de água e ações gerais de RSC e ambientais.

As emissões de GEE foram visadas em metade dos indicadores-chave de desempenho nas SLBs brasileiras, enquanto a RSC foi escolhida para 16%, a economia circular para 7,7% e a energia renovável para 4,3%.

Transição

Dois transições de diferentes emissores representam 2,1% do mercado de dívida temática do Brasil. A Mayfrig lançou uma transação de USD500mi em 2019 e a Eneva lançou um título de duas parcelas de BRL 948mi (USD 170mi) em BRL em 2020. Ambas as transações obtiveram uma SPO.

O financiamento de transição para empresas de setores com uso intensivo de carbono, como o agronegócio ou a geração de energia, está levando o mercado a adotar medidas estruturadas para se alinhar ao futuro de 1,5°C. A Eneva, uma empresa envolvida na geração, exploração e produção de petróleo e gás natural e na venda de eletricidade, está usando títulos de transição para apoiar projetos que melhoram a eficiência energética e reduzem as emissões. Para a Marfrig, o financiamento de suas operações de abastecimento de gado com fornecedores livres de desmatamento também sinaliza para o mercado que a empresa está aumentando as expectativas em sua cadeia de suprimentos e abordando a transição. Em ambos os casos, os títulos de transição foram usados para levantar financiamento para projetos que limitam os impactos negativos materiais sobre o meio ambiente. Mais informações sobre títulos de transição podem ser encontradas no documento da Climate Bonds Initiative Financing Credible Transition.¹²⁸



ESTUDO DE CASO - ARCOS DORADOS BV: PRIMEIRA EMISSÃO DE SLB POR UMA CADEIA DE RESTAURANTES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

A Arcos Dorados Holdings é a maior rede de restaurantes da América Latina e o maior franqueado independente do McDonald's no mundo. Em abril de 2022, a Arcos emitiu seu primeiro SLB, com o objetivo de reduzir as emissões de GEE em suas operações. A transação de USD350mi teve um cupom incremental vinculado a um único indicador-chave de desempenho (KPI), a redução das emissões de GEE de escopo 1, 2 e 3.

As SPTs especificaram um compromisso de reduzir 15% das emissões de gases de efeito estufa de seus restaurantes e escritórios e 10% de sua cadeia

de suprimentos até 2025, em ambos os casos usando 2021 como linha de base.¹³¹ A inclusão das emissões do Escopo 3 é um desenvolvimento raro, mas bem-vindo. As emissões do Escopo 3, na forma de pegada de carbono em sua cadeia de suprimentos, representam mais de 93% do total de emissões de GEE da Arcos Dorados, de modo que a estrutura do SLB aborda quase 100% de sua pegada total de emissões.¹³²

A Sustainalytics analisou a transação e foi confirmado que a estrutura estava de acordo com os Sustainability Linked Bond Principles (SLBP) da ICMA.

Uruguai

Em 2022, a economia uruguaia se recuperou com uma taxa de crescimento de 4,4%, impulsionada pelo aumento das exportações e dos investimentos em projetos de infraestrutura.¹³³ No entanto, a inflação chegou a 9,5%, levando a custos de empréstimos mais altos e a uma queda no consumo das famílias. O déficit do PIB uruguaio, próximo a 2%, melhorou graças às receitas mais altas provenientes da recuperação econômica e do controle de despesas, apoiado por ativos estatais e linhas de crédito de agências multilaterais.¹³⁴ O Ministério da Economia e Finanças prevê um déficit fiscal de 2,6% do PIB até 2023, com necessidades de financiamento do governo central estimadas em USD4,09bi.¹³⁵ Os setores de agro exportação, construção de infraestrutura e manufatura se beneficiaram do aumento da demanda externa. Embora as operações de títulos temáticos do



Tabela de pontuação do Uruguai

| | Valor total (USD) | Classificação LAC |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Verde | 337mi | 11º |
| Sustentável | 15mi | 13º |
| SLB | 1,5bi | 4º |

Uruguai sejam relativamente raras, há potencial para que iniciativas voltadas para o clima atraiam investidores locais e internacionais. Os instrumentos VSS+ oferecem a oportunidade de aumentar a dívida a taxas favoráveis e, ao mesmo tempo, lidar com os riscos climáticos e apoiar as metas de desenvolvimento sustentável do Uruguai.

O Uruguai é um dos países mais sustentáveis do mundo, com 98% de sua energia proveniente de fontes renováveis.¹³⁶ O Sistema Nacional de

ESTUDO DE CASO - SLB Soberano de Uruguai

Em outubro de 2022, o Uruguai emitiu seu primeiro título VSS+, um SLB, com o apoio do BID. O acordo de USD1,5bi, com vencimento em 2034, tinha uma estrutura única que incorporava penalidades progressivas e recompensas decrescentes, dependendo se os SPTs fossem excedidos em 2025. Esse modelo poderia incentivar o progresso climático dos mercados emergentes, reduzindo os custos do serviço da dívida para aqueles que atingissem as metas climáticas ou naturais. Se o Uruguai exceder sua NDC para emissões de GEE (-3,2%/ano), economizaria cerca de USD33,7mi em



custos de empréstimos. Se ambas as metas forem atingidas, a economia potencial seria de cerca de USD67,1mi. A transação atraiu uma carteira de pedidos conciliada de 2,6 vezes o tamanho da transação de 188 contas nos EUA, Europa, Ásia, Uruguai e outros países da América Latina e Caribe. Entre elas, 40 contas participaram pela primeira vez de uma transação em dólares no Uruguai, muitas delas com foco em sustentabilidade. Esse interesse permitiu uma compressão do spread de 25 pontos-base, e o Ministério da Economia e Finanças registrou um *greenium*. A operação se moveu para dentro ao longo da curva no mercado secundário.

Compromissos de KPI do SLB do Uruguai

| | Métrico | SPT | Prazo do SPT | Troca de cupons |
|---------|-----------------------------|-----------------------|--------------|-----------------|
| KPI 1.1 | Redução das emissões de GEE | -50% (alinhado à NDC) | 31/12/2025 | +15bps |
| KPI 1.2 | | -52% | | -15bps |
| KPI 2.1 | Conservação de florestas | 100% | | +15bps |
| KPI 2.2 | | 103% | | -15bps |

Resposta à Mudança e Variabilidade Climática (SNRCC) foi criado em 2009 para monitorar o progresso na realização de suas NDCs e outras políticas climáticas.¹³⁷ Em 2016, o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Mudanças Climáticas foi criado para coordenar a política climática.¹³⁸ O ministério, que faz parte do *comitê do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SNA)*, trabalha para aumentar a visibilidade do trabalho climático do Uruguai internacionalmente. A política climática do Uruguai alcançou reconhecimento internacional quando, em 2017, identificou 106 métodos para reduzir as emissões a fim de alcançar seus NDCs, incluindo medidas na agricultura e na produção de alimentos, reforestamento de terras nativas e restauração de pastagens e campos como sumidouros de carbono.¹³⁹ Em novembro de 2022, o Uruguai apresentou sua segunda NDC, enfatizando metas de mitigação incondicionais e concentrando-se em A&R em vários setores, como agricultura, biodiversidade, infraestrutura e água.

Mercado financeiro sustentável

Até o momento, o Uruguai teve uma presença modesta nos mercados VSS+, com um volume total de USD1,8bi. A maior parte desse volume veio do SLB soberano de USD1,5bi emitido em novembro de 2022.

A Invenery, pioneira no mercado local, colocou dois títulos verdes no valor de USD135,8mi e USD64,7mi, respectivamente, em 2017 e janeiro de 2018, para financiar seu parque eólico Campo Palomas e o parque solar La Jacinta. Em 2018, a Atlas Renewable Energy emitiu uma colocação privada verde no valor total de USD108,4mi com o objetivo de refinarar usinas solares e o desenvolvimento de um parque fotovoltaico. Em 2020, a Solaria Energía y Medio Ambiente (NATELU) da Espanha emitiu USD24mi em fundos verdes para refinarar parques solares no Uruguai. Em fevereiro de 2021, o BBVA Uruguay emitiu o único título sustentável do país, uma operação de USD15mi apoiada pelo BID Invest para financiar eficiência energética, agricultura sustentável, PMEs, transporte limpo, construção sustentável e empresas pertencentes a mulheres e jovens.

Apesar de seu pequeno tamanho, o Uruguai é um grande exportador de carne congelada (bovina e de búfalo), polpa química de madeira sulfatada, leite concentrado e eletricidade, principalmente para a China, o Brasil, os Estados Unidos, a Argentina e a Holanda.¹⁴⁰ O país também tem como objetivo crescer no setor de software, combinando centros de alta tecnologia, educação e políticas governamentais para se tornar um dos principais exportadores de tecnologia da região. O mercado de títulos VSS+ pode absorver empréstimos por meio de dívidas temáticas para apoiar estratégias alinhadas a caminhos de transição específicos do setor.

República Dominicana



A região do Caribe enfrenta desafios econômicos devido aos altos níveis de endividamento, que limitam o investimento em programas de desenvolvimento. Em 2015, quatro países do Caribe estavam entre os 25 com as maiores taxas de dívida em relação ao PIB, desviando recursos de necessidades essenciais.¹⁴¹ Apesar disso, as nações caribenhas estão trabalhando para resolver o problema e usar ferramentas financeiras para a ação climática. A região é altamente vulnerável à mudança climática, com alterações nos padrões de chuva, aumento da intensidade de tempestades e furacões. A República Dominicana está em décimo segundo lugar no mundo em termos de exposição a desastres naturais. Essas condições afetam setores como agricultura e turismo, reduzindo recursos e serviços de ecossistema e aumentando as emissões.

Apesar de ser uma das dez maiores economias da América Latina, mais de 20% dos dominicanos ainda vivem na pobreza. O peso dominicano é uma moeda estável, garantindo a competitividade e a estabilidade da taxa de câmbio. O banco central administra a política monetária para manter um ambiente macroeconômico favorável, com uma taxa de inflação média de 3,5% entre 2010 e 2020.¹⁴² No entanto, o país teve crescimento e inflação mais baixos do que o resto da região antes da pandemia da COVID-19. A República Dominicana é altamente vulnerável às mudanças climáticas, o que representa uma ameaça ao crescimento econômico e ao desenvolvimento. Estão sendo feitos esforços para enfrentar esses desafios.

A República Dominicana tem como objetivo reduzir as emissões de GEE em 27% até 2030, de acordo com o Acordo de Paris.¹⁴³ O país estabeleceu uma estrutura legal para a proteção ambiental e o uso sustentável de recursos, e o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais é responsável

Scorecard da República Dominicana

| | Valor total (USD) | Classificação LAC |
|-------|-------------------|-------------------|
| Verde | 20mi | 14º |
| SLB | 300mi | Empatado em 7º |

pela implementação de políticas que definem padrões e incentivos para a produção e o consumo sustentáveis.¹⁴⁴ A colaboração com organizações internacionais ajuda a alinhar as metas climáticas nacionais com as globais. Uma iniciativa é o desenvolvimento de uma taxonomia de finanças verdes com apoio internacional. Para reduzir as emissões de carbono, o país identificou quatro setores prioritários que contribuem com mais de 70% das emissões: energia, transporte, silvicultura e conquistas rápidas nos setores de resíduos, cimento e turismo.

Mercado financeiro sustentável

A República Dominicana foi o único novo país da América Latina e do Caribe a ingressar no mercado de títulos verdes em 2022. Ela entrou no mercado de SLB em 2021.

Embora a República Dominicana ainda não tenha precificado um título soberano, essa transação poderia servir como catalisador para o crescimento do mercado no Caribe. O país anunciou caminhos bem detalhados para a redução e o gerenciamento de resíduos e, como estão sendo criados incentivos para financiar esses projetos, os títulos verdes poderiam ser o veículo ideal para levantar fundos para esse setor. O país também identificou o transporte, a indústria, a construção e as TICs para descarbonização, que também poderiam ser financiados por meio de dívidas temáticas.

ESTUDO DE CASO - Títulos de energia renovável da República Dominicana

A Empresa Generadora de Electricidad Haina (EGE Haina) emitiu um título verde além de seu SLB existente. A UoP do título verde de USD20mi foi destinada ¹⁴⁷

O investimento foi especificamente destinado ao Girasol Solar Park da empresa, a maior usina de energia fotovoltaica do país e das Ilhas Antilhas.



O título verde foi verificado pela Pacific Corporate Sustainability (PCS) para obter a primeira certificação de títulos climáticos do país.

O SLB de USD300mi da empresa foi avaliado em 2021, recebendo uma SPO da Sustainalytics. As SPTs têm como objetivo aumentar a capacidade instalada de projetos de energia eólica e solar em 1.000 MW.

Outros países

Colômbia

A sólida gestão macroeconômica e fiscal da Colômbia tem apoiado seu crescimento econômico estável. Combinada com metas ambiciosas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, que visam reduzir as emissões de GEE em 51% até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono e o desenvolvimento resiliente ao clima, ela apoiou várias iniciativas para mobilizar recursos para uma economia sustentável, indicando o alto potencial de progresso da Colômbia nessa área.

O mercado colombiano de finanças sustentáveis ocupa o sexto lugar na região da ALC, com um volume total de USD2,8bi. Os títulos verdes representam 44% desse mercado, com o primeiro título verde emitido pelo Bancolombia por COP350bi (USD115mi) em 2016. Dois anos depois, o Bancoldex emitiu o primeiro título social por COP400bi (USD139mi) e, em 2019, o banco nacional de desenvolvimento Findeter emitiu o primeiro título sustentável. Um dos emissores dominantes é a República da Colômbia, com títulos verdes soberanos totalizando USD549,4mi. A Climate Bonds explorou o mercado colombiano de dívida sustentável em detalhes em seu relatório *State of the Sustainable Finance Market in Colombia in 2022*.¹⁴⁵



Peru

O Peru fez um progresso substancial no financiamento sustentável, atraindo investimentos privados para o financiamento de infraestrutura. Iniciativas como o ProInversion conseguiram mobilizar parcerias público-privadas e projetos em andamento. O país explorou os mercados financeiros internacionais por meio do investimento estrangeiro direto (IED), concentrando-se nos setores de energia, transporte e mineração, alinhados com investimentos verdes. Apesar do impacto da pandemia sobre o IED, o Peru espera que as oportunidades nesses setores aumentem. Embora o mercado de finanças sustentáveis tenha crescido mais lentamente em comparação com os países vizinhos, o Peru implementou políticas e iniciativas climáticas para incentivar a expansão do mercado. Os esforços pioneiros do Peru na ALC incluem o primeiro título rotulado da região em 2014 para energia eólica no valor de USD204mi e um título soberano sustentável em 2021. Com um montante de USD6,5bi, o Peru ocupa o quarto lugar no mercado VSS+ da ALC. A Climate Bonds explorou o mercado de dívida sustentável peruano em detalhes em seu relatório *State of the Sustainable Finance Market in Peru in 2022*.¹⁴⁶



Equador

O mercado de finanças sustentáveis do Equador ainda está nos estágios iniciais de desenvolvimento, mas já alcançou algum impacto com negócios como o título do Banco Pichincha, que foi o primeiro título verde do país em dezembro de 2019. No entanto, o acesso aos mercados de capital de dívida apresenta desafios para o mercado financeiro do Equador. Apesar disso, o país tem demonstrado inovação no desenvolvimento de novos produtos financeiros com o apoio dos SPTs. O Equador também alcançou um marco regional ao emitir o primeiro título social soberano em 2020. Os títulos sociais têm grande potencial para apoiar a economia local, como o título de USD15mi da Cooperativa de Ahorro y Crédito (COAC) Chibuleo em 2022 com a UoP para Microfinanças e Igualdade e três outros títulos sociais de empresas finais que dominam o tipo de emissor no país. À medida que o mercado de finanças sustentáveis do Equador evolui, a superação de desafios e a expansão do acesso a recursos financeiros serão vitais para seu crescimento e desenvolvimento.



Visão geral do mercado de VSS+ na América Latina e no Caribe

| País | | Verde | SLB | Social | Sustentável | Transição | TOTAL VSS+ |
|--|---------------------|--------|--------|--------|-------------|-----------|---------------|
|  Argentina | USD emitido | 2.2mm | 185m | 63.4m | 316.9m | | 2.8mm |
| | Número de emissores | 15 | 2 | 5 | 4 | | 26 |
| | Número de títulos | 28 | 5 | 11 | 4 | | 48 |
|  Barbados | USD emitido | 8.5m | | | 73.2m | | 81m |
| | Número de emissores | 1 | | | 1 | | 2 |
| | Número de títulos | 2 | | | 2 | | 4 |
|  Belize | USD emitido | | | | 364m | | 365m |
| | Número de emissores | | | | 1 | | 1 |
| | Número de títulos | | | | 1 | | 1 |
|  Bermuda | USD emitido | 1.1mm | | | | | 1.1mm |
| | Número de emissores | 1 | | | | | 1 |
| | Número de títulos | 2 | | | | | 2 |
|  Brasil | USD emitido | 15.2mm | 11.9mm | 699m | 3.2mm | 670m | 31.9mm |
| | Número de emissores | 86 | 26 | 5 | 14 | 2 | 133 |
| | Número de títulos | 163 | 37 | 12 | 19 | 3 | 234 |
|  Ilhas Virgens Britânicas | USD emitido | 780m | | | | | 780m |
| | Número de emissores | 2 | | | | | 2 |
| | Número de títulos | 2 | | | | | 2 |
|  Chile | USD emitido | 12.7mm | 2.5mm | 19.3mm | 8.5mm | | 43.2mm |
| | Número de emissores | 13 | 2 | 6 | 6 | | 27 |
| | Número de títulos | 23 | 2 | 23 | 12 | | 60 |
|  Colômbia | USD emitido | 1.2mm | 142m | 1.02mm | 398m | | 2.8mm |
| | Número de emissores | 9 | 2 | 10 | 3 | | 24 |
| | Número de títulos | 17 | 2 | 18 | 4 | | 41 |
|  Costa Rica | USD emitido | 532m | 300m | 75m | 125m | | 1.03mm |
| | Número de emissores | 4 | 1 | 1 | 1 | | 7 |
| | Número de títulos | 4 | 1 | 1 | 3 | | 9 |
|  República Dominicana | USD emitido | 20m | 300m | | | | 320m |
| | Número de emissores | 2 | 1 | | | | 10 |
| | Número de títulos | 14 | 1 | | | | 72 |
|  Equador | USD emitido | 165m | | 565m | 50m | | 780m |
| | Número de emissores | 2 | | 5 | 1 | | 8 |
| | Número de títulos | 2 | | 5 | 1 | | 8 |
|  El Salvador | USD emitido | | | | 20m | | 20m |
| | Número de emissores | | | | 1 | | 1 |
| | Número de títulos | | | | 1 | | 1 |

*Os totais nem sempre se somam, pois um emissor pode emitir títulos com diferentes rótulos temáticos e de diferentes países.

| País | | Verde | SLB | Social | Sustentável | Transição | TOTAL VSS+ |
|---|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Guatemala  | USD emitido | 700m | 1.1mm | 500m | | | 2.3mm |
| | Número de emissores | 1 | 2 | 1 | | | 4 |
| | Número de títulos | 1 | 2 | 1 | | | 4 |
| México  | USD emitido | 2.3mm | 8.1mm | 3.04mm | 17.8mm | | 32.3mm |
| | Número de emissores | 10 | 15 | 6 | 17 | | 48 |
| | Número de títulos | 18 | 25 | 16 | 67 | | 126 |
| Panamá  | USD emitido | 329m | | 50m | | | 379m |
| | Número de emissores | 3 | | 1 | | | 4 |
| | Número de títulos | 13 | | 1 | | | 14 |
| Paraguai  | USD emitido | | | | 300m | | 300m |
| | Número de emissores | | | | 1 | | 1 |
| | Número de títulos | | | | 1 | | 1 |
| Peru  | USD emitido | 1.08mm | 380m | 67.9m | 5.01mm | | 6.5mm |
| | Número de emissores | 5 | 1 | 3 | 3 | | 12 |
| | Número de títulos | 6 | 1 | 3 | 5 | | 15 |
| Supranacional | USD emitido | 2.4mm | | 4.4mm | 18.08mm | 100m | 25.08mm |
| | Número de emissores | 2 | | 4 | 3 | 1 | 10 |
| | Número de títulos | 14 | | 26 | 31 | 1 | 72 |
| Trinidad e Tobago  | USD emitido | | | 44.2m | | | 44.2m |
| | Número de emissores | | | 1 | | | 1 |
| | Número de títulos | | | 1 | | | 1 |
| Uruguai  | USD emitidos | 337.8m | 1.49mm | | 15m | | 1.8mm |
| | # de emissores | 4 | 1 | | 1 | | 6 |
| | # de bonos | 5 | 1 | | 1 | | 7 |
| TOTAL | USD emitido | 42.4mm | 26.5mm | 29.9mm | 54.4mm | 770.4m | 154.1mm |
| | Número de emissores | 156* | 53* | 48* | 57* | 3* | 284* |
| | | 301 | 77 | 118 | 152 | 4 | 652 |

*Os totais nem sempre se somam, pois um emissor pode emitir títulos com diferentes rótulos temáticos e de diferentes países.

Conclusões e perspectivas

No final de 2022, a Climate Bonds registrou dívidas VSS+ da América Latina com um total acumulado de USD154,1bi. O rótulo sustentável domina com (35%), seguido por verde (28%), SLBs (17%) e social (19%). O mercado de VSS+ na região continua a crescer, e o mercado temático da ALC correspondeu a cerca de 21% do mercado total de títulos regionais de USD535,3bi entre 2019 e 2022, o que sugere um grande potencial de financiamento sustentável para apoiar as metas climáticas. A Climate Bonds identificou cinco recomendações para fortalecer e expandir o mercado de dívida VSS+ da ALC, com foco em definições, desenvolvimento de políticas, instrumentos inovadores, transparência e colaboração.

1. Estabelecer definições, padrões e critérios

Uma abordagem padronizada para o financiamento sustentável, com definições mais claras e harmonizadas, pode ampliar o financiamento do VSS+. A chave para desenvolver esse caminho é garantir que os principais atores regionais e locais usem um conjunto claro de definições e critérios para priorizar a canalização de recursos para projetos elegíveis.



A padronização pode facilitar a estruturação de instrumentos de securitização sustentáveis e instalações de agregação, expandir o financiamento de projetos menores e atender à demanda dos investidores por títulos maiores e com vencimentos mais longos.

Os investidores poderiam usar as definições comuns e os critérios científicos para identificar oportunidades de desenvolvimento sustentável. Os emissores poderiam, então, agregar facilmente projetos e ativos adequados para inclusão em instrumentos sustentáveis vendidos em mercados de capital, cujos recursos seriam usados para aumentar a capacidade de empréstimo, possivelmente a taxas preferenciais.

2. Políticas de suporte

As políticas públicas têm o poder de direcionar o mercado de capitais para uma transição sustentável, atraindo investidores, apoiando a identificação de projetos em desenvolvimento e seu acompanhamento antecipado, além de incentivar e reduzir o risco de projetos e ativos verdes e sustentáveis.



Para acelerar a transição, os governos podem emitir títulos soberanos rotulados, aplicar incentivos fiscais para o uso de tecnologias de baixo carbono, oferecer facilidades de redução de risco e garantias para dívidas sustentáveis, introduzir requisitos verdes em licitações públicas e processos de aquisição e desenvolver taxonomias. Essas intervenções públicas enviam um sinal claro e fazem uma contribuição substancial para as metas de sustentabilidade, trazem coerência aos investimentos sustentáveis por meio de taxonomias, e as compras públicas verdes podem impulsionar os investimentos em setores específicos. Os governos nacionais ou supranacionais podem fornecer subsídios, garantir tratamento preferencial ou definir requisitos de classificação de crédito, removendo barreiras regulatórias à entrada e aos custos de emissão no mercado de finanças sustentáveis.

Os governos e outros atores importantes podem aumentar seu apoio criando um ambiente propício para um maior uso de garantias, conforme estabelecido pelo G20, para reduzir os riscos de transação e promover uma maior inclusão financeira. Investir em pesquisa e desenvolvimento e implementar gradualmente critérios obrigatórios para o desenvolvimento de projetos e priorização de portfólios de investimento pode ajudar a garantir a capacidade de financiamento de longo prazo dos projetos, evitar os custos mais altos de má adaptação às mudanças climáticas e os riscos de atraso na transição econômica.

3. Maior alcance

Todas as partes interessadas têm um papel na promoção da transparência no mercado. As instituições devem se esforçar para atender aos padrões de clareza exigidos em sua divulgação do UoP para tranquilizar os investidores quanto à legitimidade de seus compromissos e permitir a comparabilidade entre as transações. Da mesma forma, a padronização dos parâmetros de divulgação tornaria os mercados de dívida temáticos. O GBTP do BID se estabeleceu como um instrumento fundamental para apoiar a divulgação padronizada e a clareza em torno do UoP das transações temáticas. As bolsas de valores e os órgãos reguladores têm um papel a desempenhar no apoio à adoção e à conformidade com os padrões internacionais. Seu apoio é fundamental para garantir a facilidade de uso e a aplicação efetiva das taxonomias, proporcionando clareza à comunidade de investimentos.



4. SLB e links de transição

Os SLBs e os títulos de transição podem atender às necessidades de capital dos setores em transição, ao mesmo tempo em que garantem a credibilidade e o alinhamento com os objetivos de sustentabilidade. A flexibilidade do UoP oferecida pela estrutura do SLB oferece a possibilidade de canalizar o financiamento por meio de dívida temática para entidades que operam em setores de difícil acesso na ALC.

A aplicação da CBS v4 a instrumentos financeiros, setores, entidades e soluções ampliará o conjunto de oportunidades de investimento e dará aos investidores ainda mais motivos para se envolverem com mandatos de investimento sustentável.



5. Mais títulos soberanos

Os governos devem apoiar a transição para emissões líquidas zero, apoiando caminhos claros de transição, incentivando políticas de apoio, garantindo a demanda futura por soluções climáticas e abordando os riscos. Os governos podem emitir títulos soberanos VSS+ para demonstrar liderança e estimular a criação de mercado. As sete nações da ALC que já entraram nesse espaço tiveram um enorme impacto, incentivando a participação local, atraindo investidores internacionais e contribuindo para a visibilidade e o sucesso do mercado. No entanto, permanece o desafio de continuar a construir capacidades institucionais em termos de compromissos, relações interinstitucionais e interoperabilidade. A região emergiu como líder em títulos soberanos. O compartilhamento de experiências entre os países pode apoiar os mercados nascentes, especialmente após a emissão inicial, e garantir o crescimento e o sucesso sustentados.



Apêndice - Lista de palavras-chave de A&R de seleção para a base de dados da Climate Bonds

| Setor | Palavra-chave / termos | Setor | Palavra-chave / termos | Setor | Palavra-chave / termos |
|---|--|---|--|--|---|
| Termos gerais de A&R  | Adaptação Resiliência AnR A&R Adaptação Resiliência Risco climático Exposição Endurecimento Perigo Resistência climática Vulnerabilidade Redundância Redundância TCFD | Energia  | Geração distribuída PV distribuída Micro-redes distribuídas Mini-redes Armazenamento de energia Cabeamento subterrâneo Reforço estrutural | Infraestrutura e ambiente construído  | Telhados e paredes verdes Jardins de retenção de água Pavimentos porosos Redução das zonas de calor urbano Resiliência da rede Geração e armazenamento Aumento do resfriamento Proteção contra inundações urbanas Infraestrutura urbana resiliente Abrigos resilientes Infraestrutura natural Infraestrutura verde Ativos naturais Zona de proteção da vida selvagem |
| Resiliência social e bem-estar | Proteção social Bem-estar Meios de vida Sistemas de vigilância de doenças E-health Testes de diagnóstico rápido | Agricultura, silvicultura, uso da terra e recursos naturais  | Conservação do solo Agricultura inteligente em relação ao clima Seguro agrícola Infraestrutura rural resiliente ao clima Culturas resistentes à seca Culturas não perenes Agricultura regenerativa Sequestro de solo Limpeza de matas silvestres Diversificação de espécies Arborização Reflorestamento Conservação e replantio de mangue Restauração de habitat natural Medidas de controle de pragas Regeneração ou expansão de florestas naturais Aquicultura sustentável Adaptação baseada em ecossistemas Gestão integrada de recursos hídricos Serviços ecossistêmicos Erosão do solo Biodiversidade Evapotranspiração Degradação do solo | Costas  | Zonas costeiras naturais e zonas de amortecimento Sistemas de alerta de inundações Retiradas da linha costeira Realinhamento gerenciado Abrigos contra inundações Proteção contra ciclones Gerenciamento de declives Proteção costeira Proteção de áreas úmidas Área marinha protegida Recifes artificiais |
| Gerenciamento e seguro de riscos de catástrofes  | Sistema de alerta antecipado Monitoramento do clima Previsão do tempo Previsão de enchentes Monitoramento da seca Monitoramento do clima Modelagem climática Relocação Recuo controlado Sistema de informações climáticas Seguro paramétrico Seguro de índices Seguro contra catástrofes | | | Indústria  | Resiliência da cadeia de suprimentos Planejamento Planejamento da continuidade de negócio Avaliação de riscos físicos relacionados ao clima Avaliação de riscos transitórios relacionados ao clima |
| Água  | Água potável Drenagem de águas pluviais Tratamento de água Redução de perdas de água Conservação de água Monitoramento hidrometeorológico Captação de águas pluviais Tratamento de águas residuais Dessalinização Controle de enchentes Eficiência de irrigação Gestão de vazamentos Eficiência hídrica Degradação de áreas úmidas Eficiência hídrica Degradação de humedales | | | | |

Notas finais

1. Essas percentagens são derivadas de cálculos baseados na justaposição da Base de dados da Climate Bonds e dos dados do mercado de capital de dívida da Bloomberg Finance L.P. para 2023.
2. Climate Bonds Initiative, Harrison C., Green Bond Pricing in the Primary Market H2 2022, Precificação de títulos verdes no mercado primário: H2 2022 | Climate Bonds Initiative
3. Financial Times. 2022. O mercado de títulos verdes da América Latina é afetado pela inflação e pelas tensões geopolíticas. <https://www.ft.com/content/c53ac469-4f3e-4cb3-af4a-e29c842aa36>.
4. Títulos climáticos. Green Bonds Database Methodology. 2022. <https://www.climatebonds.net/market/green-bond-database-methodology>
5. Títulos climáticos. Taxonomia dos Títulos Climáticos. <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>
6. ICMA. 2022. Princípios de títulos verdes. <https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/green-bond-principles-gbp/>
7. Títulos climáticos. Metodologia da Base de dados de títulos sociais e de sustentabilidade. <https://www.climatebonds.net/market/social-sustainability-bond-database-methodology>
8. ICMA. 2023. Social Bond Principles. <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2023-updates/Social-Bond-Principles-SBP-June-2023-220623.pdf>
9. ICMA. 2021. Diretrizes sobre bonos de sustentabilidade. <https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/sustainable-bond-guidelines-sbg>
10. Títulos climáticos. 2022. Transition Finance for Transforming Companies (Financiamento de transição para empresas transformadoras). <https://www.climatebonds.net/transition-finance-transforming-companies#Five-Hallmarks>
11. ICMA. 2023. Sustainability-Linked Bond Principles (Princípios de títulos vinculados à sustentabilidade). <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2023-updates/Sustainability-Linked-Bond-Principles-June-2023-220623.pdf>
12. Títulos climáticos. 2023 https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_sotm_2022_03e.pdf
13. Títulos climáticos. 2023 https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_sotm_2022_03c.pdf
14. ICMA. Climate Transition Finance Handbook (Manual de financiamento da transição climática). <https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/climate-transition-finance-handbook/>
15. Orientação da OCDE sobre Financiamento da Transição. Assegurando a credibilidade dos planos corporativos de transição climática. <https://www.oecd.org/environment/oecd-guidance-on-transition-finance-7c68a1ee-en.htm>
16. Harrison, C., e Muehling, T., Sovereign Green, Social, and Sustainability Bond Survey, Climate Bonds Initiative, janeiro de 2021, Sovereign Green, Social, and Sustainability Bond Survey | Climate Bonds Initiative
17. IPCC. 2022. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability [Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade]. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [M. D. Mastrandrea, P. J. R. Midgley, H. T. K. Singh, K. L. Ebi, L. J. Nearney e J. E. M. Skea (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova York, NY, EUA, 2600 pp. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>
18. IPCC. 2022. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability [Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade]. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas [M. D. Mastrandrea, P. J. R. Midgley, H. T. K. Singh, K. L. Ebi, L. J. Nearney e J. E. M. Skea (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido e Nova York, NY, EUA, 2600 pp. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>
19. Instituto de Recursos Mundiais (WRI). 2022. Relatório do IPCC 2022: Impactos Climáticos, Adaptação, Vulnerabilidade. Recuperado de <https://www.wri.org/insights/ipcc-report-2022-climate-impacts-adaptation-vulnerability>
20. Paisagens alimentares futuras. 2019. Reimaginando a agricultura na América Latina e no Caribe. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Future%20foodscapes%20-%20Re-imagining%20agriculture%20in%20Latin%20America%20and%20the%20Caribbean.pdf>
21. Ambrosano, J., Brazil Sustainable Securitisation State of the Market 2022, Climate Bonds Initiative, cbi_bra_sec_2022.pdf (climatebonds.net)
22. ONU Mulheres. 2023. Gender Bonds: A promising solution to accelerate SDGs. <https://www.unwomen.org/en/news-stories/feature-story/2023/05/gender-bonds-a-promising-solution-to-accelerate-sdgs#:~:text=reducing%20gender%20gaps,Gender%20bonds%20can%20tackle%20diverse%20issues%20related%20to%20gender%20equality,from%20black%20women-owned%20businesses>
23. Bancolombia. 2022. Estrutura de financiamento vinculada à sustentabilidade. <https://www.grupobancolombia.com/wcm/connect/www.grupobancolombia.com/15880/9ce29fd5-a988-412d-80b8-16d2879539c6/SLB+Framework.pdf?MOD=AJPERES&CID=of5X0z>
24. Títulos climáticos. 2021 https://www.climatebonds.net/files/reports/cbi_post_issuance_2021_02g.pdf
25. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2022. Taxas de pobreza na América Latina permanecem acima dos níveis pré-pandêmicos em 2022, adverte a CEPAL. <https://www.cepal.org/en/pressreleases/poverty-rates-latin-america-remain-above-pre-pandemic-levels-2022-eclac-warns#:~:text=About%20ECLAC, Poverty%20Rates%20in%20Latin%20America%20Remain%20Above%20Pre,Levels%20in%202022%20and%20ECLAC%20Warns&text=The%20Social%20Panorama%202022%20report,of%20them%20in%20extreme%20poverty>
26. FMI. 2023. A América Latina enfrenta desaceleração do crescimento e alta inflação em meio a tensões sociais. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/02/01/latin-america-faces-slown-growth-and-high-inflation-amid-social-tensions>
27. FMI. 2023. Perspectivas econômicas mundiais. <https://www.imf.org/en/Publications/WEQ/Issues/2023/04/11/world-economic-outlook-april-2023>
28. ECLAC. 2018. Financiamento sustentável na América Latina e no Caribe. Publicação das Nações Unidas. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43421/1/S1800195_en.pdf
29. Burge, L., 2023. 101 políticas financeiras sustentáveis para 1,5°C. Iniciativa Climate Bonds
30. Dívida soberana vinculada ao Hub de sustentabilidade. 2023. The Role of Credit Enhancement in Sovereign Sustainability-linked Debt Issuance (O papel do aprimoramento de crédito na emissão de dívida soberana vinculada à sustentabilidade). <https://www.ssdh.net/resources/the-role-of-credit-enhancement-in-sovereign-sustainability-linked-debt-issuance>
31. <https://www.whitecase.com/sites/default/files/2021-10/latin-america-focus-fall-2021-infographic-09-v2.pdf>
32. Jaramillo, C. F. 2020. Quais são os riscos fiscais de eventos climáticos extremos e como podemos lidar com eles? Blog BID Gestion Fiscal. <https://blogs.iadb.org/gestion-fiscal/en/what-are-the-fiscal-risks-from-extreme-weather-events-and-how-can-we-deal-with-them/>
33. Guia para Títulos Sociais, Sustentáveis e Sustentáveis alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para o Peru, 2021. https://s3.us-east-1.amazonaws.com/site.documents.cdn.prod.bvl.com.pe/Gu%C3%A0Da_de_Bonos_Sociales,_Sustentables_y_Alineados_a_los_ODS_de_las_Naciones_Unidas_para_el_Per%C3%BA.pdf
34. Guia de Títulos Verdes para o Peru, 2018. <https://s3.us-east-1.amazonaws.com/site.documents.cdn.prod.bvl.com.pe/BVL-Guia-emtitor-Bonos-Verdes.pdf>
35. Guidance for the Issuance of Green, Social and Sustainable Bonds (Orientação para a emissão de títulos verdes, sociais e sustentáveis), 2022. <https://www.bicv.nl/wp-content/uploads/2022/09/Guia-de-bonos-verdes-BCV.pdf>
36. Superintendência Financeira da Colômbia. 2020. Guia de boas práticas para a emissão de títulos verdes. <https://alertas.directoriolegislativo.org/wp-content/uploads/2020/09/guiaobonosverdes.pdf?x32394>
37. Títulos climáticos. 2017. The Role of Exchanges in Accelerating the Growth of the Green Bond Market (O papel das bolsas na aceleração do crescimento do mercado de títulos verdes). <https://www.climatebonds.net/files/RoleStock%20Exchanges.pdf>
38. Iniciativa ESS. Ação Climática. <https://sseinitiative.org/climate-action/>
39. Fundação de Normas Internacionais de Relatórios Financeiros. Conselho de Normas Internacionais de Sustentabilidade. <https://www.ifs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>
40. Bolsa y Mercados Argentinos (2019). Protocolo de finanças sustentáveis. <https://www.bna.com.ar/Downloads/ProtocoloDeFinanzasSostenibles.pdf>
41. Finanças sustentáveis. O projeto. <http://www.financiamientosostenible.com/el-proyecto/>
42. Arquivo 22.160
43. Bolsa de Valores Nacional da Costa Rica. 2019. BN Valores emite bônus temático para financiar projetos sustentáveis. https://www.bolsacr.com/sites/default/files/sites/default/files/Prensa/ComunicadosPrensa/cp_emisiones_tematicas.pdf
44. ComunicaRSE. 2022. Como as finanças sustentáveis continuam avançando na América Latina e no Caribe? <https://www.comunicarseweb.com/noticia/como-siguen-avanzando-las-finanzas-sostenibles-en-america-latina-y-el-caribe>
45. Ministério da Fazenda do Paraguai. 2021. Lançamento da Parceria Público-Privada do Paraguai para Finanças Sustentáveis. <http://www.infona.gov.py/index.php/noticias/lanzamiento-de-la-alianza-publico-privada-de-finanzas-sostenibles-del-paraguay>
46. Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2021. Plano de taxonomia de atividades: Um novo passo na agenda de finanças verdes do Chile. <https://blogs.iadb.org/sostenibilidad/es/plan-de-taxonomia-de-actividades-un-paso-mas-en-la-agenda-de-finanzas-verdes-en-chile>
47. Comissão do Mercado Financeiro do Chile. 2021. Norma Geral No. 461: Estabelece regras sobre a divulgação de informações relacionadas a fatores ambientais, sociais e de governança corporativa no mercado de valores mobiliários. https://www.cmfc Chile.cl/normativa/ncg_461_2021.pdf
48. Comissão de Valores Mobiliários. 2017. Resolução N° 59: Dispõe sobre a política de investimento dos fundos de investimento que destinam parcela de seus recursos para aplicação em ativos financeiros relacionados direta ou indiretamente a projetos de investimento em infraestrutura que se enquadram como greenfield ou brownfield. <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol059.html>
49. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. 2021. Parlamentares da América Latina e do Caribe assinam declaração conjunta sobre financiamento climático antes da COP27. <https://www.cepal.org/en/notes/latin-american-and-caribbean-parliamentarians-sign-joint-statement-climate-finance-cop27>
50. Taxonomia Verde. Green Taxonomy (Taxonomia Verde). <https://www.taxonomiaverde.gov.co/webcenter/portal/TaxonomiaVerde>
51. Asobancaria. 2020. Relatório de sustentabilidade financeira n° 808. <https://www.asobancaria.com/wp-content/uploads/Informe-N%C2%9B0808.pdf>
52. Ministério da Economia e Finanças do Uruguai. 2021. Nova estrutura para possíveis emissões de títulos sustentáveis. <https://www.gub.uy/ministerio-economia-finanzas/comunicacion/noticias/nuevo-marco-para-potenciales-emisiones-bonos-sostenibles>
53. Comissão Nacional de Bancos e Valores Mobiliários. 2021. Ferramenta de autodiagnóstico de riscos ESG e relacionados ao clima apresentada. <https://www.gob.mx/cnbv/prensa/comunicado-no-27-presentan-herramienta-de-autodiagnostico-asg-y-riesgos-relacionados-con-el-clima?idiom=es>
54. The Economist. 2121. Os Afores participam de projetos da ASG. <https://www.economista.com.mx/mercados/Las-Afores-participaran-en-proyectos-ASG--20211230-0077.html>
55. The Economist. 2020. Emendas ao investimento anterior publicadas. <https://www.economista.com.mx/mercados/Publicaciones-modificaciones-a-inversion-de-afores-20200907-0087.html>
56. ANBIMA. 2021. Guia ESG - Parte II. https://www.anbima.com.br/data/files/08/ET/AC/BC/8B54181056C3B2186B2BA2A8/ESG_Guide_II.pdf
57. Comissão de Valores Mobiliários. 2021. CVM publica novo marco regulatório dos fundos de investimento. <https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-publica-novo-marco-regulatorio-dos-fundos-de-investimento>
58. ANBIMA. 2022. <https://www.anbima.com.br/pt-br/impressa/anbima-publica-guia-com-boas-praticas-para-oferta-de-titulos-esg.htm>
59. Rede de bancos sustentáveis. 2021. A República Dominicana passa a integrar a SBN. <https://www.sbnetwork.org/the-dominican-republic-joins-sbn/>
60. Ministério das Finanças e do Crédito Público. 2020. Taxonomia Sustentável do México. <https://www.gob.mx/shcp/documentos/taxonomia-sostenible-de-mexico>
61. Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. 2021. Novo centro na América Latina e no Caribe para apoiar banqueiros centrais, supervisores financeiros e reguladores na abordagem dos riscos financeiros da crise tripla global. <https://www.unepti.org/themes/climate-change/new-hub-in-latin-america-and-the-caribbean-to-support-central-bankers-financial-supervisors-and-regulators-in-dealing-with-financial-risks-from-triple-planetary-crisis/>
62. BVC. Integração regional BCS, GBVI, tvb. <https://media.graphassets.com/nkIulZBS4SRFuAq7bc>
63. Burge, L., 2023. 101 políticas financeiras sustentáveis para 1,5°C. Iniciativa Climate Bonds
64. Títulos climáticos. Taxonomia. <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>
65. Financiamento ambiental. 2023. Sustainable Bond Insights 2023. <https://www.environmental-finance.com/content/downloads/sustainable-bonds-insight-2023.html>
66. Governo do México. 2023. a+AA-Comunicado No. 16 O Ministério da Fazenda apresenta a Taxonomia Sustentável do México. <https://www.gob.mx/shcp/prensa/comunicado-no-16-la-secretaria-de-hacienda-presenta-la-taxonomia-sostenible-de-mexico?idiom=es#:~:text=A%20Taxonomia%20Sustentavel%20do%20M%C3%A9xico%20é%20%20%20C3%BAnica%20at%20the%20global%20level,the%20people%20and%20of%20the%20environment>
67. Governo do México. 2023. Taxonomia sustentável do México. <https://www.gob.mx/shcp/documentos/taxonomia-sostenible-de-mexico?state=published>
68. PNUD. 2022. Entidades realizam workshop sobre Taxonomia Verde. <https://www.unpd.org/es/dominican-republic/noticias/entidades-imparten-taller-sobre-taxonomia-verde>
69. ICMA. 2020. Princípios para Títulos Vinculados à Sustentabilidade (SLBP). <https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/sustainable-linked-bond-principles-slbp/>
70. ICMA. 2020. Princípios para Títulos Vinculados à Sustentabilidade (SLBP), Registro Ilustrativo de KPIs. <https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/sustainable-linked-bond-principles-slbp/>
71. Environmental Finance 2023. Sustainable Bond Insights 2023. <https://www.environmental-finance.com/content/downloads/sustainable-bonds-insight-2023.html>
72. Financiamento ambiental. 2023. Sustainable Bond Insights 2023. <https://www.environmental-finance.com/content/downloads/sustainable-bonds-insight-2023.html>
73. Nações Unidas. Definições de economia azul. https://www.un.org/regularprocess/sites/www.un.org.regularprocess/files/rok_part_2.pdf
74. Comissão Europeia. 2021. Economia azul sustentável - Perguntas e respostas. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/es/qanda_21_2346
75. BID Invest e Pacto Global da UM. 2021. Aceleração da emissão de títulos azuis na América Latina e no Caribe. <https://idbinvest.org/en/publications/accelerating-blue-bonds-issuances-latin-america-and-caribbean>
76. OECD. 2020. Sustainable Ocean for All: Harnessing the Benefits of Sustainable Ocean Economies for Developing Countries (Oceano sustentável para todos: aproveitando os benefícios de economias oceânicas sustentáveis para países em desenvolvimento). <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b9c62341-en/index.html?itemId=/content/component/b9c62341-en>
77. Nações Unidas. 2020. A biodiversidade e os ecossistemas marinhos mantêm a saúde do planeta e sustentam o bem-estar humano. The Chronicle. <https://www.un.org/es/chronicle/article/la-biodiversidad-y-los-ecosistemas-marinos-mantienen-la-salud-del-planeta-y-sostienen-el-bienestar>
78. Nações Unidas. Dia Mundial dos Oceanos. <https://www.un.org/es/observances/oceans-day>
79. Banco Asiático de Desenvolvimento. 2019. The blue economy and blue finance: Asia-Pacific scoping paper. Manila: Banco Asiático de Desenvolvimento. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/812076/blue-economy-and-blue-finance-web.pdf>
80. Bônus climático. Critérios de voto. https://www.climatebonds.net/files/Files/Sector%20Criteria%20-%20Wind%20v1_2_28September2020.pdf
81. Fry, J. P. 2019. Tecnologias disruptivas para a aquicultura: Parte 1. Global Aquaculture Advocate. <https://www.globalseafood.org/advocate/disruptive-technologies-for-aquaculture-part-1/>
82. BID Invest (2019). O BID Invest emite o primeiro blue bond na América Latina e no Caribe. <https://idbinvest.org/es/medios-y-prensa/idb-invest-emite-el-primero-bono-azul-en-america-latina-y-el-caribe>
83. BID Invest. 2022. Título Azul do Banco Bolivariano. <https://idbinvest.org/en/projects/banco-bolivariano-blue-bond>
84. The Nature Conservancy. 2021. Belize: Transformando o Caribe com Blue Bonds. <https://www.nature.org/en-us/what-we-do/our-insights/perspectives/belize-transforming-caribbean-blue-bond/>
85. FMI. 2022. Belize: trocando dívida por natureza. <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/05/03/CF-Belize-swapping-debt-for-nature>

86. Iniciativa Climate Bonds. Climate Bonds Standard v4. <https://www.climatebonds.net/climate-bonds-standard-v4>
87. The Nature Conservancy. 2021. The Nature Conservancy anuncia o inovador título azul de Barbados para conservação dos oceanos e pesca sustentável. <https://www.nature.org/en-us/newsroom/tnc-announces-barbados-blue-bonds-debt-conversion/>
88. Crédito suíço. 2022. O Crédito Suíço financia a conversão da dívida para a conservação marinha em Barbados. <https://www.credit-suisse.com/about-us/news/en/articles/media-releases/cs-finances-debt-conversion-for-marine-conservation-in-barbados-202209.html>
89. Bloomberg Green. 2022. Barbados troca USD150mi de dívida soberana para salvar o mar. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-09-21/barbados-swaps-150-million-of-sovereign-debt-in-bid-to-save-sea-xj4y7vzkg>
90. Crédito suíço. 2023. Encerramento financeiro da maior conversão de dívida para a conservação marinha de Galápagos. <https://www.credit-suisse.com/about-us/news/en/articles/me>
91. Grupo Intergovernamental de Especialistas em Mudanças Climáticas (2022). Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade (<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>).
92. BID. 2023. O Equador conclui a maior conversão de dívida em natureza do mundo com o apoio do BID e da DFC. <https://www.iadb.org/en/news/ecuador-completes-worlds-largest-debt-nature-conversion-idb-and-dfc-support>
93. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability (Mudanças Climáticas 2022: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade) (<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>).
94. PNUMA. 2022. Adaptation Gap Report 2022 (<https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2022>)
95. BID Invest (2022). Ampliação do financiamento da adaptação no setor privado (<https://idbinvest.org/en/publications/scaling-adaptation-finance-private-sector>)
96. OMM (Organização Meteorológica Mundial) (2022). State of the Climate in Latin America and the Caribbean 2021, (WMO-No. 1295), Genebra, Suíça.
97. Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023). Relatório de Síntese AR6: Mudanças Climáticas 2023. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Sexto Relatório de Avaliação (<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>).
98. PNUMA. 2022. Adaptation Gap Report 2022 (<https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2022>)
99. BID Invest (2022). Ampliação do financiamento da adaptação no setor privado (<https://idbinvest.org/en/publications/scaling-adaptation-finance-private-sector>)
100. Banco Interamericano de Desenvolvimento (2022). Planejamento de adaptação de longo prazo na América Latina e no Caribe (<https://publications.iadb.org/en/long-term-adaptation-planning-latin-america-and-caribbean>)
101. Iniciativa Climate Bonds. Principles of climate resilience (Princípios de resiliência climática). <https://www.climatebonds.net/climate-resilience-principles>
102. Santander Trade Markets. 2023. Chile: Política e Economia. <https://santandertrade.com/es/portal/analizar-mercados/chile/politica-y-economia>
103. Ministério da Fazenda. 2022. A Fitch Ratings confirma a classificação de risco do Chile e mantém sua perspectiva estável, destacando a solidez financeira e de governança. <https://www.hacienda.cl/noticias-y-eventos/noticias/fitch-confirma-clasificacion-riesgo-chile#:~:text=Finally%2C%20Fitch%20assig%20to%20Chile%20a%20low%20level%20of%20corruption%20corruption%20E%20e%2080%9D>
104. Congresso Nacional do Chile. 2022. Lei Marco sobre Mudança Climática. <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?dNorma=1177286>
105. Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2022. Chile, líder regional no avanço de uma transição energética limpa, sustentável e justa com compromisso social. <https://blogs.iadb.org/energia/es/chile-lider-regional-en-el-avance-de-una-transicion-energetica-limpia-sostenible-y-justa-con-compromiso-social/>
106. Ministério do Meio Ambiente do Chile. 2020. Contribuição Nacionalmente Determinada do Chile. https://mma.gob.cl/wp-content/uploads/2020/04/NDC_Chile_2020_espan%CC%83ol-1.pdf
107. Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2022. Chile, líder regional no avanço de uma transição energética limpa, sustentável e justa com compromisso social. <https://blogs.iadb.org/energia/es/chile-lider-regional-en-el-avance-de-una-transicion-energetica-limpia-sostenible-y-justa-con-compromiso-social/>
108. Circular do país. 2023. O Chile se posiciona como o principal emissor de títulos verdes na América Latina e atrai o interesse de investidores para financiar a neutralidade de carbono. <https://www.paiscircular.cl/agenda-2030/chile-se-posiciona-como-el-principal-emisor-de-bonos-verdes-en-latinoamerica-y-atrae-interes-de-inversionistas-para-financiar-carbono-neutralidad/>
109. Ministério da Fazenda. 2022. Títulos sustentáveis. <https://www.hacienda.cl/areas-de-trabajo/finanzas-internacionales/oficina-de-la-deuda-publica/bonos-esg/bonos-sostenibles>
110. CMPC. 2021. CMPC, primeira empresa chilena a emitir o Sustainability Stewardship Bond (SLB) em mercados internacionais. <https://www.cmcp.com/en/cmcp-is-the-first-chilean-company-to-issue-a-sustainability-linked-bond-slb-in-international-markets/>
111. Li Ng, J. & Serrano, C. 2021. Poverty in Mexico in 2020: How do we close the gap to inclusive prosperity? BBVA Research. https://www.bbva.com/wp-content/uploads/2021/08/PobrezaMexico_202108.pdf
112. Governo do México. 2022. El Costo Del Cambio Climático En México: Análisis De Equilibrio General De La Vulnerabilidad Intersectorial. https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/113389/2011_El_costo_del_cambio_climatico.pdf
113. Notícias de negócios do México. 2023. A fórmula vencedora do nearshoring: quem vai acertar? <https://mexicobusiness.news/trade-and-investment/news/nearshoring-winning-fomula-who-will-get-it-right>
114. Financial Times. 2022. O mercado de títulos verdes da América Latina é afetado pela inflação e pelas tensões geopolíticas. <https://www.ft.com/content/c53ac469-4f3e-4cb3-af4a-e2c9c842aa36>
115. O Relatório ESG. 2021. Nearshoring: O quê, como e os impactos para as PMEs. <https://esgthereport.com/nearshoring-the-what-how-impacts-for-smes/>
116. Wood, D., Wilson C. e Martinez, R. 2020. The Key to Sustainability: North America's Potential for Proximity and Future Well-Being (A chave para a sustentabilidade: o potencial da América do Norte para a proximidade e o bem-estar futuro). <https://www.wilsoncenter.org/publication/sustainability-key-north-americas-near-shoring-potential-and-future-wellbeing>
117. Climate Action Tracker. 2021. México. <https://climateactiontracker.org/countries/mexico/>
118. Governo do México. 2022. Contribuição Nacionalmente Determinada. Atualização 2022. https://unfccc.int/sites/default/files/ndc/2022-11/Mexico_NDC_UNFCCC_update2022_FINAL.pdf
119. CCFV. 2022. State of the Market 2021: Sustainable Finances in Mexico (Estado do Mercado 2021: Finanças Sustentáveis no México). <https://drive.google.com/uc?export=download&id=13qa6qVhbQzqzVFeX6-WXIdEwwPfqBwS>
120. Finanças verdes LAC. 2022. O Estado do México emite seu primeiro título sustentável. [https://greenfinancelac.org/es/recursos/novedades/el-estado-de-mexico-emite-su-primero-bono-sostenible/#:~:text=The%20State%20of%20M%20C%3%A9xico%20issues%20its%20first%20sustainable%20bond%20of%20%20Green%20Finance%20LAC&text=The%20government%20of%20the%20State%20of%20Mexico%20de%20valores%20\(BMV\).](https://greenfinancelac.org/es/recursos/novedades/el-estado-de-mexico-emite-su-primero-bono-sostenible/#:~:text=The%20State%20of%20M%20C%3%A9xico%20issues%20its%20first%20sustainable%20bond%20of%20%20Green%20Finance%20LAC&text=The%20government%20of%20the%20State%20of%20Mexico%20de%20valores%20(BMV).)
121. Estado do México - Ministério das Finanças. 2022. A Edoméx é pioneira na emissão de um título social e sustentável. <https://finanzas.edomex.gob.mx/node/415>
122. IBGE, IPCA-15. 2022. A previsão de inflação tem uma alta de 0,52% em dezembro e data de 2022 em 5,90%. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35929-previa-da-inflacao-tem-alta-de-0-52-em-dezembro-e-fecha-2022-em-5-90>
123. OECD. 2022. Brazil Economic Snapshot. <https://www.oecd.org/economy/brazil-economic-snapshot/#:~:text=Economic%20outlook%20Note%20of%20Brazil,%20C%20and%201.4%25%20in%202024.>
124. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2022. <https://www.ibge.gov.br/en/home-eng.html>
125. Lei 12.187/2009
126. Ministério da Fazenda. Mudanças Climáticas. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atualizacao-spe/mudancas-climaticas#:~:text=O%20Brasil%20comprometeu%20de%20a,%20C%3ADveis%20de%20em%20em%2030.>
127. Ministério da Fazenda. Mudanças Climáticas. <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atualizacao-spe/mudancas-climaticas#:~:text=O%20Brasil%20comprometeu%20de%20a,%20C%3ADveis%20de%20em%20em%2030.>
128. Títulos climáticos. 2020. Financiamento de transições confiáveis. <https://www.climatebonds.net/resources/reports/financing-credible-transitions-white-paper>
129. Globo. 2021. Estrutura financeira vinculada à sustentabilidade. <https://globoir.globo.com/Download.aspx?Arquivo=83ZgZDymUvDuPjDKSxw==>
130. Sustainability. 2021. Opinião de terceiros Globo Sustainability-Linked Finance Marco. <https://globoir.globo.com/Download.aspx?Arquivo=20qC9yMk4TIE8CanQyP2Q==>
131. CSRwire. 2022. A Arcos Dorados emite um título vinculado à sustentabilidade. https://www.csrwire.com/press_releases/743671-arcos-dorados-issues-sustainability-linked-bond
132. Arcos Dourados. 2022. Sustainability-Linked Financing Framework. <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/67d33ccc-a514-4298-9d4b-d205a46dc6/d6c3949db-e2c3-7cde-e341-60403fabbcd9?origin=2>
133. BBVA Research. 2023. Situação do Uruguai 2022. <https://www.bbva.com/publicaciones/situacion-uruguay-2022/>
134. Unidade de Gerenciamento da Dívida Pública. 2022. Estratégia de Médio Prazo para Financiamento e Gerenciamento da Dívida. Gestão da dívida do governo do Uruguai: 2020-2024. https://www.mef.gub.uy/innovaportal/file/29598/1/estrategia-de-financiamiento-2020_2025.pdf
135. Unidade de Gerenciamento da Dívida Pública. 2022. Estratégia de Médio Prazo para Financiamento e Gerenciamento da Dívida. Gestão da dívida do governo do Uruguai: 2020-2024. https://www.mef.gub.uy/innovaportal/file/29598/1/estrategia-de-financiamiento-2020_2025.pdf
136. Administração de Comércio Internacional. 2022. Uruguai - Guia comercial do país. <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/uruguay-renewable-energy-equipment>
137. IMPO. 2009. Decreto nº 238/009. <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/238-2009->
138. IMPO. 2016. Decreto nº 172/016. <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/172-2016/verreferencias-norma>
139. Ministério do Meio Ambiente. 2017. Primeira Contribuição Determinada Nacionalmente. <https://www.gub.uy/ministerio-ambiente/politicas-y-gestion/primer-contribucion-determinada-nivel-nacional>
140. OEC. 2021. Uruguai. [https://oec.world/en/profile/country/ury#:~:text=Exports%20The%20top%20Exports%20of,%20and%20Netherlands%20\(%2024493M\).](https://oec.world/en/profile/country/ury#:~:text=Exports%20The%20top%20Exports%20of,%20and%20Netherlands%20(%2024493M).)
141. ECLAC. 2018. Financiamento sustentável na América Latina e no Caribe. Publicação das Nações Unidas. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43421/1/S1800195_en.pdf
142. UNFCCC. 2022. República Dominicana - Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) no âmbito do Acordo de Paris. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/UNFCCC_NBF_TA_DRepublic_2022_1.pdf
143. PNUD. República Dominicana. <https://climatepromise.undp.org/what-we-do/where-we-work/dominican-republic>
144. Lei nº 64-00 sobre Meio Ambiente e Recursos Naturais
145. Climate Bonds Initiative. 2023. Estado do mercado de finanças sustentáveis da Colômbia em 2023.
146. Títulos climáticos. 2022. Estado do Mercado de Finanças Sustentáveis do Peru 2022. <https://www.climatebonds.net/resources/reports/peru-sustainable-finance-state-market-2022>
147. Michetti, C., et al., Sustainable Debt Global State of the Market 2022, Climate Bonds Initiative 2023



Preparado pela Climate Bonds Initiative

Autores: Valeria Dagnino Contreras, Alicia Lerner, Julia Ambrosano, Daniel Costa, Sofía Borges e Diana Isaza

Colaboradores: Andrés Felipe Sánchez, Adelaida Peláez, Irais Vázquez, Caroline Harrison, Stephanie Edghill

Design: Godfrey Design, Joel Milstead

© Publicado pela Climate Bonds Initiative, agosto de 2023

www.climatebonds.net

Isenção de responsabilidade: As informações contidas nesta comunicação não constituem consultoria de investimento de qualquer tipo e a Climate Bonds Initiative não é uma consultora de investimentos. Qualquer referência a uma organização financeira, instrumento de dívida ou produto de investimento é apenas para fins informativos. Os links para sites externos são apenas para fins informativos. A Climate Bonds Initiative não se responsabiliza pelo conteúdo de sites externos. A Climate Bonds Initiative não endossa, recomenda ou aconselha sobre os méritos financeiros ou outros méritos de qualquer instrumento de dívida ou produto de investimento e nenhuma informação contida nesta comunicação deve ser considerada como tal, nem qualquer informação nesta comunicação deve ser considerada para a tomada de qualquer decisão de investimento. A certificação do Climate Bonds Standard reflete apenas os atributos climáticos do USoP de um instrumento de dívida designado. Ela não reflete a qualidade de crédito do instrumento de dívida designado, nem sua conformidade com as leis nacionais ou internacionais. A decisão de investir em algo é exclusivamente sua. A Climate Bonds Initiative não aceita qualquer responsabilidade ou obrigação de qualquer tipo por qualquer investimento feito por um indivíduo ou organização, ou por qualquer investimento feito por terceiros em nome de um indivíduo ou organização, com base, no todo ou em parte, em qualquer informação contida nesta ou em qualquer outra comunicação pública da Climate Bonds Initiative.



Com o apoio do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Agradecimentos ao GBID: Ana María Zárate Moreno, Carole Sanz-Paris, Gianleo Frisari, Angela Pinzón, Diana Carrillo Sosa, Valentina Márquez Sergio Quiros, Alexander Vasa, José Miguel Molina Fernández

Citação sugerida: Dagnino Contreras, V., et al, LAC Sustainable Debt State of the Market 2022, Climate Bonds Initiative, julho de 2023.